

**“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”**

**Faculdade de Ciências e Letras  
Campus de Araraquara - SP**

**BRENO DIAS MAGALHÃES**

**A RELEVÂNCIA DA CATEGORIA HISTÓRICA SUPEREXPLORAÇÃO DA  
FORÇA DE TRABALHO:** para compreender a contribuição de Ruy Mauro Marini na  
teoria da dependência.



**ARARAQUARA – SP**

**2022**

**Breno Dias Magalhães**

**A RELEVÂNCIA DA CATEGORIA HISTÓRICA SUPEREXPLORAÇÃO DA  
FORÇA DE TRABALHO:** para compreender a contribuição de Ruy Mauro Marini na  
teoria da dependência.

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)  
apresentado a Faculdade de Ciências e Letras  
– Unesp/Araraquara, como requisito para  
obtenção do título de Bacharel em Ciências  
Econômicas.

**Orientadora:** Sílvia Beatriz Adoue

ARARAQUARA – SP

2022

M188r Magalhães, Breno Dias

A RELEVÂNCIA DA CATEGORIA HISTÓRICA  
SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO : para  
compreender a contribuição de Ruy Mauro Marini na teoria da  
dependência. / Breno Dias Magalhães. -- Araraquara, 2022  
118 f. : tabs.

Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado - Ciências  
Econômicas) - Universidade Estadual Paulista (Unesp),  
Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara Orientadora:  
Sílvia Beatriz Adoue

1. Capitalismo. 2. Economia marxista. 3. Força de trabalho. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de  
Ciências e Letras, Araraquara. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

**Breno Dias Magalhães**

**A RELEVÂNCIA DA CATEGORIA HISTÓRICA SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO:** para compreender a contribuição de Ruy Mauro Marini na teoria da dependência.

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao Conselho de Curso de Ciências Sociais, da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

**Orientadora:** Silvia Beatriz Adoue

Data da defesa/entrega: 01/03/2022

**MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:**

---

**Presidente e Orientador: Silvia Beatriz Adoue, doutora**

Universidade Estadual Paulista.

---

**Membro Titular: Marco Antonio Martins da Rocha, doutor**

Universidade Estadual de Campinas.

---

**Membro Titular: Marina Gouvea, doutora**

Universidade Federal de Rio de Janeiro.

**Local:** Universidade Estadual Paulista

Faculdade de Ciências e Letras

**UNESP – Campus de Araraquara**

## RESUMO

Nesta pesquisa, abordei a Teoria Marxista da Dependência (TMD) e fundamentalmente as contribuições de Ruy Mauro Marini. Estudei suas categorias basilares: transferência de valor, divórcio entre a estrutura produtiva e a verdadeira necessidade das massas, e, em especial, a superexploração da força de trabalho. Realizei uma breve recapitulação histórica do desenvolvimento do subdesenvolvimento da América Latina e em especial do Brasil. A intenção era compreender a contribuição de Marini no século XX e desdobramentos no século XXI. Depois, estudei os pilares da superexploração da força de trabalho e seus efeitos deletérios na classe trabalhadora, suas relações com a transferência de valor e desgaste prematuro da força de trabalho. Visto isto, a intenção era responder sobre a atualidade (ou não) da manifestação da superexploração da força de trabalho e o que propriamente ela é. Logo depois, estudei suas diferenças com a teoria da interdependência de Fernando Henrique Cardoso (FHC) e ocorreu a necessidade de entender a superexploração pelo estudo do que ela não é. A partir daí busquei identificar se existiam (ou não) correlações entre o racismo e a superexploração da força de trabalho. Nesta pesquisa defendo as hipóteses: a superexploração é uma forma de compensar as transferências de valor e, ao mesmo tempo, é uma forma de aumentar o grau de exploração. E, também, defendo que a TMD traz contribuições essenciais ao entendimento da estrutura dos países dependentes e que a manutenção do racismo é de interesse do capitalismo.

**Palavras-chave:** Superexploração. Capitalismo. Racismo. América Latina. Teoria Marxista da Dependência. Brasil.

## RESUMEN

En esta investigación, abordé la Teoría Marxista de la Dependencia (TMD) y fundamentalmente las contribuciones de Ruy Mauro Marini. Estudié sus categorías fundamentales: transferencia de valor, divorcio entre la estructura productiva y la verdadera necesidad de las masas y, en especial, la superexplotación de la fuerza de trabajo. Hice una breve recapitulación histórica del desarrollo del subdesarrollo de América Latina y en especial de Brasil. La intención era comprender la contribución de Marini en el siglo XX y desdoblamientos en el siglo XXI. Después, estudié los pilares de la superexplotación de la fuerza de trabajo y sus efectos deletéreos para la clase trabajadora, sus relaciones con la transferencia de valor y el desgaste prematuro de la fuerza de trabajo. Visto esto, la intención era responder sobre la actualidad (o no) de la manifestación de la superexplotación de la fuerza de trabajo y en qué propiamente consiste. Enseguida, estudié sus diferencias con la teoría de la interdependencia de Fernando Henrique Cardoso (FHC) y apareció la necesidad de entender la superexplotación por medio del estudio de lo que ésta no es. A partir de ahí, busqué identificar si existían (o no) correlaciones entre el racismo y la superexplotación de la fuerza de trabajo. En esta investigación defiendo las hipótesis: la superexplotación es una forma de compensar las transferencias de valor y, al mismo tiempo, es una forma de aumentar el grado de explotación. E, también, defiendo que la TMD trae contribuciones esenciales a la comprensión de la estructura de los países dependientes y que la manutención del racismo es de interés del capitalismo.

**Palabras llave:** Superexplotación. Capitalismo. Dependencia. América Latina. Teoría Marxista de la Dependencia. Brasil.

## LISTA DE TABELAS

|                                                                                                                                                     |         |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------|
| <b>Tabela 1</b> - Entrada de capitais estrangeiros e remessas para o exterior, entre 1956-2009.                                                     | p.44    |
| <b>Tabela 2</b> – Detentores dos Títulos Públicos Federais, novembro de 2021.                                                                       | p.46    |
| <b>Tabela 3</b> – Taxa de mais-valia monetária.                                                                                                     | p.53    |
| <b>Tabela 4</b> – Rendimento médio habitual, 2012 até 2020(em R\$).                                                                                 | p.90    |
| <b>Tabela 5</b> – População ocupada (vezes mil), por cor ou raça, segundo os grupos de atividade em 2020.                                           | p.90-91 |
| <b>Tabela 6</b> – Faixa etária da população brasileira privada de liberdade, 2017.                                                                  | p.105   |
| <b>Tabela 7</b> – Pessoas negras tem 2,7 vezes mais chances de serem mortas violentamente que uma pessoa não negra, de acordo com os dados de 2018. | p.107   |

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

**AL** América Latina

**AP** Alta Produtividade

**ATM** Alta Taxa de Mais-valia

**BP** Baixa Produtividade

**BTM** Baixa Taxa de Mais-valia

**CEPAL** Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

**DIEESE** Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

**FHC** Fernando Henrique Cardoso

**IDE** Investimento Direto Externo

**NPEEP** Novo Padrão Exportador de Especialização Produtiva

**ONU** Organização das Nações Unidas

**PEIC** Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor

**TMD** Teoria Marxista da Dependência



## SUMÁRIO

|                                                                                             |       |
|---------------------------------------------------------------------------------------------|-------|
| <b>1. INTRODUÇÃO.</b>                                                                       | p.8   |
| <b>2. CATEGORIA DA DEPENDENCIA EM MARINI NA AMÉRICA LATINA E, EM PARTICULAR, NO BRASIL.</b> | p.11  |
| <b>3. A CATEGORIA DA SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO EM MARINI.</b>                    | p.32  |
| <b>4. A TEORIA DA INTERDEPENDENCIA DE FHC.</b>                                              | p.56  |
| <b>5. TRÉPLICA DA TMD ÀS CRÍTICAS COMUNS.</b>                                               | p.71  |
| <b>6. O RACISMO E A SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO.</b>                               | p.87  |
| <b>CONCLUSÃO</b>                                                                            | p.108 |
| <b>BIBLIOGRAFIA</b>                                                                         | p.112 |

## 1. Introdução:

O tema a ser tratado nesta monografia será a relevância da categoria superexploração da força de trabalho para compreender a contribuição de Ruy Mauro Marini na teoria da dependência. Na busca de entender os pontos de atualidade da contribuição de Ruy Mauro Marini, pretende-se utilizar o método materialista-dialético para conseguir captar o progresso teórico dentro da formulação do autor, na análise das estruturas da forma capitalista dependente que compõem a forma sócio-histórica de reprodução do capital na região. A pesquisa em questão irá buscar conceituar a dependência conforme a visão da teoria marxista da dependência, principalmente se aprofundando na categoria da superexploração da força de trabalho. Contudo, como as categorias dentro do arcabouço teórico da pesquisa possuem características relacionais, históricas e tendenciais faz-se necessária uma retomada histórica dos objetos América Latina e Brasil, conjuntamente com uma breve retomada de outras categorias umbilicalmente ligadas com a superexploração, da mesma forma como serão empregues categorias como massa de mais-valia<sup>1</sup> e taxa de mais-valia<sup>2</sup>. Sendo assim, é fundamental pensar a sua materialidade confluyente com breves explicações sobre as trocas desiguais e o divórcio entre a estrutura produtiva e as necessidades das massas, para conseguirmos compreender a sua importância em Marini. Este ferramental de análise será estudado no primeiro capítulo denominado de “Categoria da dependência em Marini na América Latina e, em particular, no Brasil”.

Depois de se analisar historicamente, as relações entre os componentes estruturais da formação e reprodução *sui generis* do capitalismo latino-americano, conseguiremos nos aprofundar em seus fundamentos. Além disso, conseguiremos mostrar algumas formas concretas de superexploração e algumas de suas manifestações tomando como maior exemplo o Brasil. A pesquisa busca desvendar o âmago dessa categoria em Marini, logo, uma análise de como o pagamento da força de trabalho se concretiza debaixo do seu valor dentro da realidade dependente se torna essencial, para conseguirmos agir de forma consciente sobre a realidade. As

---

<sup>1</sup> De forma simplificada entende-se a massa de mais-valia enquanto o mais-valor produzido pela jornada de trabalho de um trabalhador médio, multiplicado pela quantidade de trabalhadores empregados. É, também, igual a um certo capital variável adiantado, vezes a taxa de mais-valia ou a razão composta de quantidade de trabalhadores ao mesmo tempo explorados (por um único capitalista) e o nível de exploração singular na qual está submetida a força de trabalho.

<sup>2</sup> Resumindo e simplificando a taxa de mais-valia (ou mais-valor) é a expressão do grau de exploração da força de trabalho.

relações entre mais-valia relativa, mais-valia absoluta, as relações dialéticas entre fundo de consumo, fundo de vida com seus pares, valor diário e valor total nos ajudaram a desvendar o funcionamento da categoria<sup>3</sup>. Assim como a historicidade dessa categoria e como pensar a realidade dependente a partir de uma ótica voltada para o mundo do trabalho é uma ferramenta fundamental da Teoria Marxista da Dependência e o estudo de algumas de suas atualidades. Todavia, abordaremos o assunto de forma mais intensa no “A categoria da superexploração da força de trabalho em Marini”, segundo capítulo.

Na tentativa de mostrar o *quantum* da diferença faz a teoria marxista da dependência analisar enquanto essência a centralidade do mundo do trabalho. O que faz Marini perceber enquanto estrutura da dependência a superexploração da força de trabalho. Essa percepção faz as análises da teoria marxista da dependência possuam traços qualitativos distintos dos mecanismos de superação da dependência, na qual propostas por outras teorias. Portanto, enquanto contraponto analisaremos a teoria da interdependência, pois é uma teoria com um arcabouço teórico diferente, consequentemente não adota a categoria aqui pesquisada mais profundamente. Entre seus representantes estiveram um dos maiores críticos desta categoria, Fernando Henrique Cardoso, e seus debates com Marini foram importantes na categorização da dependência. Entretanto, as leis econômicas específicas apontadas por Marini não foram superadas e nem boa parte dos escritores marxistas da dependência ligadas a essa tradição, ao exemplo de Vânia Bambirra. “A teoria da (Inter)dependência de FHC” será o nome do terceiro capítulo, no qual passaremos uma leitura crítica da abordagem do maior autor dessa escola: Fernando Henrique Cardoso (FHC).

Após a abordagem da leitura da teoria da interdependência, vamos nos aprofundar nas tréplicas realizadas por Marini em defesa do seu eixo categorial. As reduções realizadas por Fernando Henrique Cardoso, que em dado momento confunde a superexploração com mais-valia absoluta. Busca-se com isso: estabelecer os posicionamentos distintos sobre o desenvolvimento, superação da dependência e a interpretação sobre a validade da teoria do valor-trabalho. Justamente pelo fato de

---

<sup>3</sup> O processo de acumulação dentro das economias dependentes acontece violando tanto o fundo de vida quanto o fundo de consumo, ou seja, é uma forma de reprodução do capital na qual o valor diário e o valor total da força de trabalho são constantemente transgredidos. Valor diário da força de trabalho: é o salário recebido pelo trabalhador pelo dia de trabalho, e este mesmo irá compor o seu fundo de consumo, que é usado para compra de produtos com valor de uso. Valor total: é a parcela total dos recebimentos do valor diário, o valor total irá compor o fundo de vida dos trabalhadores.

que para a teoria marxista da dependência, a lei do valor é pedra angular para apresentar os fundamentos estruturais da dependência, para existir uma força de trabalho a ser remunerada debaixo do seu valor, a lei do valor-trabalho precisa existir e se manifestar. No quarto capítulo: “Tréplica da TMD às críticas comuns” argumentaremos sobre a relevância da categoria da superexploração da força de trabalho para apreender o real do capitalismo dependente e o que não é a superexploração.

O quinto capítulo será “O racismo e a Superexploração da força de trabalho”. A superexploração não existe em abstrato, ela no caso brasileiro além de existir se relaciona com o fenômeno do racismo estrutural. Portanto, a forma dependente do capitalismo brasileiro, marcado por uma série de contradições econômicas e sociais irão exigir uma atuação estatal, possuindo como característica um controle social sobre as esferas economicamente mais vulneráveis. Dessa maneira, uma característica desse controle se torna um gigantesco aparelho repressivo, na qual, a questão racial é aflorada. Em síntese, a população majoritariamente superexplorada é racializada e a superexploração mesmo não sendo a única chave explicativa é central para a sapiência do fenômeno. Igualmente o entendimento sobre a estrutura dependente do Brasil passa por uma leitura que ao mesmo tempo leve em consideração o entrelaçamento entre as relações de classe e a questão racial.

## **2. Categoria da dependência em Marini na América Latina e, em particular, no Brasil**

A dependência na obra de Marini deve ser entendida como uma consequência de tendências do modo de produção capitalista, em algumas formações econômico-sociais. Dentro dessas sociedades, as características negativas do movimento do capital se situam em melhores condições de atuação, se comparada a sua força no centro do sistema. Ou seja, a dependência em Marini não é a ausência de capitalismo, mas sim uma forma de reprodução do mesmo. Esse capitalismo se desenvolve de forma tardia, em uma temporalidade histórica marcada pelo surgimento do capital monopolista, essas nações dependentes se apresentam enquanto formalmente livres. Entretanto, suas economias são marcadas pelas trocas desiguais onde há constantes transferências de valor da periferia para o centro. Destarte, essa forma de ser capitalista tende a reproduzir lógicas de estratificação social específicas, que estão submetidas as leis gerais de acumulação capitalista, mas, possuindo assim leis tendenciais próprias. As leis tendenciais que Marini observou dentro da realidade dependente são: primeiro, transferência de valor; segundo, cisão no ciclo do capital; a terceira se refere a superexploração da força de trabalho (o fenômeno sobre o qual iremos nos aprofundar mais).

Como qualquer teoria marxista a teoria marxista da dependência (TMD) obedece ao método do materialismo histórico e dialético, nesse método todos os arcabouços categoriais representam sínteses de múltiplas determinações. Sendo assim, a história não é só importante como também passa a ser fundamento da análise de Marini, partindo das contribuições de Marx à crítica da economia política, dos escritos de Lenin sobre o imperialismo e escritos de Rosa Luxemburgo. Enquanto tal, essa teoria entende o imperialismo não enquanto um fenômeno externo apartado do interior dos países dependentes, mas sim compreende que as burguesias internas eram interligadas e associadas (ainda que de forma subordinada) às relações imperialistas.

Mas o que é a dependência? Segundo (SANTOS, 2018, p.63):

A dependência é, portanto, o modo específico da produção capitalista em nossos países. É, também, a forma por meio da qual nossas sociedades se estruturam. A dependência é a situação que condiciona e dá ao nosso desenvolvimento uma forma específica no contexto

mundial: a de um capitalismo dependente. Este desenvolvimento possui leis próprias, condicionadas por essa situação, que necessitamos compreender para agir conscientemente sobre nossa realidade.

É um movimento dialético de diversas conexões entre o externo e o interno. O que é externo passa-se por uma internalização e voltar a se exteriorizar. É a forma de ser capitalista da América Latina (AL) e do Brasil, é uma ligação estrutural que foi definida por Marini:

1. A dependência é a relação estrutural que liga o desenvolvimento e o subdesenvolvimento capitalistas. Portanto, para mais desenvolvimento capitalista, mais dependência.
2. O imperialismo não é um elemento externo como pretendia a Cepal, mas um elemento constitutivo da dependência. Isso levou a que a luta contra o imperialismo fosse também a luta contra a burguesia interna e contra o capitalismo mundial.
3. Na medida em que a dependência é uma relação estrutural, constitutiva da sociedade latino-americana, não se pode captá-la apenas como dependência externa, mas há que levar em consideração os diferentes mecanismos econômicos que fazem com que a dependência se mantenha e se aprofunde, inclusive os movimentos de capitais e a dependência tecnológica. (MARINI apud LUCE, 2018, p.211)

Na TMD, a categoria de formação econômico-social é fundamental para entender a dependência. As relações, as tendências, a historicidade de um modo de produção compreendido enquanto forças produtivas e relações de produção são elementos de compreensão da realidade indispensáveis. Contudo, a formação econômico-social além de abarcar essas categorias, também relaciona outras questões fundamentais como: concepções políticas, religiosas, artísticas, jurídicas, filosóficas, culturais e as instituições da sociedade. Dessa forma, é um conceito que busca compreender as desigualdades próprias do modo de produção capitalista e suas especificidades.

O grande mecanismo que possibilita um melhor entendimento da dependência reside na observação da plena regência da lógica de acumulação geral do capital. Todavia, o fato dessas leis serem gerais não as colocam enquanto exclusivas e nem que possuam os mesmos graus de intensidade. É, justamente, pela manifestação desigual dessas leis em graus diversos de intensidade que, na periferia do sistema, podemos verificar um movimento histórico confluyente entre um conjunto de formações econômico-sociais que possuem leis próprias. Entretanto, leis específicas vinculadas

às leis gerais de acumulação, justamente porque em Marx a história importa e suas leis econômicas são postas pelo movimento do objeto e não ao contrário. Sendo assim, os desdobramentos históricos, sejam gerais ou específicos, possuem interferência no objeto. Quando determinadas tendências se repetem com certa frequência podem levar a uma regularidade histórica e essas a se manifestarem enquanto novas situações nas quais se modifica qualitativamente o objeto. Destarte, se pensarmos que certas regularidades específicas devem ser entendidas enquanto fenômenos que desvendam particularidades de um objeto, estamos observando a maturação de novas leis tendenciais específicas. Saltaram aos olhos de Marini 3 leis tendenciais, mas, quais seriam elas? 1) Transferência de valor por trocas desiguais, 2) divórcio entre a estrutura produtiva e a necessidade das massas (cisão no ciclo do capital) e 3) superexploração da força de trabalho.

Dentro do comércio mundial existem diversos papéis que são tomados no âmbito da produção. Determinados países se especializam e exercem papéis díspares na divisão internacional do trabalho. Para conseguirmos compreender esse processo podemos pensar em 2 capitalistas, o capitalista A e o capitalista B, ambos produzem a mesma mercadoria. Contudo, A é mais produtivo que B fazendo com que os valores por eles apropriados sejam distintos, quanto mais produtivo menor o valor apropriado individualmente. Todavia, a mercadoria é vendida pelo preço que se apresenta no mercado para A e B, só que, nesse caso, A, por ser mais produtivo, consegue se apropriar da mais-valia extraordinária, os capitais menos produtivos transferem valor aos mais produtivos. Nesse nível de abstração, economias que fossem menos produtivas, abaixo da média mundial, não conseguiriam se apropriar da totalidade dos valores por elas produzidas. Assim como o capitalista A se apropriou de uma parcela maior de mais-valia, países com maior grau de produtividade se apropriariam da mais-valia produzida dos países de produtividade mais baixa (CARCANHOLO, 2013). Contudo, em setores diferentes o comércio de mercadorias pode ser percebido melhor enquanto trocas desiguais. O fato de determinados países exercerem monopólios ou oligopólios sobre determinadas mercadorias, ou deterem vantagens dentro do processo de produção, configura uma vantagem competitiva. A materialidade dessa vantagem pode ser observada pela venda dos produtos acima do valor se configurando enquanto troca desigual.

Em Marx, determinados setores econômicos que possuem um alto grau de produtividade conseguem vender suas mercadorias se apropriando mais do mais-valor. Quando levamos essas observações ao mercado mundial e observamos diferentes papéis no processo de acumulação em escala global, podemos observar que os países dependentes tendem a transferir uma parte da mais-valia internamente produzida aos países centrais. Esse processo leva a uma apropriação de um lucro médio superior à própria produção de mais-valia produzida exclusivamente nos territórios nacionais no âmago do sistema capitalista.

Tomada em consideração essa particularidade, na qual, as economias periféricas transferem valor ao centro, cria uma necessidade interna de compensação. No processo de produção de mercadorias, a burguesia interna lança mão da superexploração da força de trabalho, justamente para conseguir aumentar a taxa de mais-valor produzida. Ou seja, a perda de renda gerada pelo comércio mundial é preferencialmente contrastada pelo aumento do desgaste físico e/ou mental da força de trabalho. Justamente, o objetivo dessa burguesia é favorecer as suas forças impulsionando o seu próprio mecanismo de apropriação do valor em detrimento das condições de reprodução da força de trabalho. Todavia, o fato de ser preferencialmente não significa exclusiva, única ou que o aumento desse desgaste seja exclusivamente através de mais-valia absoluta ou mais-valia relativa, normalmente ambas as formas de extração de mais-valia são utilizadas para superexplorar a força de trabalho.

A própria lógica de funcionamento e estrutura do comércio mundial onde os países do âmago do sistema são os verdadeiros detentores de tecnologia contribui para a apropriação em escala mundial da mais-valia pelas trocas desiguais. Essas tecnologias pertencentes a esses países incrementam a sua composição orgânica do capital e a sua composição técnica, objetivando a maximização do processo descrito acima. Entretanto, os países dependentes participam do mercado mundial com um desnível tecnológico o que restringe o seu ganho de produtividade a partir de novas tecnologias quando comparamos a produtividade média global, reforçando assim um dos motivos dessa burguesia interna apelar para superexploração.

O segundo ponto que iremos analisar é o da cisão do ciclo do capital: uma das marcas do capitalismo dependente é o divórcio entre a estrutura produtiva e a verdadeira necessidade das massas. O movimento do real nos indica que existe uma



contradição entre as necessidades dos povos de países dependentes e a própria produção de mercadorias a serem produzidas. Na Europa o capitalismo nasceu para atender o mercado interno, na AL o capitalismo surge enquanto uma forma de atender as demandas por matérias-primas e alimentos dos países centrais. Na AL as oligarquias se subordinaram na divisão internacional do trabalho, enquanto economia agroexportadora de início. Dessa forma, o capitalismo se caracterizava enquanto externo que se internaliza e passa a ter suas próprias formas de se reproduzir internamente e de se exteriorizar. Destarte, passa-se assim as economias tanto a obedecer às leis gerais do capitalismo, quanto a produzir tendências particulares. Só que, sob condições de dependência, as contradições do modo de produção capitalista não possuem, no que tange as contra tendências positivas, a mesma força. Isso leva à materialização das leis específicas do capitalismo de uma forma muito mais negativamente determinada.

Dentre as consequências desse dinamismo, podemos identificar a cisão nas fases do ciclo do capital. Esta mesma está inserida de início na economia agroexportadora e dentro dela possuía algumas especificidades. Segundo Mathias Luce (2018), a cisão existente nesse período abrangeu a relação entre o mercado interno e externo. Entre os motivos de existência desse divórcio, estaria o fato dos investimentos dos vastos setores da economia estarem sob o controle do capital estrangeiro; em segundo lugar, está o fato da imensa maioria dos meios de produção serem importados. E, também, grande parte da força de trabalho estava submetida a condições híbridas de trabalho “[...] entre a subsunção formal e subsunção real [...]” e com salários muito baixos, o que configura o terceiro motivo (LUCE, 2018, p.93). O quarto ponto está no fato de que a concretização do “salto mortal da mercadoria” se dava no mercado externo, ou seja, a classe trabalhadora não era vista no campo da circulação enquanto demanda. Isto levou à facilitação do apelo a contrastar as perdas de valores pela superexploração, pois mesmo determinando a taxa de mais-valor, o trabalhador com o seu consumo próprio tinha pouca importância. A tendência imanente ao sistema era a de promover um controle salarial, seu rebaixamento (absoluto ou relativo) e agravar o desgaste da força de trabalho. Sendo assim, as condições de reposição da força de trabalho possuíam uma posição desprivilegiada dentro do sistema, gerando uma rotatividade muito grande da força de trabalho no processo de produção. Se pegarmos o exemplo brasileiro veremos a manifestação de

um contingente gigantesco de imigrantes europeus que aumentaram o contingente populacional de trabalhadores, gerando um reforço na compressão dos salários e aumento da superexploração. Em quinto lugar: a acumulação se completava em relações externas à economia dependente, tendo em vista que tanto a cisão do ciclo do capital dependente, as trocas desiguais e a superexploração estão conectadas. Última forma de como se materializa esse fenômeno nas economias dependentes está, justamente no fato de uma parte considerável da mais-valia interna ser drenada para fora. Na AL: “[...] as ‘condições objetivas’ da transformação capitalista são demasiado fracas e descontínuas[...]” essa burguesia então busca “[...] coletivamente [...] privilegiar suas relações” com o polo externo (FLORESTAN, 2015, p.94). O âmago está em compreender a configuração de uma revolução burguesa marcada “[...]pela cooperação com o polo externo e através de iniciativas modernizadoras de monta, desencadeadas pelo polo externo”(FLORESTAN, 2015, p. 117).

Dentro da economia exportadora, o consumo dos trabalhadores era completamente rebaixado, na tentativa de maximização dos lucros tirados no mercado mundial. A concretude da realidade então se põe formando uma cisão (ou divórcio) entre o consumo individual dos trabalhadores, que ficam relegados às esferas baixas do consumo, e a esfera alta que busca sua realização no exterior. Contudo, a economia buscava se dinamizar prioritariamente expandindo e reproduzindo a esfera alta de consumo. Em confluência, no centro do sistema capitalista estavam sendo apropriados os valores produzidos pela periferia e desenvolvendo aqui o papel da América Latina (AL) no processo de acumulação de capital. A AL contribuiu para o deslocamento do eixo de acumulação da mais-valia absoluta para a mais-valia relativa, com ela mesma tendo uma participação subalterna no processo. Mas, com as mudanças dessas economias agroexportadoras em economias industriais dependentes, como se manifesta essa cisão?

Com o processo de industrialização que começou no início do século XX, a esfera alta de consumo, antes vinculada com o mercado externo, passa por uma internalização. E isso gerou as dores da formação do novo, a formação de uma nova cisão no âmbito das economias dependentes. Agora cerne do problema da economia se apresenta enquanto formadora de bens de luxo internamente fabricados, entretanto, a complexidade necessária para produzir máquinas que fazem máquinas não chegava a níveis satisfatórios. Dessa forma, ocorre um movimento duplo dentro dessas

economias dependentes: existe em primeiro momento uma redução das importações para suprimir a demanda por bens de luxo, e concomitantemente a isso um crescimento e estabilização dos bens industriais produzidos internamente para atender as necessidades postas. Mas, ao contrário do aparente, a essência do fenômeno requer graus maiores do entendimento do objeto, pois a realidade não é estática, a produção de bens na qual entram muito pouco na esfera de consumo popular apresentou consequências. Juntamente, o crescimento e aprimoramento da produção interna de bens de luxo e a redução interna da produção de bens necessários e que fazem parte do consumo individual dos trabalhadores, ocorrendo um “deslocamento para a produção interna da demanda gerada pela mais-valia não acumulada sem que o setor I estivesse formado”, assim existe um deslocamento em prol dos bens da esfera de consumo mais alta (LUCE, 2018, p.116).

Se quisermos entender a fluidez da concretude do objeto, a partir da segunda cisão devemos ter como comparação o histórico das economias centrais e a formação de suas indústrias. A industrialização nascente das economias do âmago do sistema capitalista ocorreu a partir dos bens de consumo necessário e o setor de máquinas para fazer máquinas (bens de capital) surge em função da produção de bens necessários. Só tardiamente se industrializou a produção de bens de luxo, essa expansão na produção e no consumo “[...] da indústria de bens suntuários corresponde ao consumo oriundo da mais-valia não acumulada, cujo pressuposto necessário é a produção de mais-valia” (LUCE, 2018, p.117). Contudo, dialeticamente ocorre confluyente com o mercado mundial em sua gestação, aparecimento e amadurecimento. Onde as economias dependentes apresentavam-se como impulsionadoras do processo de acumulação, possibilitando um aumento da composição orgânica e técnica do capital, facilitando a passagem mais rápida da mais-valia absoluta para a relativa. No capitalismo central, embora exista uma divisão entre esfera baixa de consumo e a esfera alta, a expansão da esfera alta decorre enquanto consequência das condições de produção (exemplos: progresso técnico e aumento da produtividade). Sendo assim, essas economias conseguiram dentro de seu progresso de cisão engendrar concomitantemente uma contratendência: a redução do tempo de luxo de uma determinada mercadoria, passando para uma mercadoria de consumo popular mais rapidamente. A exemplo: a existência suntuária de bens como a televisão e o automóvel demorou muito mais tempo em economias

dependentes, em contraste as economias centrais o tempo suntuário do bem foi encurtado (LUCE, 2018).

Nas economias dependentes: a industrialização não consegue criar sua demanda, apresentando um problema de realização, aqui a industrialização atende a necessidades de demandas pré-existentes. E, quando a oferta se equilibra com a sua demanda correspondente, isso não se faz a partir de uma expansão do mercado consumidor de massas. Essa demanda era pautada pela esfera alta de circulação, até que surgisse a necessidade da ampliação das mercadorias industriais e esse fenômeno levava a 2 mudanças: 1) uma ampliação do consumo das camadas médias dessas sociedades; 2) a necessidade do aumento da produtividade objetivando o barateamento das mercadorias.

Em sua particularidade, a economia dependente para atender a crescente demanda das classes médias. Só que a superexploração da força de trabalho afeta de forma moderada a expansão dos efeitos positivos. Entretanto, para conseguir atender a primeira mudança, o capital precisa aumentar a sua renda, esta advém da mais-valia e do controle exercido sobre o nível de salários. Portanto, mesmo os impulsos positivos que o segundo fator impulsiona são dificultados pelas tendências negativamente determinadas do capitalismo dependente. Na busca por solucionar os problemas de realização, essas economias dependentes apelam para o uso da tecnologia estrangeira e com isso tentam incrementar as suas produtividades.

A industrialização na AL demarcou uma nova divisão internacional do trabalho. Todavia, quando essas economias tentam melhorar a sua produtividade do trabalho, importam tecnologia tentando facilitar o seu crescimento. A partir disso, é gerado um grande afluxo de capitais do centro para a periferia. Esses capitais levam a essas economias a tecnologia requerida, não obstante, essa adoção tecnológica acarreta em uma diminuição dos trabalhadores empregados. As formas capitalistas de se apropriar da tecnologia, em países com uma abundância populacional destacável, forçam a um desemprego estrutural e a um crescimento precoce do setor de serviços enquanto forma de acobertamento da inatividade. Dessa forma, gerou-se um progresso técnico em uma sociedade onde impera uma maior exploração da força de trabalho. O grande excedente populacional facilitou, junto ao progresso técnico, a persistência e intensificação do ritmo de produção e do desgaste físico e mental dos trabalhadores. Além disso, existiu uma comunhão entre o desgaste da força de

trabalho e um pressionamento sobre o valor pago a sua remuneração, assim o pagamento se verifica em proporções inferiores ao seu valor real. Nesse sentido, o progresso técnico teve enquanto direcionamento principal o setor de bens suntuários, e isso acarretou dentro do capitalismo dependente problemas de realização. Justamente porque o aparato produtivo interno não condiz com os bens de consumo individual das massas. Para superar esses entraves se utilizaram da inflação e sua capacidade de concentração de renda, aqui esse instrumento foi usado para transferir renda da esfera de consumo baixa até a esfera de consumo alta da economia. Contudo, só isso era ineficaz para deter os problemas gerados pela falta de realização da mercadoria. Logo o papel do Estado dentro desse modelo era fundamental, a intervenção governamental passou a ser a financiadora do consumo supérfluo. Concomitantemente, esses mecanismos só ficavam de pé concretamente com uma desvalorização e rebaixamento dos salários reais, assim se reprimia o consumo dos trabalhadores. Portanto, a maneira factual do capitalismo dependente achacou o investimento nos bens consumidos pela esfera baixa, na qual participa a maioria absoluta das massas. Em todo esse contexto existe uma promoção intensificada da estratificação social abismal que é ainda potencializada pela superexploração. Todavia algumas economias dependentes tentando transpor seus problemas de realização internos buscam no cenário internacional reduzir os seus efeitos nocivos. Este é o caso das economias dependentes mais industrializadas, denominadas pela TMD por tipo A, esse é o caso do Brasil, México, Argentina, Chile, Uruguai e Colômbia (BAMBIRRA, 2013).

O Brasil, no século XX, foi o país a exteriorizar melhor essa dinâmica de industrialização dependente e a busca por compensar suas limitações internas indo ao mercado mundial. Alguns países que conseguiram um processo de industrialização no final do século XIX realçaram desta forma conjuntural algumas tendências positivas a mais, se compararmos em relação aos países dependentes nos quais a industrialização demorou mais. Dessa maneira, o tipo A conseguiu diminuir o grau de dependência, transferência de valor, superexploração e cisão no ciclo do capital. Esses países passaram por transformações, nas quais, conseguiram criar uma burguesia com vínculos no mercado interno. Com a mudança das relações no mercado mundial e integração monopolista com base nos investimentos diretos estrangeiros (IDEs) no pós-segunda grande guerra, os países do tipo A, a partir da

metade dos anos 50 passam por saltos qualitativos (BAMBIRRA, 2013; SANTOS, 2018). A penetração do capital estrangeiro gerou mudanças significativas no padrão de acumulação, os IDEs foram adentrando todo o setor industrial dessas economias. Assim sendo, realizou-se uma diversificação industrial (mantendo a 2a cisão) e o que deu ao capital estrangeiro e aos monopólios o controle relativo das parcelas mais dinâmicas da economia. Nesse período, fortaleceu-se uma dinâmica de desenvolvimento associado, com integração ao imperialismo, adoção de políticas econômicas que majoravam a exploração da mais-valia local pelos países centrais (a exemplo: o serviço da dívida externa, pagamento de dividendos e *royalties*). Marini percebeu que a economia brasileira desenvolveria problemas de realização graves. O Brasil em consequência de sua industrialização dependente, desenvolveu-se nas marcas do subdesenvolvimento, acarretando um desenvolvimento do subdesenvolvimento. Uma marca desse período foi o aumento da produtividade do trabalho, proporcionada pela industrialização. Contudo, nos marcos da 2a cisão, esse crescimento excluía as grandes massas do consumo. O desenvolvimento desse período se deu justamente pela combinação entre o aumento da produtividade do trabalho, junto aos rebaixamentos salariais. Assim se criou um momento histórico em que a realização do capital-mercadoria dos bens de consumo correntes estava cada vez mais difícil de se realizar.

Notemos apenas que os próprios índices da produção industrial indicam que, tomando os anos de 1964 e 1970 como termos de comparação, ramos como os de material de transporte saltaram de um índice de 92,4 para 225,2 enquanto indústrias de bens-salários, como a têxtil caíram de 101,6 para 97,2, e a indústria de vestuário e calçado se manteve praticamente estagnada, em torno de 113. De fato, é difícil imaginar camadas trabalhadoras que[...] estariam se integrando ao consumo, contribuindo para dinamizar, por exemplo, o mercado de automóveis, antes do que o de bens de consumo corrente! (MARINI, 2017, p. 32).

Além disso, ocorre uma intensificação da superexploração da força de trabalho e uma dinâmica de distribuição da riqueza extremamente perversa pelo seu caráter absurdo e regressivo. Dessa forma, criava um rebaixamento do consumo dos trabalhadores e uma expulsão dos mesmos dos setores produtivos. Dessa forma, “[...]o sistema econômico imposto ao Brasil pelo grande capital [...]” interno com seus parceiros externos “[...] agrava cada vez mais as características monstruosas do sistema [...]” proeminentemente o exército industrial de reserva, “[...] sob forma do

desemprego aberto ou oculto [...]”, e o divórcio dessa estrutura produtiva com as necessidades das massas (MARINI, 2017, p.32-33). Portanto, o caráter de expulsão dos trabalhadores não se localiza “só” no que tange ao consumo das massas, mas também formam um exército industrial de reserva gigantesco. As constantes internalizações tecnológicas apropriadas pela lógica do capital estimularam ainda mais o subemprego, desemprego. Tentando captar o objeto, vejamos alguns dados:

[...] de acordo com os dados do Banco Central (Boletim, agosto de 1970), o montante total da dívida pública brasileira era de 4,714 bilhões de dólares. Se as exportações brasileiras atingirem o máximo previsto para 1970, chegarão a um valor excepcional de 3 bilhões de dólares. Levando em consideração as amortizações desta dívida serão de 1,154 bilhões em 1970, constata-se que estas amortizações consomem cerca de 35% das divisas obtidas com as exportações. Esta terrível situação financeira transcorre no marco de um gigantesco esforço de aumento das exportações, pois estas aumentaram enormemente em quantidade, comprometendo grande parte das horas de trabalho dos trabalhadores brasileiros (valor das exportações brasileiras em milhões de dólares: 1962,1.214;1965,1.596;1969, 2.311). Estes não são somente, portanto, escravos dos seus patrões, mas também destinam um terço de seu esforço produtivo para pagar dívidas e amortizações de dívidas adquiridas para o financiamento do capital estrangeiro [...] Como resultado da ‘ajuda’ internacional massiva ao ‘milagre econômico brasileiro’, o endividamento externo elevou-se a 18 bilhões de dólares em 1974, 22 bilhões em 1975 e 27 bilhões em 1976. (SANTOS, 2018. P 159-160)

As exportações brasileiras entre 1964 e 1973 saíram de 1,5 bilhões de dólares para mais de 6 bilhões. Entretanto, é emergente destacar o crescimento vertiginoso das exportações industriais, de 100 milhões até 1,8 bilhões de dólares passando de um montante representativo de 7% até 30% aproximadamente<sup>4</sup> (MARINI, 2017). Dessa forma, em certa medida o país passa a exercer uma apropriação do valor em relação as economias menos produtivas, assumindo algumas características peculiares do desenvolvimento dependente denominado de subimperialismo. Se relacionarmos a expansão dessa economia para os mercados externos com o crescimento industrial (marcado pela 2ª cisão e o represamento das indústrias de bens e salários), a economia brasileira estava sofrendo as consequências da superexploração. Apresenta-se nessa economia uma industrialização na busca de atender as classes médias e altas e para tal a saída encontrada foi a transferência de

---

<sup>4</sup> Dados numéricos retirados de (MARINI, 2017, p.34).

renda das massas submetidas ao pagamento de sua força de trabalho inferior a suas necessidades em direção aos consumidores da esfera alta de consumo. Todavia, como se realiza uma conexão entre superexploração e o processo acima referido?

As indústrias de bens suntuários (com seus intermediários, e equipamentos vinculados a esse ramo), estas são as pedras angulares do sistema as indústrias de bens luxuosos. Essas são aquelas nas quais a maior parcela das empresas está ligada ao polo externo (multinacionais, IDEs e etc), normalmente são grandes empresas. Já as empresas médias e pequenas dominam o setor de bens-salários. Analogamente a economia brasileira (marcada pelas trocas desiguais, 2ª cisão e pela superexploração), buscou intensamente beneficiar os bens de luxo, ou seja, os setores divorciados do consumo das massas eram privilegiados. Nas palavras de Marini (2017, p. 39): “[...] a realização do capital tende a reduzir a sua relação com o mercado interno”, ao mesmo tempo em que o país desponta enquanto um centro de acumulação médio com uma composição orgânica<sup>5</sup> do capital intermediário<sup>6</sup>. Dentro do capitalismo, acúmulo de capital e a sua valorização se confundem com o poder, logo aparece uma variável nova que melhor se encarna no Brasil. A partida ao exterior é a maneira do subdesenvolvimento interno se desenvolver enquanto dependente, portanto, o desenvolvimento do subdesenvolvimento conduz ao subimperialismo. Pois, os efeitos da busca por novos mercados, tecnologias externas e até uma certa reprodução em pequena escala das trocas desiguais com os países de menor produtividade média do trabalho não se convertem em elevação do nível de vida das massas. Ao contrário, a necessidade de rebaixar cada vez mais os salários e as condições de vida dos seus trabalhadores, no objetivo de diminuir os custos e garantir o crescimento se faz necessário. Justamente, pelo fato de não se apoiar nas massas o sistema continua sua reprodução estrutural, dessa forma, produzindo cada vez mais dependência.

Nessa sociedade onde um grupo seleto de consumidores possui acesso a bens caros, em outra ótica, havia uma massa de trabalhadores com acesso quase exclusivo aos bens não dinâmicos do sistema. Como as indústrias com maior capacidade tecnológica possuem uma inclinação maior a tirar proveito do aumento da escala, estas, então, forjam um modelo tremendamente excludente (FURTADO, s/d). Com

---

<sup>5</sup> Entende-se a composição orgânica do capital, uma razão entre o capital constante e variável.

<sup>6</sup> Isso significa um nível médio de participação do capital constante na composição orgânica do capital.



uma esfera alta se beneficiando mais quanto maior for a concentração de renda interna, com isso oferecendo um duplo mecanismo: 1º a esfera com maior tecnologia e dinamismo obtém mais lucro cada vez que mais se exclui as massas e 2º é concomitante ao primeiro, ao passo em que se exclui o povo, maior é o espaço da superexploração da força de trabalho para se aumentar a massa de mais-valia e possibilitar uma melhor acumulação do sistema. Destarte, características essenciais do subimperialismo surgem:

- a) “A partir da restauração do sistema capitalista mundial que deriva da nova divisão internacional do trabalho” (MARINI, 2017, p.40), e surgimento dos centros médios de acumulação e suas partidas para o exterior.
- b) “A partir das leis próprias da economia dependente, essencialmente: a superexploração [...]” segunda cisão, “[...] monopolização extremada a favor da indústria de bens de consumo suntuário [...]” o caráter de colaboração entre a burguesia interna e internacional, a partir da integração subalternizada da primeira aos interesses da segunda (MARINI, 2017, p. 40).

[...] É claro que o crescimento capitalista se dá acelerando a acumulação de capital ou a modernização institucional, mas mantendo, sempre, a expropriação externa e o subdesenvolvimento relativo, como condições e efeitos inelutáveis. (FLORESTAN, 2020, p. 289)

Aqui não se trata de estabelecer um estagnacionismo, mas sim de perceber os fenômenos estruturais da dependência. Mesmo que exista crescimento econômico, a forma *sui generis* do nosso capitalismo continua se manifestando, pois existe um fenômeno do qual as burguesias internas e externas necessitam, a superexploração da força de trabalho. Desse modo, mesmo se industrializando, crescendo e conjunturalmente até possam existir momentos de distribuição de renda, não conseguem fugir de sua estrutura e seus determinantes. Não se trata de uma falta de capitalismo, mas sim de sua manifestação existente para a maior parte da humanidade. A expressão de uma forma de ser capitalista onde os determinantes negativos são intensificados e as veias sempre continuam abertas.

Os anos 70 e 80 foram anos que marcaram, com uma crise de grandes proporções, o fim do modelo industrialista do pós segunda guerra. Sendo o seu fim marcado pela crise da dívida externa. No Brasil, entre os anos de 1974 à 1978 o

serviço da dívida externa passou de 3,4 para 10 bilhões de dólares<sup>7</sup>, aumentando a quantidade de valor a ser expropriado pelos capitais internacionais. E, para que se conseguisse arcar com tal peso, a economia dependente brasileira, liderada pela burguesia interna, buscou novamente uma maximização da integração interburguesa com uma retroalimentação da superexploração. Cada vez mais a força de trabalho tinha seus rendimentos e qualidade de vida achacados em prol da manutenção das taxas de lucro interna e externa. A opção por novos empréstimos internacionais para serem pagos pelo aumento da massa de mais-valia gerada pela superexploração foi tomada, ao mesmo tempo em que se mantinha a exclusão das massas do processo produtivo, dessa forma gerando um aprofundamento da dependência e aflorando seus determinantes estruturais. A partir de um crescimento gigantesco da dívida total, de 1973 à 1978 o salto foi de 12,5 à 43,5 bilhões de dólares<sup>8</sup>, dentro desse ambiente produtivo cada vez mais se acrescia uma maior parcela do dispêndio realizado pela força de trabalho para financiar o capital estrangeiro e a dívida externa (mais seus compromissos). Celso Furtado observando os impactos da dívida, o mesmo ressalta: “[...] esse refinanciamento engendra uma carga financeira que hipoteca o futuro do país. Por outro lado, já não é possível manter a taxa de investimento sem continuar a aprofundar o endividamento” (FURTADO, 1981, p. 55), ou seja, a acumulação interna se vê prejudicada pela transferência de valor para fora, e os custos deste ônus serão repassados para os trabalhadores. Por exemplo: o modelo de política extremamente restritiva que buscou no início dos anos 80 diminuir o consumo interno em busca de uma elevação das exportações, ou pela inflação crescente que deteriorou o poder de compra e a condição de vida das massas. A questão social não estava alheia a isso, em 1970 no Rio de Janeiro contou com 757 mil favelados; em 1980, 1.740.000; em 1970, 50% dos mais pobres participavam de 14,9% da renda; e, em 1980, caiu para 12,6%; os 10% mais ricos saíram de 46,7% para 50,9% e os 0,1% passaram de 14,7 para 16,9%. Aqui se manifestou uma deterioração social gigantesca perpassando por: aumento da mortalidade infantil, aumento dos acidentes de trabalho, baixo crescimento da infraestrutura urbana, problemas sanitários e habitacionais. Destaca-se a configuração majoritária da população negra entre os subempregados, subproletários e na população relativa (GONZALEZ, 2020).

---

<sup>7</sup> Dados retirados (FURTADO, 1981, p.49).

<sup>8</sup> Dados retirados (FURTADO, 1981, p.52).

Foi contínuo durante todo os anos 70 e início dos 80 um processo de integração e monopolização dos mercados, esse processo foi essencial na concentração de poder global em um número cada vez menor de empresas. Ao mesmo tempo aqui os estados nacionais cada vez menos conseguem ter capacidade de desenvolver e coordenar projetos, pois os polos de decisão estão cada vez exteriorizados nas mãos de monopólios e oligopólios estrangeiros (SANTOS, 2018). Sendo o capital estrangeiro eixo angular de acumulação de todo esse movimento histórico, será ele também o ator fundamental no novo padrão de reprodução do capital nos países dependentes. Dessa maneira, nos anos 80 e década de 90 se estabelece um novo padrão exportador de especialização produtiva (NPEEP). Este é caracterizado por um processo de destruição de boa parte das indústrias e o reposicionamento do seu papel estratégico. No geral, ocorre uma desindustrialização generalizada em todas as economias latino-americanas, afetando até a economia brasileira e os países de tipo A. Ou seja, mesmo países com um maior grau de complexidade e industrialização passam pelo novo padrão, graças a sua subordinação e integração aos capitais internacionais, reformulando uma economia de exportação de um novo tipo. As bases de análise dessa nova forma *sui generis* de ser capitalista está no papel central que as vendas no mercado mundial assumem. Sobre esse traço proeminente, nesse novo padrão, as privatizações e as falências dos anos 80, permitiram a centralização ainda maior do capital privado e a sobrevivência de um pequeno número de estatais fortes. Sendo assim, as atividades da região seguem a partir disso diversos graus de complexidade sejam essas agrícolas, de extração de minerais, industriais, de serviços. Além disso, essas economias tendem a se especializar em setores específicos que por sua dinâmica vão concentrando tanto os avanços técnicos, quanto o dinamismo produtivo no interior dessas economias.

Agora se materializa uma realidade de poucas atividades produtivas, entretanto, conseguem se consolidar e organicamente se ligam com a produção local, mas são partes de cadeias produtivas mundiais. A importância do capital financeiro consegue se aprofundar e com isso crescem as influências dos capitais internacionais sobre a economia nacional. Nessa realidade, o capital já não obedece a dinâmicas estritamente nacionais, como projetos nacionais de desenvolvimento. Dessa forma, e como resultado disso, as economias dependentes passam cada vez mais por uma

fragilização qualitativamente acentuada de sua soberania, agravando conjunturalmente a dependência nesse contexto histórico.

A partir das categorias desenvolvidas por Marini, pesquisadores como Osorio, Carcanholo, Amaral e Luce buscaram observar as mudanças engendradas por esse novo padrão de reprodução. É interessante perceber, algumas características da dependência, pois, elas se mantiveram constantes, mesmo obtendo novas formas. A importância de bens agro minerais, empresas industriais locais fortes e a produção de bens feita por maquiladoras. Vale destacar uma nova forma de reproduzir no NPEEP nossas características exportadoras, portanto, reformulando um velho movimento. É simples, nesse modelo continua-se produzindo para fora, e o produzir para o mercado mundial é entendido enquanto sinônimo de desenvolvimento econômico. Todavia, para se consolidar este pensamento em uma análise meticulosa é fundamental dar as costas às condições de trabalho, a piora na vida da força de trabalho e o aumento constante da exploração (OSORIO, 2012). Contudo, isso tão pouco, não significa uma continuidade estática da dependência, ela se reapresenta sobre novas condições, são novas porém iguais, pois em seu âmago mantêm as estruturais gerais e específicas da capitalismo na região. Mas, as formas de reproduzir essas estruturas se modificaram qualitativamente assumindo características recentes.

O NPEEP se sustenta através de sua produção, na qual partes significativas delas são endereçadas ao mercado externo. Entretanto, se conseguisse isso estabelecendo uma relação de queda nos salários e prejudicando o consumo dos trabalhadores e com isso se reduz a quantidade de valores de uso comumente usada pelas massas de forma relativa. As novas tecnologias adotadas são utilizadas de forma a levar cada vez mais os trabalhadores ao desemprego e ao subemprego, e já que grande parte do produzido é para a exportação o papel do consumo de massas é reduzido. O mercado interno fica restrito a uma parcela reduzida das massas (não significa ausência absoluta do mercado interno), no Brasil por exemplo são poucos os trabalhadores que ainda hoje conseguiram ascender ao nível do salário mínimo (apontado pelo DIEESE), necessário para se reproduzir em condições socialmente mais próximas ao seu valor.

Este reduzido mercado interno articula-se com os novos capitais cada vez mais monopolizados, oligopolizados e com as penetrações constantes dos IDEs. Dessa forma, as transferências de valor para economias centrais precisam ser aumentadas

ao mesmo tempo em que não se pode impedir a acumulação interna do capital. E para se possibilitar a acumulação capitalista *sui generis* é preciso majorar a taxa de mais-valia internamente produzida. Dessa maneira, a superexploração se articula enquanto ferramentaria essencial na tentativa de compensar as transferências de valor. Ou seja, a venda das mercadorias dos países dependentes dentro do projeto atual é fundamental para atender as necessidades dos centros dinâmicos, esses externos a essas economias, se aproveitando do valor produzido por elas.

As constantes transferências de valor por trocas desiguais, *royalties* e outros mecanismos são aprofundados. Em contrapartida, os IDEs assumem um papel essencial nos países dependentes, de 1980 até 1996 ocorre um salto de 14,9 para 37,8 do total mundial desses investimentos nos países subdesenvolvidos. Sendo também, as privatizações um mecanismo de atração dos IDEs, que se somam aos investimentos para a consolidação de novas cadeias produtivas. Outra característica que se notou foi uma profunda participação do capital privado estrangeiro no setor bancário em um momento de crescimento da importância do mesmo dentro dessa fase do capitalismo. Entretanto, qual é o perfil desses novos investimentos?

Trata-se, em geral, de investimentos com pouco enraizamento, nos quais trabalhos de maquila, montagem, embalagem e rotulagem são prioritários, o que facilita a mobilidade do capital para outras regiões. (OSORIO, 2012, p. 112).

No Brasil, por exemplo, o caráter dos investimentos estrangeiros pós Plano Real possuía como característica fundamental o seu objetivo de curto prazo dentro da economia. E uma centralização do setor bancário com uma maior restrição do crédito. Sendo o crescimento do país pós abertura externa tornado cada vez mais dependente dos IDEs. Dessa forma, ocorre um deslocamento dos investimentos do setor industrial, para setores vinculados a uma localidade, como casas, estradas ou serviços de transporte. Sendo assim, o investimento externo foi formando um novo caráter muito pautado nos serviços, na agricultura, comércio e setor imobiliário com um forte apelo a remuneração no curto prazo (CARNEIRO, 2002). No período podemos observar movimentações do Estado brasileiro em facilitar as transferências de valor.

Dos fatores específicos mais importantes, tivemos em 1994, por meio de emenda constitucional, a equiparação da empresa estrangeira à empresa nacional que permitiu à primeira o acesso ao sistema de

crédito público e a incentivos fiscais. Outras alterações substanciais ocorreram na legislação de remessa de lucros. Suprimiu-se a proibição da remessa de royalties por marcas e patentes. A tributação da remessa de lucros foi reformulada, substituindo-se o sistema de alíquotas crescentes e variáveis, em razão do valor enviado e cuja incidência mínima era de 25%, pela alíquota única de 15% sobre o total remetido. (CARNEIRO, 2002, p. 273)

Outra questão que chamou a atenção no país foi o processo de crescimento dos IDEs no mercado financeiro:

A concentração do mercado acionário em torno de poucas empresas não foi modificada pelo investimento estrangeiro de porta-fólio. A aquisição por grupos estrangeiros de várias empresas via IDE acentuou o baixo dinamismo do mercado primário de ações. Segundo os registros da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, o número de companhias abertas ampliou-se de 846 para 1.047 em 1998 e declinou desde então, chegando a 996 em 2000. O volume emitido de novas ações encolheu no período como um todo, pois passou de US\$ 2,3 bilhões em 1994 para US\$ 3,5 bilhões em 1998, caindo para apenas US\$ 700 milhões em 2000. (CARNEIRO, 2002, p.286)

O setor bancário nacional na segunda metade da década de 90 do país passou por um completo desmonte, sua desnacionalização marcou a época. Essas características são importantes pelo fato de existir uma facilidade de capitais. Ao mesmo tempo uma centralização deles com aumentos das transferências de valor, significa uma coisa: a realidade está assumindo novas manifestações. E, em confluência com essas mudanças, com as leis específicas da dependência e o estabelecimento dos IDEs nos territórios nacionais, percebemos a formação de um ambiente de maior facilidade para *lobbies* políticos dessas empresas. Intensificando a fragilidade para se realizar políticas nacionais autônomas, juntamente com isso, como podemos perceber que existe uma vinculação entre as transferências de valor e o divórcio da estrutura produtiva com a necessidade das massas e a superexploração.

Entre as novas características da NPEEP, podemos elencar uma importância essencial das matérias primas, alimentos e produtos secundários para alimentar o mercado mundial. Contudo, com uma importância relativa dos 2 primeiros, com algumas atividades complexas da economia como área de montagens de veículos ou serviços como *call center*. Essas empresas se configuram enquanto o polo dinâmico e de concentração tecnológica de grande parte dos países dependentes. No final do

século XX e início do XXI, ocorreu uma atipia no mercado mundial, marcado pelo crescimento dos preços dos principais produtos de exportação das economias dependentes. Durante esse processo conjuntural foi possível a aplicação de políticas de distribuição de renda e aumentos salariais que de fato possibilitaram uma melhora de condições de vida. Todavia, também, ao mesmo tempo engendrou uma nova forma de acumulação de riqueza, sua centralização, assim formulando novas desigualdades e se tornava evidente a finitude desse “*boom de commodities*”. Vale a pena ressaltar o fato da conjuntura não definir a estrutura, ou muito menos essa conjuntura alterou os mecanismos estruturais da dependência. As forças de trabalho nos países dependentes ainda sofriam (de forma amenizada), com as transferências de valor, superexploração da força de trabalho e a cisão do ciclo do capital. A conjuntura amenizou a nossa dialética negativa da estrutura dependente por um curto período de tempo. Contudo, a superexploração pode ser observada em todo o período só que tomando novas e velhas formas, nesse período observa-se, por exemplo, no Brasil o caráter pró-cíclico dos acidentes de trabalho e números nos quais indicam uma violação do fundo de consumo como o grau de endividamento das famílias passando de 18,39 % em 2005; para 25% em 2007; saltando para 30% em 2008; chegando a 40% em 2011 e passando para 46% da renda em de julho 2014<sup>9</sup>; aumentos desproporcionais dos aluguéis em São Paulo e o crescimento de valores de uso básicos como a habitação. Segundo Anderson:

[...] observando através da questão da moradia onde as necessidades individuais e coletivas mais visivelmente se intersectam. Nela, a bolha de consumo se transformou cada vez mais numa dramática bolha imobiliária, na qual vastas fortunas foram feitas por empreiteiros e empresas de construção enquanto o preço dos imóveis disparou para a maioria das pessoas que viviam nas grandes cidades e cerca de um décimo da população não tinha acesso a moradias adequadas. Entre 2005 a 2014, o crédito para a especulação imobiliária e construção civil aumentou vinte vezes; em São Paulo e o Rio de Janeiro os preços por metro quadrado quadruplicaram. Somente no ano de 2010, os aluguéis em São Paulo aumentaram 146%. E nesse mesmo período, havia cerca de 6 milhões de apartamentos desocupados, com sete milhões de família sem teto. (ANDERSON, 2016, p 4)

---

<sup>9</sup> Ver <https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2014/09/29/endividamento-das-familias-soma-46-da-renda-em-julho-de-2014>.

Aqui podemos perceber que os salários não conseguiram acompanhar o valor necessário para reproduzir em condições normais a força de trabalho. O crescente endividamento das famílias nos dá um indicador de que nesse período uma parte do fundo de consumo das famílias estava sendo desviado para a acumulação do capital. Não se deve tratar de modo geral as péssimas condições de trabalho, baixos salários e uma qualidade de vida declinante enquanto fenômenos a-históricos. Além disso, existe enquanto uma relação estruturante dentro do capitalismo dependente a deterioração da qualidade de vida, e essa mesma se une à NPEEP. Dentro dela, como os centros dinâmicos são externos, a relação dos salários na economia interna dependente se torna secundária como fenômeno de acumulação do capital, e o primário está em exportar.

Como nas sociedades dependentes os baixos salários são a regra, existe uma dificuldade dessas populações ascenderem a maiores esferas de consumo. Dessa forma, existe aqui um divórcio entre a estrutura produtiva e as necessidades das massas, pois os eixos dinâmicos da acumulação não são majoritariamente acessados pelo povo. Junto a isso, os baixos salários se associam às trocas desiguais e reproduzem essa estrutura produtiva avessa ao povo. No Brasil, mesmo no período conjuntural favorável, ocorreu a estrangeirização das terras (DALPERIO e PEREIRA, s/d), como um braço da cisão e do fortalecimento das transferências de valor, sendo depois de 2008 radicalizado, não obstante, presente e reverberando em conflitos permanentes no campo. O capital estrangeiro cada vez mais detém partes significativas das terras no país, por este modo vem ditando os rumos da produção em comunhão com os grandes latifundiários internos. Sendo assim, ampliam seu poder sobre mais zonas produtivas para o atendimento do mercado externo.

Por qual motivo se escolhe plantar tanta soja e tão pouco feijão no Brasil<sup>10</sup>? O motivo se agrega a essa aversão ao povo típica de estruturas dependentes, confluindo no fato de ser mais lucrativo a venda de soja no mercado mundial quanto com o fato do mercado interno ser secundário. Sendo o feijão um produto relativamente desprestigiado no mercado mundial, o lucro enquanto guia do capitalismo, assume suas feições mais deletérias nas sociedades dependentes. No país se estabelece uma produção completamente desconectada das massas e do desejo da maioria, além disso essa estrutura possui relações aprofundadas de destruição da natureza.

---

<sup>10</sup> Ver <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-59070059>



Portanto, a resposta é: as trocas desiguais<sup>11</sup>, a superexploração e a cisão existente gestaram na atualidade uma massa de oprimidos apartados do controle majoritário dos meios de produção e com baixa influência na dinâmica de produção.

Desde 2015 até 2021 as condições da dependência estão se afluando, e seus determinantes mais vivos. A agenda liberal implementada no último mandato do Partido dos Trabalhadores, o golpe de estado que levou Temer ao poder, junto a eleição de Bolsonaro e a pandemia de Covid-19 serviram para provocar uma gigantesca piora na qualidade de vida dos trabalhadores. A reforma trabalhista, o teto de gastos. As constantes privatizações e desregulamentações do período fomentaram um aprofundamento das transferências de valor, superexploração e a cisão. Contudo, é importante salientar que ocorreu uma radicalização nos fenômenos estruturantes da dependência, mas, até agora, o NPEEP tem sido reforçado. E fenômenos diversos de superexploração da força de trabalho vêm se afluando. A dinâmica financeira e a acumulação fictícia vêm gerando processos de endividamento generalizado, seja dos Estados nacionais, ou das famílias. Destarte, constitui uma apropriação de parcelas cada vez maiores do dispêndio das classes trabalhadoras sejam transferidas para a acumulação financeira, seja essa apropriação direta ou indireta, passando pelas mãos do Estado ou da esfera de consumo.

---

<sup>11</sup> Trocas desiguais aqui possui o sentido descrito por Marini (1973).

### 3. A categoria da superexploração da força de trabalho em Marini

A superexploração da força de trabalho em Marini não indica simplesmente uma exploração mais “forte”. Sua percepção do fenômeno o levou a observar que a superexploração se constituiu no capitalismo dependente como uma violação do valor contida na lei do valor (LUCE, 2018). A lei do valor, assim como as outras categorias da teoria marxista, é historicamente construída, possuindo um caráter tendencial e relacional. A forma com que a AL se inseriu dentro do mercado mundial agudizou um fenômeno do capital, que é o consumo necessário da mercadoria força de trabalho, ou seja, na AL existe uma elevação tendencial do consumo da força de trabalho. Esse mecanismo se apresenta normalmente como uma maneira de compensar suas menores taxas de mais-valia se comparada as das burguesias no centro do sistema capitalista. Contudo, em um cenário onde os capitalistas da periferia possuem desvantagens competitivas, se cria um ambiente laboral acostumado a um consumo intenso de sua força de trabalho, e acompanhado a isso existe uma tendência ao rebaixamento dos salários e ou o pagamento da força de trabalho abaixo do seu valor.

Um aspecto fundamental para a superexploração da força de trabalho reside no excedente populacional muito grande constituindo um exército industrial de reserva em grandes proporções. Esse mesmo é composto por trabalhadores excluídos que dependem da venda de sua força de trabalho, mas não conseguem vendê-la, tendo que arrumar diversas formas para sobreviver. Portanto, não conseguindo entrar no mercado de trabalho ao mesmo tempo que a dinâmica do capitalismo obriga as grandes massas à necessidade do trabalho. Esse gigantesco grupo de pessoas acaba exigindo a entrada em locais de trabalho e para serem escolhidos aceitariam baixas remunerações para tal ofício. Esse fenômeno geral do capitalismo é usado para ajustar o preço da mercadoria força de trabalho de modo a favorecer a acumulação de capital. A forma da apropriação capitalista das tecnologias dentro da esfera de trabalho leva ao aumento do contingente expulso e desse modo favorece o controle dos salários pelos capitalistas. Com inovações nas quais aumentam a produtividade do trabalho e se eleva a acumulação. A resposta é um maior emprego das máquinas e equipamentos, entretanto, a demanda por novos trabalhadores não cresce a *pari passu*. Causando uma enorme capacidade de descarte da força de trabalho, devido as pressões relativas ao contingente populacional fora da produção de valor (AMARAL

e CARCANHOLO, 2009). “Em um país onde, em termos de mercado de trabalho, a procura é maior do que a oferta e onde existe uma divisão racial do trabalho...” (GONZALEZ, 2020) a concretude da população excedente relativa é negra no Brasil.

Em todas as sociedades capitalistas a lei do valor se manifesta enquanto uma categoria geral, enquanto que a superexploração é a forma estrutural de realização dessa categoria dentro dos países dependentes. Essa categoria, possui como característica, o aprofundamento das determinações negativas da lei do valor, esse fenômeno possui enquanto uma das suas formas de materialização, o desgaste prematuro e o consumo exacerbado da força de trabalho. A exemplo: no Brasil nos últimos 50 anos 173 mil pessoas foram mortas por acidentes em seus locais de trabalho e ao que se refere a doenças relacionadas ao trabalho chegam a 645 mil<sup>12</sup>. Além disso, a subnotificação pode alcançar 80% dos acidentes de trabalho, e se fizermos uma comparação entre o Brasil e o Reino Unido, observamos uma terrível realidade: os acidentes fatais no primeiro são 10 vezes mais recorrentes. Isso em um relatório produzido em 2017 que leva em consideração os dados dos anos de 2015, antes da reforma trabalhista que tende a piorar a subnotificação e o número de acidentes de trabalho (FILGUEIRAS, 2017). Vitor Araújo Filgueiras ressalta: “Outro importante indicador das condições de saúde e segurança do trabalho no Brasil é a dinâmica pró-cíclica da acidentalidade, ou seja, os acidentes tendem a crescer paralelamente à expansão da economia” (2017.p 21).

A superexploração deteriora as condições normais da força de trabalho, e/ou a reposição do seu desgaste. Dentro do processo de criação da mais-valia, essa reposição é suprimida constantemente. Sendo assim, a própria “[...] substância viva do valor não é restaurada em condições normais (isto é, nas condições sociais dadas), ocorrendo o rebaixamento [...]” do valor da força de trabalho (LUCE, 2018, p. 155). Em Marx conseguimos observar que o valor da força de trabalho obedece a uma determinada lógica de funcionamento. Essa mesma lógica é regida pelo trabalho socialmente necessário. Todavia, essa não é exclusivamente a que irá ditar o valor da força de trabalho no capitalismo. Outra *conditio sine qua non* que não pode ser desprezada ou esquecida é a influência sobre o valor da força de trabalho exercida pelas condições de reposição da força de trabalho. A superexploração da força de

---

<sup>12</sup> Ver <https://www.redebrasilatual.com.br/trabalho/2020/04/mortes-brasil-acidentes-trabalho/>, acesso 8/12/2021.

trabalho em Marini é justamente um desenvolvimento da tendência real do uso da força de trabalho até a sua exaustão, desgaste esse que pode causar sua eliminação física. Sendo assim, é uma categoria com interferência na atuação da lei do valor e em seus reflexos alienantes, entretanto, não se trata de uma invalidação da lei do valor e sim em como essa lei estruturalmente se manifesta na AL.

Marini, em sua análise, observa que durante a formação do mercado mundial com o advento da revolução industrial criou-se nos países centrais uma capacidade de engendrar dinâmicas novas por terem avançado suas forças produtivas. Em consonância a esses avanços, se observa também um avanço das lutas dos trabalhadores organizados. Outrossim, com uma oferta de matérias primas e alimentos abundantes fornecidos pela AL, se estabelece uma luta de classes na qual se observa, no movimento do real, a formação de uma classe trabalhadora que, a despeito de ser explorada no âmbito da produção, no que tange a circulação de mercadorias é vista enquanto consumidora. Essa lógica de luta de classes conseguiu estabelecer um certo limite normal para a exploração capitalista. Podemos recapitular o exemplo das mortes de trabalho no Brasil que é, desde os anos 90 junto com o do Reino Unido, um dos primeiros países a adotar o neoliberalismo na Europa. Aqui a inserção dependente no mercado mundial, junto a constituição interna de um bloco do poder imperialista assumiu maneiras de produzir o lucro, manipuladas pelo interesse externo. Transformou-se em uma inserção subalterna nas novas formas de acumulação mais pautadas pela dinâmica financeira e fictícia.

Já em um país dependente como o Brasil, com uma população gigantesca submetida a racialização e desumanização é marcado por diversos conflitos de classes. No país, o tráfico negreiro, a escravidão e o extermínio dos povos indígenas tiveram um papel fundamental na formação de sua classe dominante interna. Igualmente, um contingente populacional gigantesco que se inseria na sociedade enquanto um gigantesco exército industrial de reserva constituía uma massa de população excedente. O privilégio racial foi uma característica marcante do caso brasileiro, onde se existe uma divisão racial e social do trabalho, na qual, os negros compunham e compõem as parcelas populacionais em piores condições de vida (GONZALEZ, 2020). Foi nesse ambiente que se travaram luta de classes colossais e de tremenda importância. Assim como no Brasil, essa realidade consegue ser generalizada para a AL. Todavia, a dinâmica capitalista imposta pela ideologia e pela

repressão das classes dominantes apresentou condições de reprodução do capital específicos e, para Marini, a superexploração na realidade dependente é um fenômeno sistêmico e estrutural da AL e especificamente do Brasil. Contudo, é claro que com o advento do neoliberalismo as relações entre capital e trabalho passaram por um processo de aprofundamento das contradições. Do mesmo modo, se realizou uma constante piora nas condições de vida dos trabalhadores. O que aconteceu até mesmo no capitalismo central. O neoliberalismo mostra-se como um grande catalizador de destruições dos direitos sociais alcançados pelos trabalhadores no centro do sistema. E isso inclusive vem levantando a classe já referida, desses países, a uma remodelação das suas condições de trabalho incluindo um aumento do desgaste desses trabalhadores (desgaste esse psíquico e físico). Entretanto, a superexploração em Marini possui um caráter relacional com as outras duas características, as transferências de valor como intercâmbio desigual e com a cisão do ciclo do capital que juntando essas três elas formam a estrutura particular da manifestação capitalista na AL. Isso significa que mesmo o capitalismo em seu funcionamento sem estado de crise estrutural, mesmo em conjunturas diversas, sejam essas positivamente ou negativamente determinadas, a superexploração na AL, incluindo Brasil, as tendências relacionadas ao valor da força de trabalho possuem aqui um caráter negativamente determinado maior, e isso se manifesta em relações hegemonicamente marcadas pela superexploração. A exemplo: podemos levar em consideração o caráter pró-cíclico dos acidentes de trabalho no Brasil, ou seja, conforme existe maior crescimento econômico o número de acidentes de trabalho cresce paralelamente.

Na AL, a existência de uma superpopulação relativa agudizou as tendências negativas de determinação dos salários. Existindo 3 pontos centrais que possuem confluências entre si. Primeiro, estamos falando de populações tremendamente racializadas onde na formação dos seus Estados Modernos a ideologia racista e eugenista fizeram (e continuam fazendo) parte do projeto de país dessas burguesias. Justamente pelo fato do racismo ser funcional ao acúmulo de capitais, ao momento que esse processo divide os trabalhadores e dificulta a união de trabalhadores de diferentes raças. Isso faz com que se possibilite maiores ganhos do capital sobre o trabalho, sendo que no Brasil a população possuiria uma parcela significativa dentro o grupo social em que mais sofre com o desemprego aberto, subemprego, trabalho

intermitente, trabalhos mal remunerados e constantes precariedades no campo laboral (GONZALEZ, 2020). Assim ocorreu uma utilização da racialização “[...] no contexto do capitalismo dependente [...]” e esta alimenta “[...] as classes dominantes do combustível ideológico capaz de justificar o peneiramento econômico-social, racial e cultural” (MOURA, 2019, p.39). Segundo, os trabalhadores das economias dependentes não foram pensados, e nem cumprem o mesmo papel, no processo de realização de mercadorias no que tange à circulação. Terceiro, historicamente a burguesia dos países dependentes busca se utilizar de mecanismos internos para tentar compensar a transferência de valor para os países centrais e a sua posição secundária dentro do mercado mundial, retirando parte do consumo dos trabalhadores. Em contrapartida:

[...] o fenômeno da superexploração pode ocorrer nos países capitalistas desenvolvidos, pode inclusive intensificar-se em períodos de crise, porém o específico dos países dependentes é que esse fenômeno ocorre de maneira permanente e sistemática. (BAMBIRRA apud LUCE, 2018.p 172)

O capitalismo se desenvolve e se desenvolveu de forma desigual e combinada, o advento da divisão internacional do trabalho disseminou de forma desigual os frutos do progresso técnico, configurando a divisão entre países industriais e não industriais. Transformou-se em divisão entre países detentores de tecnologias avançadas (gerando maior produtividade do trabalho) e países de baixo nível tecnológico. Esses se encontram no mercado mundial para a realização das mercadorias. É nessas condições que se amplia a lei do valor em escala global, gerando um processo de violação do valor dentro na lei do valor (LUCE, 2018). Esse ambiente internacional é transpassado pelas constantes trocas de mercadorias, que no mercado são colocadas enquanto trocas de equivalentes. Contudo, na produção e venda de mercadorias se articulam economias completamente diversas, mas que compõem uma totalidade: o modo de produção capitalista. Esse processo é movido permanentemente pela articulação contraditória entre diversas realizações das leis gerais de acumulação do capitalismo, mas as leis gerais só se realizam no particular, e esse movimento entra em relação conflituosa. Em outras palavras, são movimentos marcados por uma dialética de formação do mercado mundial onde as economias são afetadas, essas mesmas, afetam o mercado mundial e passam a reproduzir constantemente os princípios tendenciais do capitalismo e a forma específica de materialização interna.

A partir desse processo os capitalistas de todo os países do mercado mundial vão competir, estando sujeitos às leis gerais de acumulação. Mas, as próprias formações dessas economias são completamente diferenciadas, as capacidades de produtividade de cada uma dessas economias internamente possuem características destoantes. Sendo assim, se fixarmos o conhecimento sobre graus de produtividade, os países de economias dependentes possuem burguesias com desvantagens na competição internacional. Desse modo, essas burguesias lançam mão de estratégias para aumentar sua rentabilidade e com isso melhorar suas capacidades de competição globalmente. Destarte, um mecanismo bem comum para a classe dominante desses países galgarem suas pretensões de maiores lucros nesse cenário é a utilização da superexploração, e como admite Vânia Bambirra esse mecanismo pode acontecer nos países centrais. Todavia, só possui um caráter sistemático na procura por compensar os mecanismos de transferência de valor nos países dependentes, portanto, entende-se mecanismo como parte estrutural da reprodução capitalista no Brasil e na AL como um todo. Nas palavras de Mathias Luce (2018, p. 173-174):

[...] a utilização da superexploração como mecanismo de compensação para mitigar menor capacidade competitiva dentro da concorrência intercapitalista, se bem pode ser um estratagema levado a cabo por capitalistas de ambas as esferas do capitalismo mundial, é no contexto das economias dependentes que ela assume mais diretamente o caráter de lei tendencial, com seu uso como método para buscar contra-arrestar outras tendências específicas à sua realidade concreta.

As formas concretas de manifestação da superexploração são quatro. Primeira, o pagamento abaixo do valor da força de trabalho; segundo, aumentos substanciais da jornada de trabalho; terceiro, é representada por um elemento histórico e moral que é fundamental para a determinação do valor da força de trabalho (entretanto, nos países dependentes possui uma manifestação com peculiaridades); por último, mas não menos importante, temos a superexploração com o aumento da intensidade do trabalho. As formas acima descritas não são excludentes entre si e podem ocorrer concomitantemente ou não, o que pode levar a um desgaste excessivo e consequentemente gerar prejuízos físicos e psicológicos até chegar à eliminação física dos trabalhadores.

Na tentativa de tornar mais transparente a categoria de superexploração, apelemos para um exemplo hipotético: vamos supor a existência de dois capitalistas

X e Y, com jornada de trabalho de 8 horas. O capitalista X tem em sua empresa um tempo de trabalho necessário de 4 horas e o trabalho excedente 4 horas, assim possui uma taxa de mais-valia de 100%. O capitalista Y em sua empresa possui um trabalho necessário de 6 horas e o tempo de trabalho excedente de 2 horas, logo, sua taxa de mais-valia é de 33%. O capitalista Y está em desvantagem se levarmos em consideração nesse exemplo hipotético apenas X e Y, para conseguir melhorar comparativamente sua taxa de mais-valia o burguês Y realiza as seguintes ações: um aumento de 1h da jornada de trabalho, e uma diminuição do salário dos trabalhadores de sua empresa em 10%. Esse capitalista terá aproximadamente aumentado sua taxa de mais-valia em 20%, passando a obter 53% de taxa de mais-valia. Todavia, Y ainda continua em desvantagem se compararmos com X (LUCE, 2018). Nesse exemplo a força de trabalho em Y foi submetida a superexploração, ocorreu um aumento do seu desgaste e seu fundo salarial foi violado<sup>13</sup>. Esse processo acarreta uma perda tanto na qualidade de vida do trabalhador, como pode levar a prejudicar a sua reprodução. Dadas as leis estruturais presentes nas economias periféricas, que dividem a mais-valia interna com o polo externo do capital, as burguesias locais desses países partem em massa para compensar suas desvantagens (FLORESTAN, 2020).

Para entender melhor a categoria superexploração, em Marini, vale a pena mencionar algumas características: “[...] não garante a reprodução normal da força de trabalho”, sendo assim, existe um processo de comprometimento do fundo de vida dos trabalhadores superexplorados. Além disso, há uma forma de mais-valia relativa não podendo ser confundida com a mesma, porque existe uma combinação entre a mais-valia relativa e a mais-valia absoluta. A comunhão disso remete ao aumento da intensidade do trabalho, assim, altera-se o esforço despendido pelo mesmo. Conforme o capitalista retira do fundo de consumo dos trabalhadores para agregar ao seu processo de acumulação, a classe dominante apela para transformar a exploração nos dois tempos da jornada de trabalho. E mesmo, se houver aumento da produtividade do trabalho em Y a superexploração tenderá a se expressar com a transgressão do fundo de consumo e/ou de vida. Ou seja, a superexploração contém um aumento da produtividade com mais-valia relativa, elevação da jornada e a

---

<sup>13</sup> Isso significa que o capitalista impõe salários inferiores por uma jornada de trabalho maior. No Capital volume 1, Marx trabalha em um nível de abstração em que os salários são a remuneração de forma proporcional aos custos de reprodução da força de trabalho, ou seja, o fundo de salário é o pagamento da força de trabalho de acordo com esse parâmetro.



geração de um desgaste maior para os trabalhadores. Esses elementos articulados com as transferências de valor, 2a cisão, uma população excedente (exército industrial de reserva) gigantesco e o pagamento da força de trabalho debaixo de suas condições normais de reprodução. Todavia, por justamente confluir junto dessas categorias e ter caráter histórico a superexploração possui significados específicos dentro da reprodução do sistema (OSÓRIO, 2020). Florestan (2015, p. 93) sobre as formações dependentes e o método de análise afirmou: “não se pode transferir a formação do real[...]” como se “[...]a periferia do mundo capitalista fosse uma mera repetição do espaço central”. Contudo, a superexploração da força de trabalho também não deve ser confundida “com o conceito de mais-valia extraordinária [...]”, na qual, o capitalista individual obtém uma mais-valia superior aos outros por aumentar sua produtividade, mas não aumenta o seu valor “[...] uma vez que o valor da mercadoria se estabelece de acordo com as condições gerais, e não individuais, de produção”. Logo, aqui se descreve uma nova categoria de análise marxista, sendo uma categoria relacional e historicamente construída (MARINI, s/d, s/p.). Expressando sua posição sobre o desenvolvimento do capitalismo afirma Florestan (2015, p. 121): “O caráter de *elos* débeis não só se preserva ele se fortalece”, e na AL se manifesta constantemente mesmo após os processos de modernização “tiveram como contraface[...] a persistência e o refinamento da barbárie” (FLORESTAN, 2015, p. 137-138). Para se defender das trocas desiguais que interrompem a acumulação do sistema, a burguesia endógena toma a decisão enquanto classe de expandir o excedente (mais-valia retirada da esfera de produção) e para utilizar a superexploração para tal. No ponto de vista das classes dirigentes o importante é a elevação da taxa de mais-valia e crescimento da taxa de lucro, esse fenômeno ocorre através de ações de simultaneidade deletérias aos trabalhadores. Assim reverberando em seus salários, intensidade e duração do trabalho sendo esses mecanismos de ação da superexploração, ou seja, formas empíricas de manifestação do fenômeno (AMARAL e CARCANHOLO, 2009).

Como já assinalamos anteriormente, o valor da força de trabalho não é só estabelecido pelo tempo de trabalho necessário para sua reprodução material enquanto força de trabalho. Além disso, estão o componente histórico, moral, os limites físicos e outro fator bem importante: o modo de desgaste e os mecanismos de reposição dessa força de trabalho. Para avançarmos na compreensão vamos nos

utilizar de duas categorias essenciais “valor total” e “valor diário”. Destarte, vamos supor que um trabalhador médio, em um volume de trabalho em condições normais possui um “valor diário” estimado por  $[1/(365 \times \text{anos úteis de trabalho})]$ . Entretanto, o “valor total” seria o resultado da multiplicação  $(365 \times \text{anos úteis de trabalho})$ , entretanto, se o capitalista se utiliza de mecanismos que realizam o desgaste da força de trabalho de forma a consumir o seu valor total de forma mais acelerada, supondo uma triplicação: significa que o capitalista paga pela força de trabalho  $[1/(365 \times \text{anos úteis de trabalho})]$ . Contudo, esse mesmo burguês a consome diariamente 3 vezes o valor de 1 dia, nas palavras de Marx:

Tu e eu só conhecemos, no mercado, uma lei, a da troca de mercadorias. E o consumo da mercadoria pertence não ao vendedor que a aliena, mas ao comprador que a adquire. A ti pertence, por isso, o uso de minha força de trabalho diária. Mas por meio do preço que a vendo diariamente eu tenho de reproduzi-la a cada dia, pois só assim posso vendê-la novamente. Desconsiderando o desgaste natural pela idade etc., tenho de ser capaz de trabalhar amanhã com o mesmo nível normal de força, saúde e disposição que hoje. Não cansas de pregar-me o evangelho da ‘parcimônia’ e da ‘abstinência’. Pois bem! Desejo, como um administrador racional e parcimonioso, gerir meu próprio patrimônio, a força de trabalho, abstenho-me de qualquer desperdício irrazoável desta última. Quero, a cada dia, fazê-la fluir, pô-la em movimento apenas na medida compatível com sua duração normal e seu desenvolvimento saudável. Por meio de um prolongamento desmedido da jornada de trabalho, podes, em um dia, fazer fluir uma quantidade de minha força de trabalho maior do que a que posso repor em três dias. O que assim ganhas em trabalho eu perco em substância do trabalho. A utilização de minha força de trabalho e o roubo dessa força são coisas completamente distintas. Se o período médio que um trabalhador médio pode viver executando uma quantidade razoável de trabalho é de 30 anos, o valor de minha força de trabalho, que me pagas diariamente, é de  $1/365 \times 30$ , ou  $1/10.950$  de seu valor total. Mas se a consumes em 10 anos, pagas-me diariamente  $1/10.950$  em vez de  $1/3.650$  de seu valor total; portanto, apenas  $1/3$  de seu valor diário, e me furtas, assim, diariamente,  $2/3$  do valor de minha mercadoria. Pagas-me pela força de trabalho de um dia, mas consumes a de 3 dias. Isso fere nosso contrato e a lei da troca de mercadorias. Exijo, portanto, uma jornada de trabalho de duração normal, e a exijo sem nenhum apelo a teu coração, pois em assuntos de dinheiro cessa a benevolência. Podes muito bem ser um cidadão exemplar, até mesmo membro da Sociedade para a Abolição dos Maus-Tratos aos Animais, e viver em odor de santidade, mas o que representas diante de mim é algo em cujo peito não bate um coração. O que ali parece ecoar é o batimento de meu próprio coração. Exijo a jornada de trabalho normal porque, como qualquer outro vendedor, exijo o valor de minha mercadoria. (MARX, s/m. p. 223)

Em situação de superexploração existe uma modalidade de violação de categorias como o fundo de vida e fundo de consumo. Contudo, quais os significados dessas categorias? Como se relacionam com o conteúdo estudado? No capitalismo a mercadoria força de trabalho possui um valor de uso muito especial, ela é a única mercadoria que acrescenta mais-valor as outras mercadorias dentro do processo da produção. Essa mesma mercadoria também possui uma vida útil e nela existe o seu processo de reprodução, onde se materializa as “[...] objetivações desse tempo de vida útil [...]” (LUCE, 2018, p.158) conseguindo assim uma pluralidade de manifestações. Possuindo entre os seus determinantes a intensidade, a forma e a velocidade na qual se materializa o consumo da força de trabalho. No Brasil, atualmente segundo Filgueiras:

[...] o capital internacional permanece exercendo um papel relevante na dinâmica da extração de riqueza social. Contudo, a exploração acentuada do trabalho no Brasil parece ter um caráter, em grande medida, endogeneizado e reproduzido pela dinâmica da luta de classes internamente. Isso quer dizer que os empregadores no Brasil incorporaram o espírito da depredação e gerem a força de trabalho nessa direção [...] A exploração extrema parece inscrita no *habitus* dos nossos empresários. (FILGUEIRAS, p.31)

Mesmo que o autor acima não necessariamente acredite no conceito da superexploração do trabalho ou relacione o mesmo com o fenômeno estudado por Marini, aqui podemos ter uma ideia resumida da condição de reprodução da força de trabalho no Brasil. Destarte, o processo de desgaste (físico e/ou mental) em confluência com sua reposição ou não reposição, são indicações da capacidade de o trabalhador continuar portando a possibilidade de realizar mais riqueza social. Fundo de consumo: o consumo do trabalhador possui um papel importante no processo de descanso, fundamental para a reposição da força de trabalho. A capacidade de satisfazer suas necessidades para os fins de conseguir angariar uma melhor saúde física e mental, constituem-se enquanto essenciais para uma melhor reprodução corpórea da força de trabalho. Ter acesso a diversas formas de valores de uso é fundamental para a própria existência da força de trabalho e a sua melhor efetivação dentro da produção. A exemplo de acesso a melhores cargas nutricionais, uma boa qualidade de água encanada, acesso a moradia digna e remédios.

O fundo de consumo está ligado dialeticamente com o valor diário da força de trabalho, que por sua vez possuem ligações umbilicais com o fundo de vida e valor

total, outras duas categorias ligadas dialeticamente entre si. Em relações capital-trabalho marcadas por um represamento histórico das demandas sociais, podem ocorrer cortes diretos ou indiretos nos pagamentos dos trabalhadores. Dessa forma, essa situação tem a possibilidade de causar insuficiências no fundo de consumo, caso ocorra, existiram repercussões deletérias no fundo de vida. Se observarmos historicamente a evolução dos salários mundiais, iremos perceber movimentos diversos e contrastantes. Enquanto os países desenvolvidos os salários, durante boa parte do tempo, obedeceram a uma tendência de se manterem remunerações da força de trabalho perto do seu valor real<sup>14</sup> e os países de economia dependente demonstram uma inversão desse movimento. Ou seja, os países dependentes remuneraram a sua força de trabalho abaixo do valor real, fazendo os seus trabalhadores terem um acesso a valores de uso bem restritos e/ou tendencialmente inferiores aos acessados nos países centrais (LUCE, 2018). Contudo, dependendo do nível de reverberação deletéria contra o fundo de consumo, afetando o fundo de vida só o descanso pode reparar as condições psíquicas e físicas. Sendo assim, mesmo que o acesso aos valores de uso seja importante ele não é onipotente. Porém, não deve ter a sua importância rebaixada ou menos prezada e sim é fundamental compreender suas limitações. Do mesmo modo, em relação ao fundo de vida, podemos perceber que a essência dessa categoria está em compreender sua transformação dialética, dos anos de vida úteis de trabalho representados pelo valor total passando para fundo de vida. Essa categoria está ligada com a própria capacidade de existência da força de trabalho, e de sua própria manutenção enquanto ser vivente, sua corporeidade. Possuindo assim uma ligação com uma eliminação física ou não do trabalhado. É uma categoria que apresenta caráter relacional muito forte com o fundo de consumo e com o valor diário da força de trabalho.

As diferentes formações econômico-sociais engendram diversas determinações sobre o valor da força de trabalho. Em um sistema capitalista que se reproduz promovendo diferentes papéis dentro de uma divisão internacional do trabalho, sendo assim, a categoria valor da força de trabalho, sofre influência da luta de classes. No Brasil a dinâmica de luta de classes entre trabalhadores e capitalistas

---

<sup>14</sup> O valor real da força de trabalho advém de uma relação social entre capital e trabalho, sendo contabilizado os meios de subsistência necessários para atender as necessidades médias dos trabalhadores médios, a quantidade de trabalho socialmente necessária para produzir as mercadorias de subsistência, os custos de produção e os fatores culturais.

resultou em uma realidade permeada por um desgaste acima do normal, e constantes violações ao fundo de consumo e de vida. Isto é, o normal é uma condição historicamente construída que leva em consideração: a luta de classes, a cultura, limites de exploração da força de trabalho (adquiridos), condições de saúde, aposentadoria (e suas condições) e tempo de trabalho. Todavia, existe no movimento de superexploração que estrutura a forma de reprodução dependente do capitalismo uma tendência de longa duração histórica de descumprimento do normal.

Dentro da produção capitalista existe um hiato entre o valor produzido pelos trabalhadores e o que é devolvido a eles de diversas formas. Sendo assim, a jornada de trabalho é dividida no tempo necessário na qual o trabalhador produz seu próprio valor e o excedente destinado a criação de mais-valia. Já vimos que a força de trabalho submetida a superexploração pode se manifestar sendo paga abaixo de seu valor real, ou seja, sua remuneração não condiz com sua necessidade de subsistência e sua reprodução. Nesse sentido, quando a superexploração se manifesta como o capital retirando do trabalhador cada vez mais aquilo que deveria ser apropriado por ele enquanto fundamental para repor sua força de trabalho. Contudo, a superexploração também se manifesta até mesmo com o aparente pagamento acima do valor da força de trabalho como o caso de algumas forças de trabalho submetidas aos desgastes físicos e psíquicos elevados. Para entendermos isso basta pensarmos em um determinado motorista (vendendo sua força de trabalho), recebendo muito acima do necessário para viver, mas sua carga de trabalho pode chegar até 16h por dia, ou até mesmo 8h, mas com uma intensidade desmedida. Mesmo com um bom salário, provavelmente, não será permitido um tempo de vida útil dessa força de trabalho individual por muito tempo, pois estamos nos defrontando com uma violação de seu fundo de vida. Mas não em termos meramente salariais e sim com o consumo intensificado da sua força de trabalho reduzindo sua esperança de mais anos de vida, dada a voracidade da sua jornada.

É de fundamental importância entender a superexploração enquanto um elemento angular, essencial para o capitalismo dependente. Se analisarmos a aparência do fenômeno podemos nos envolver em uma grande confusão, pois a superexploração e a exploração estão fortemente ligadas. Já que os seus mecanismos de atuação, aumento da intensidade do trabalho, o prolongamento da jornada de trabalho, o pagamento da força de trabalho abaixo do seu valor e a

diferenciação entre o pagamento e o elemento histórico e moral do valor da força de trabalho também encontramos na exploração. Contudo, em sua essência categorial, a superexploração é um fenômeno articulado com a inserção dependente das economias periféricas nas quais no plano internacional, são marcadas estruturalmente pela transferência de valores ao centro. Nas economias dependentes, por exemplo, as transnacionais ou multinacionais devido ao seu grau de produtividade remetem uma parcela do valor para fora, observe a tabela abaixo onde se analisa remessas de lucro, juros e serviços não fatoriais e a entrada do capital estrangeiro de 1956-2009 (em bilhões de dólares).

|           | Entradas | Remessas |
|-----------|----------|----------|
| 1956-1960 | 6,8      | 9,3      |
| 1961-1967 | 6,8      | 18,0     |
| 1968-1981 | 226,5    | 171,4    |
| 1982-1990 | 85,3     | 381,8    |
| 1991-1998 | 498,3    | 420,0    |
| 1999-2009 | 522,5    | 1.131,5  |
| TOTAL:    | -        | -        |
| 1956-2009 | 1.347    | 2.132    |

Fonte: Carlos Eduardo Martins. Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina. São Paulo: Boitempo, 2011, p. 248-249, com dados da Cepal, 1985, 1992, 2010. Apud LUCE, 2018.

Sendo assim, essa parcela do valor criado não é apropriada pela economia local, a superexploração se coloca em união com as transferências de valor. Logo, são categorias irmãs e com isso quero dizer: a superexploração só se manifesta em razão da existência das constantes perdas estruturais de valor típicas da reprodução *sui generis* no capitalismo dependente.

É imperativo perceber a superexploração enquanto uma consequência de um outro fenômeno estrutural:

A superexploração é o desdobramento dessa especificidade do capitalismo dependente (as transferências de valor), que tem que ver com o fato de que, neste último, ocorre uma cisão das fases do ciclo do capital, uma vez que o valor que se produz no interior dos países periféricos, ao invés de ser acumulado internamente, será nos países do centro pelos capitais que lá se se situam. (AMARAL, 2018, p. 9)

A melhor apreensão do tema pode ser resumida como um aumento da exploração como uma tentativa de o capitalista interno contrastar os efeitos negativos

das perdas de valor sobre sua acumulação. É o impacto causado pelas transferências constantes de valor em detrimento do trabalhador, para possibilitar a acumulação capitalista externa e interna. É evidente de se acreditamos que o capitalismo é um sistema no qual se baseia na exploração da força de trabalho para possibilitar a acumulação, temos que admitir uma ligação presente dentro da estrutura capitalista entre acumulação e exploração. Quando se constituem capitais na América Latina, menos produtivos em média, com baixo acesso às tecnologias e com dificuldades na acumulação (referimo-nos à cisão em seu acúmulo), se comparado ao centro do sistema, deve ocorrer então reverberação na exploração. O capitalismo dependente sendo parte do comércio mundial, inserido de forma subalterna e submetido às leis específicas e gerais do modo de produção capitalista, existe uma acentuada determinação na exploração para se conseguir garantir o funcionamento do sistema global. A reverberação desse fenômeno se apresenta enquanto a superexploração da força de trabalho, ou seja, é a categoria explicativa de um movimento real concreto.

Se conseguirmos correlacionar o NPEEP, a fase neoliberal do capitalismo e a superexploração teremos como perceber alguns aspectos tendenciais da realidade dependente atual. Estamos em um momento histórico no qual há uma preponderância de se utilizar mecanismos financeiros, do capital fictício, para a extração de mais-valia e com isso repercutir em diversas expressões da superexploração da força de trabalho nas economias dependentes. “No que toca às economias dependentes, a valorização fictícia desse capital se baseia tanto em transferências oriundas das variáveis relacionadas a [...] remuneração das dívidas dos países periféricos “[...] junto a instituições financeiras internacionais [...]”, mas também “[...] em transferências intercompanhia, posto que parte majoritária dos ativos fictícios que circulam nessas economias são operados por empresas estrangeiras [...]”, sendo parte do setor financeiro e de “[...] natureza financeira” (AMARAL, 2018, p. 9). Entre 1972 até 1976 as trocas desiguais eram a principal forma de transferências de valor para o estrangeiro, mas de 1977 até 1996 um dos principais mecanismos se tornou a remuneração dos detentores dos títulos através dos altos juros praticados. Dessa maneira, os trabalhadores devem destinar grande parte dos seus esforços produtivos para a acumulação financeira e fictícia das classes dominantes internas e externas. Grande parte, seja das instituições financeiras, fundos de investimentos e seguradoras, para além de transferirem valor para os centros são detentores de nossa

dívida pública e sendo esta mesma servindo para ser acumulada para dois senhores precisa-se de uma alta remuneração para que os pagamentos dos serviços executados da dívida possuam uma maior rentabilidade. Nessa fase do capital o déficit público é o superávit privado, e quem ganha com os juros são os bancos e financeiras, mas os ônus são pagos pelos trabalhadores a parcela da população explorada para facilitar os louros desses juros absurdos. O Brasil mesmo em plena pandemia, se configura como um dos países a se pagar o segundo maior juro real (3,34%) só atrás da Turquia (4,96%)<sup>15</sup> segundo estimativas. Abaixo apresentamos os detentores dos Títulos Públicos Federais:

|                          | Novembro 2021 |
|--------------------------|---------------|
|                          |               |
| Previdência              | 22,31%        |
| Instituições Financeiras | 29,03%        |
| Fundos de Investimentos  | 23,82%        |
| Não-residentes           | 10,52%        |
| Governo                  | 4,38%         |
| Seguradoras              | 3,99%         |
| Outros                   | 5,95%         |

Fonte: Tesouro Nacional.

Estando em questão a materialidade, manifestação e o próprio arcabouço teórico da categoria apresentada é visível uma ligação dessa apropriação do mais-valor pelas economias centrais e as novas mudanças passadas pelo mercado de trabalho. Uma dessas manifestações é a apropriação dos fundos de consumo através do endividamento das famílias, na qual, a depender do nível de endividamento, pode comprometer os seus fundos de vida. Em novembro de 2021, no Brasil, 75,6% das famílias estão endividadas, 26,1% estão com dívidas ou contas atrasadas e 10,1% não terão como pagar as suas dívidas. Dessa forma, são 12.327.454 famílias endividadas. 4.241.124 estão com suas dívidas atrasadas e 1.675.462 não possuem nenhuma perspectiva de conseguir pagar suas dívidas, compondo uma enorme transferência do fundo de consumo para a especulação e acumulação financeira. Todavia, se torna relevante apontar os tipos de endividamentos mais comuns: 85,2% pelo cartão de crédito; 20,9% pelo carnê; 12,6% pelo financiamento de carro; pelo financiamento de casa 9,9% e esses configuram os principais endividamentos das

<sup>15</sup> <https://infinityasset.com.br/wp-content/uploads/2021/09/rankingdejurosreais220921.pdf>



famílias. Das principais bandeiras de cartão de crédito no Brasil, as 5 maiores possuem ligação ou são dos Estados Unidos, os maiores bancos possuindo ligações umbilicais com o país em questão e assim, no que tange aos fundos de investimento, ocorrendo uma divisão dos lucros entre as classes dominantes. Do total das dívidas, 34,5% das famílias estão atrasadas; dessas, 76,2% não sabem ou não terão como pagar a totalidade de suas dívidas; apenas 20,8% comprometeram menos de 10% da sua renda com dívidas. Se nos atentarmos à parcela de renda dos trabalhadores que ganham até 10 salários mínimos, é saltar aos olhos, somente 19,5% comprometeu seu fundo de consumo em menos de 10%. Ou seja, dos endividados 80,5% apresentam seu fundo de consumo violado em mais de 10%. Isso, dos que ganham até 10 salários mínimos, chegando-se ao ponto de 22,1% desses endividados possuírem uma dívida superior a 50% de sua renda (PEIC)<sup>16</sup>. Soma-se a isso o crescimento de 69% das remessas de lucro para o exterior<sup>17</sup>. Os dados levantados aqui não significam uma leitura mecânica do fenômeno, muito pelo contrário, eles são levantados para que se observe pedagogicamente o modelo de inserção brasileira dentro da nova fase de acumulação de capital. A tentativa é demonstrar uma estrutura capitalista que lida com transferências constantes de valor, mas precisa acumular valor e além disso precisa de um enorme exército de reserva, contudo precisa aumentar a massa de mais-valia. É um modelo no qual a acumulação financeira é essencial, entretanto não consegue descolar de seus condicionantes estruturais.

O panorama apresentado acima se dá em uma fase de acumulação do capital na qual a esfera financeira se apropria do valor, já produzido, diretamente dos salários. Essa forma de superexploração indireta é a expressão de um pagamento muito abaixo das necessidades dos trabalhadores, os fazendo comprometer muitas vezes o seu fundo de consumo e o de vida, dado que claramente os salários dos brasileiros não conseguem reproduzir a sua força de trabalho normalmente. Dessa forma, essas apropriações financeiras certamente induzem e ampliam a superexploração, pois a alimenta, fomenta e fortifica. Esses movimentos do real criam novas necessidades e modificam a realidade de uma maneira muito acelerada, estabelecendo relações das formas de superexploração e convivendo mutuamente com o confisco financeiro para

---

<sup>16</sup> Dados encontrados em: <https://www.portaldocomercio.org.br/publicacoes/pesquisa-de-endividamento-e-inadimplencia-do-consumidor-peic-novembro-de-2021/394846>

<sup>17</sup> Ver: <https://ctb.org.br/noticias/economia/remessas-de-lucros-ao-exterior-crescem-69-no-primeiro-semester-subtraindo-us-93-bilhoes-dos-investimentos/>

incrementar a lógica do capital. Portanto, a classe trabalhadora é obrigada cada vez mais a se sujeitar a diversas formas extras de exploração e superexploração. Contudo, esse processo leva a fenômenos muito mais frequentes como o trabalho informal, dupla jornada (ou tripla no caso das mulheres), o aumento do desgaste da força de trabalho e do medo do desemprego, condições de trabalho baixas e se une a isso o desemprego estrutural, possibilitando piora nos salários. Todavia, essa piora é relatada em todo o mundo neoliberal. Então, o que a superexploração tem de específico?

Bambirra (2019), relatando sobre o fato do capitalismo dependente possuir suas leis próprias de funcionamento e o fato da monopolização trazer novos fenômenos no sec. XX, afirma, nem com as mudanças do capitalismo monopolista os problemas das classes trabalhadoras seriam resolvidos, nem os condicionantes estruturais da dependência seriam colocados por terra e sim seriam agravados. De igual modo, a financeirização está muito aquém de resolver a dependência, outrora a intensifica. As suas potencialidades negativas, já bastante achacadoras, se aprofundam no capitalismo *sui generis*. Criando uma confluência deletéria entre o neoliberalismo mundial e as especificidades da dependência, sem que este último perca suas particularidades onde já imperava previamente uma dialética mais negativamente determinada das leis específicas do capitalismo. O neoliberalismo aprofundou a superexploração da força de trabalho, ou seja, as formas como a maneira *sui generis* do capital responde às transferências de valor se intensificam. Esse mecanismo dos juros da dívida e da apropriação pelos salários para a especulação obriga aos trabalhadores a uma maior precarização de suas relações de trabalho. E como o fundo de consumo é comprometido através da transferência para o setor financeiro se realiza um vampirismo sobre parte do trabalho necessário para a reprodução da força de trabalho. Em conformidade, a materialidade não é estática às novas tecnologias. Organizações e instrumentos são criados dentro desse ambiente internacional neoliberal e incorporados aos países dependentes e os dando sustentação às inovações, constituindo um processo ativo entre eles. No capitalismo neoliberal as forças produtivas colidem e se contradizem insistentemente com as relações de produção existentes, afetando em âmbito mundial as condições de vida dos trabalhadores incluindo o seu fundo de vida, fundo de consumo e desgaste da força de trabalho (SANTANA, 2013).

Enquanto fenômeno mundial que atinge diversas sociedades, precarizam-se cada vez mais as condições de vida dos trabalhadores ao redor do globo, e nas economias dependentes reforçam o regime de superexploração. Compreendendo a dependência como uma forma de ser especial do capitalismo, consequente a um desenvolvimento do capitalismo em esfera planetária formando zonas de poder através do acúmulo de capital, fazendo parte de uma mesma organicidade histórica na qual o desenvolvimento dos países centrais se manifesta um à dependência de outros (BAMBIRRA, 2019). Neste sentido, a superexploração nos tempos neoliberais cresce, devido à baixa composição orgânica dessas economias, somada ao fato de dividir no plano interno a repartição do mais-valor com os capitais internacionais dos países centrais, e também, somando a isso as dificuldades de aumentar a produtividade do trabalho em economias que não possuem nem completa soberania nacional (OSORIO, 2020). Muito menos, uma cadeia produtiva internalizada de criação e acesso as tecnologias patenteadas (e restritas), sem ter que transferir valor ao estrangeiro. Dado essas condições de comercio internacional os capitais países dependentes buscam a superexploração na tentativa de aumentar a massa de valor, assim capitais atuantes nessas produziram uma massa de valor que não necessariamente será apropriada por eles. Portanto, esses fatores elencados levam a necessidade de aumentar a taxa de mais-valia para além das necessidades comuns ao sistema em razão de leis gerais aqui existirem em comunhão com as específicas, mas, como veremos abaixo, isso não significa uma taxa superior de mais-valia e sim um mecanismo de aumentar ou elevá-la se comparada ao montante X original.

Para que seja apreendido o significado geral das afirmações acima é preciso sabermos diferenciar a produtividade da intensidade do trabalho. Embora normalmente venham juntas, essa separação nos ajuda a conseguir didaticamente entender as peculiaridades tangíveis para o mundo do trabalho. A intensidade do trabalho precisa ser entendida aqui como se mantendo tudo constante, intensifica-se o consumo do valor de uso da força de trabalho realizando por hora de trabalho cada vez mais massa de valor. Todavia, a produtividade do trabalho possui outras características, se mantivermos tudo constante, a força de trabalho produz mais mercadorias do que antes com o mesmo esforço. Destarte, isso pode ser fruto de novas tecnologias, organizações específicas dentro de uma ou mais esferas produtivas ou outros tipos de ações humanas. A produtividade do trabalho se

apresenta a partir da quantidade de valores de uso a serem produzidos em um dado período de tempo. A intensificação da jornada eleva o ritmo de trabalho dos trabalhadores, sua utilidade é fazer os trabalhadores produzirem mais valor de uso na mesma quantidade de tempo. Dessa forma, implica em um desgaste adicional da força de trabalho e lidando com economias dependentes nas que a tecnologia usada é poupadora de mão de obra, conflui com uma população excedente gigantesca. E sendo o número de trabalhadores um componente da massa de mais valia, a cada momento em que os trabalhadores são expulsos do processo de produção do mais-valor precisa-se compensar pela intensificação da exploração. Assim, o valor produzido cresce para uma dada jornada através do desgaste da força de trabalho, e se mantém o valor individual da mercadoria produzida. Por sua vez, a produtividade do trabalho faz com que o valor produzido se mantenha e o valor individual da mercadoria caia, isso decorre de inovações com as quais se eleva a força produtiva do trabalho (CARCANHOLO, 2011). Contudo, isso não significa uma separação mecânica entre elas, ou, melhor, uma exclusividade de uma perante a outra. Logo, nas economias capitalistas elas estão juntas, existindo tanto o aumento da produtividade quanto da intensidade.

Partindo de um sistema global onde a tecnologia é extremamente concentrada nas mãos de poucos monopólios. Os países dependentes são tomadores de tecnologia produzida nos centros exógenos às suas economias. Uma das formas de tentarem incrementar sua produtividade na mesma velocidade que as economias hegemônicas dentro do sistema capitalista seria comprando grandes parcelas dessas tecnologias no mercado mundial. Esse ponto é imprescindível, pois a esses países não é negada a possibilidade de incrementar a produtividade. Para tentar aumentar sua produtividade pode-se optar por abrir o mercado às multinacionais, mas essas transferem valor por inúmeros mecanismos para fora. Fazendo isso, ao invés de receber os mesmos benefícios dinâmicos do sistema, agrava a necessidade de transferir cada vez mais mais-valor aos donos da tecnologia, assim, ao mesmo tempo, ampliando a sua cisão. Esses países, por não possuírem graus de soberania política elevados pela sua inserção no mercado mundial, não conseguem internalizar a fabricação de tecnologias avançadas, as disseminando por toda sua economia. É assim que a superexploração da força de trabalho entra para conseguir sustentar esse processo cindido de acumulação. Suas formas podem acontecer por diversos motivos

nos países centrais, uma delas é a crise orgânica do capital: o neoliberalismo. O neoliberalismo mesmo aumentando a exploração e prejudicando a qualidade de vida dos trabalhadores do centro do sistema, não acabou com as transferências de valor, nem mesmo com os monopólios tecnológicos e sim tende ao seu agravamento. Levando em consideração as formas de manifestação da superexploração, no que tange a exclusivamente a elas, não existem especificidades: o pagamento da força de trabalho abaixo do seu valor, prolongamento da jornada de trabalho além dos limites normais e a diferença entre o pagamento da força de trabalho e o elemento moral podem ocorrer também no polo hegemônico do sistema capitalista. Como os processos de financeirização, precarização, uberização e terceirização da força de trabalho é um fenômeno mundial do capitalismo neoliberal a superexploração se espalharia, pelo mundo? Não, mesmo suas formas se manifestando nos países centrais, a sua peculiaridade reside na categoria articulada da superexploração da força de trabalho com as transferências de valor, cisão do ciclo do capital e suas consequências. Isto acontece pelo fato de ocorrer uma tendência ao aumento no grau de exploração, pela necessidade de aumentar a massa de valor para se conseguir acumular tanto para o capitalista interno quanto para o externo, cada qual com sua especificidade. Logo, é intensificando o trabalho e o desgaste da força de trabalho onde o mecanismo de defesa da burguesia interna contra a cisão da sua acumulação.

Partindo da categoria existe uma indicação chave: as dinâmicas de acumulação nos países dependentes possuem um pendor maior à utilização do prolongamento da intensidade do trabalho se comparadas com as economias centrais. Já que no capitalismo central existe uma tendência a uma dinâmica de trabalho mais pautada na produtividade. Entretanto, não existe exclusividade de uma ou outra maneira em nenhuma das duas, seja central ou dependente, mas sim pelo fato das economias subdesenvolvidas serem um braço de sustentação tanto da acumulação capitalista interna quanto externa, e isso causa consequências na taxa de exploração e/ou sua magnitude. Quando analisamos a intensidade do trabalho com a produtividade estamos ressaltando tendências gerais do sistema (não exclusivas), um país dependente consegue, a partir de compras internacionais, acessar máquinas e equipamentos. Essas mesmas incrementam a produtividade do trabalho, só que existe uma desigualdade de apropriação das tecnologias nos níveis globais, via de regra, as melhores tecnologias que proporcionam melhores lucros são restritas a

grupos monopolísticos residentes nos países hegemônicos. Para deixar claro, vamos imaginar a taxa de mais-valia e a produtividade. Apresentarei um exemplo em dx taxa de mais-valor no país dependente, país dependente (d) e cx no país central (c),  $dx_0=10$  e  $cx=15$ , ambas taxas de mais-valia dos respectivos países. O país possui taxa de exploração menor, mas ele precisa produzir massa de valor tanto para ele mesmo quanto para c, vamos supor que d tente obter as melhores tecnologias a sua disposição, e com isso aumente a produtividade do trabalho fazendo  $dx_2=12$ , mesmo assim não consegue fazer frente a cx e ao mesmo tempo agora precisa repassar os custos dessa tecnologia, pagamento de dividendos e *royalties*, assim ela parte para superexploração da força de trabalho resultando em  $dx_3=14$ . A taxa de mais-valia  $dx < dx_3$ , porém ainda inferior a cx. Outro exemplo:  $cx=25$  e  $dx=30$ , mesmo com a taxa de mais-valia maior o d ainda precisa criar massa de mais-valia para ser apropriada pelos capitais mais produtivos. Esse fenômeno causa dificuldade ao acúmulo dos capitais internos, para isso os capitalistas atuando nesse país podem ou não se utilizar de compras de tecnologias no cenário internacional, mas isso ampliaria a cisão o não resolveria esse determinado problema. Então eles irão usar da superexploração da força de trabalho para tentar facilitar seu acúmulo, passando para  $dx_2=40$ . Ou seja, não necessariamente o dx final precisa ser maior que cx final ou inicial, mas sim a superexploração causa um efeito de dx inicial ser menor que dx final, mantendo tudo constante.

No capitalismo a taxa de exploração tende ser maior nos países dependentes, é justamente por tendencialmente possuírem menores vantagens competitivas que as do centro que ocorre superexploração. Porque, temos que pensar que, se analisarmos a combinação entre mais-valia absoluta e mais valia relativa, as economias centrais podem ter uma taxa superior de mais-valia. Até por que, a mais-valia relativa e a produtividade estão ligadas, pois normalmente a produtividade é o fundamento da mais-valia relativa, e ela é bem importante nas economias centrais. A superexploração é um mecanismo de defesa dentro do próprio mercado mundial, é a forma como essa burguesia parasitária interna consegue sustentar sua acumulação em graus “competitivos” para se manter viva. É justamente por terem em média desvantagens no mercado internacional onde tendencialmente irão produzir maior massa de valor, mas não se apropriaram dela que assim é necessário possuírem uma dupla determinação para aumentar a taxa exploração. Alguns dados empíricos podem

parcialmente confirmar as afirmações acima da superexploração como forma de compensar as transferências de valor. Partindo da taxa de mais-valia monetária e produtividade horária industrial (países de alta produtividade e países de baixa produtividade). BTM=baixa taxa de mais valia, ATM=alta taxa de mais-valia, AP=alta produtividade e BP=baixa produtividade.

|                      | <b>TM</b>       | <b>VA/H</b> |     |    |
|----------------------|-----------------|-------------|-----|----|
|                      | <b>(US\$/H)</b> |             |     |    |
| <b>CANADÁ</b>        | 202             | 12,48       | BTM | AP |
| <b>DINAMARCA</b>     | 156             | 9,89        | BTM | AP |
| <b>FINLÂNDIA</b>     | 199             | 6,44        | BTM | AP |
| <b>LUXEMBURBO</b>    | 164             | 10,4        | BTM | AP |
| <b>NORUEGA</b>       | 154             | 8,66        | BTM | AP |
| <b>SUÉCIA</b>        | 220             | 13,44       | BTM | AP |
| <b>EUA</b>           | 249             | 14,45       | BTM | AP |
| <b>ALEMANHA</b>      | 259             | 13,19       | BTM | AP |
| <b>MÉXICO</b>        | 402             | 1,78        | ATM | BP |
| <b>COLÔMBIA</b>      | 682             | 2,67        | ATM | BP |
| <b>GUATEMALA</b>     | 622             | 2,76        | ATM | BP |
| <b>COREIA DO SUL</b> | 465             | 1,38        | ATM | BP |
| <b>FILIPINAS</b>     | 746             | 1,5         | ATM | BP |
| <b>MADAGASCAR</b>    | 436             | 1,33        | ATM | BP |
| <b>TANZÂNIA</b>      | 320             | 1,01        | ATM | BP |
| <b>ZÂMBIA</b>        | 385             | 1,3         | ATM | BP |
| <b>HONG KONG</b>     | 142             | 1,52        | BTM | BP |
| <b>ÍNDIA</b>         | 244             | 0,47        | BTM | BP |
| <b>PANAMÁ</b>        | 402             | 4,51        | ATM | AP |
| <b>TURQUIA</b>       | 388             | 3,16        | ATM | AP |

Fonte: (Gloria Martínez González. “Algumas evidências da superexploração nos países subdesenvolvidos: a atualidade do pensamento de Marini”. Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política, n. 4, p.105-121, junho 1999, apud LUCE, 2018, p. 176).

Normalmente, segundo conclusões retiradas desses dados, a taxa de mais-valia é maior quanto maior é a produtividade entre países da mesma esfera de inserção dentro da economia mundial. Podemos observar regularidades, países com baixa produtividade tendem a possuir taxa de mais-valia mais elevada, do que os países mais produtivos e, nos grupos pertencentes as mesmas inserções no mercado mundial, quanto mais produtivo for maior será sua taxa de mais-valia.

São os capitais mais produtivos que sugam valor dos menos produtivos, é como se eu falasse que esses capitais maiores sugam o valor dos capitais menores, esses menores, para conseguirem se manter, precisam criar uma tendência de colocar as consequências desse processo nos trabalhadores, para poder reproduzir em escala

ampliada a reprodução desse sistema. Sua utilização acarreta a elevação da mais-valia dos capitalistas, só que é propriamente empregada pelo fato de, na maior parte dos casos, esses capitalistas operarem em uma taxa de mais valia menor<sup>18</sup> e/ou com menores graus de capacidade de aprimorar sua produtividade do trabalho:

Pensemos no caso de trabalhadores de plantas fabris da indústria automobilística em países dependentes. Os trabalhadores deste ramo operam fábricas com altos níveis de produtividade horária e consistem em um contingente de operários com alta qualificação profissional, isto é, desempenham trabalho complexo. Estes mesmos trabalhadores podem ter que se submeter a ritmos de trabalho extenuantes e, mesmo que recebam salários acima da média em seus países [...]. (LUCE, 2018, p.144-145)

Eles podem vir a ser superexplorados. Em grande parte, isso acontece tanto pelo enorme exército de reserva, quanto para se conseguir remeter cada vez mais volumes maiores de mais-valor aos capitais estrangeiros e reter uma parte na acumulação interna. Usando as palavras de Marini (2008, p. 174): “la superexplotación del trabajo es cicateada por el intercambio desigual [...]” porém não se deriva dele “[...]” sino de la fiebre de ganancia que crea el mercado mundial, y se basa fundamentalmente[...]” em um gigantesco exército industrial de reserva ou “de uma sobrepoblación relativa”. Os países de desenvolvimento *sui generis* podem crescer em produtividade do trabalho, mas ao mesmo tempo continuarem com a necessidade latente de aumento da intensidade do trabalho. Pensamos no caso brasileiro: a industrialização dependente na fase monopolista ampliou a produtividade do trabalho, mas ao mesmo tempo aumentou a sua intensidade em comparação ao polo hegemônico. Esse mecanismo se faz presente porque mesmo expandindo a composição orgânica média do capital nos países dependentes, ela é substancialmente inferior aos do capitalismo central. Sendo o capitalismo um regime onde existe concorrência entre capitalistas, estes últimos atuantes na periferia (no caso brasileiro) tenderam a ampliar a intensidade do trabalho ao mesmo tempo que a produtividade do trabalho também aumentava. Ao crescer a intensidade do trabalho o trabalhador irá produzir mais mercadorias em um mesmo período de tempo, porém seu desgaste vai ser majorado. Confluindo intensidade e produtividade, os trabalhadores conseguem realizar um maior salto na quantidade de mercadorias produzidas, tudo isso para se conseguir cobrir o déficit de uma menor composição

---

<sup>18</sup> É importante lembrar do exemplo das páginas 30-31, sobre os capitalistas X e Y.



orgânica do capital. Não obstante, o pilar de criação dos excedentes econômicos na periferia não está em tecnologias avançadas, embora existam sendo obtidas pelas compras internacionais e a abertura aos monopólios gerando consequências de transferências de valor, dificultando o acúmulo interno.

#### **4. A teoria da (Inter)dependência de FHC.**

Uma teoria da dependência que se mostra enquanto concorrente a TMD é a teoria da Interdependência, os teóricos dessa vertente produziram críticas à categoria central da TMD, a superexploração da força de trabalho. Durante o capítulo buscarei entender a Teoria da (Inter)dependência utilizando um dos seus autores centrais, Fernando Henrique Cardoso (FHC). Mostraremos quais os principais fundamentos teóricos defendidos pelo autor sobre um processo de desenvolvimento subordinado ao capital estrangeiro internacional. Para tal, o estudo se deu principalmente sobre duas das fundamentais obras de Cardoso “Dependência e Desenvolvimento na América Latina” (1975) e “As ideias e seu lugar” (1993), porém não exclusivamente.

Blomstrom e Hettne (apud AMARAL, 2012), sistematizaram 4 pontos em comum a toda teoria da dependência: 1) o subdesenvolvimento está relacionado com à expansão industrial dos países centrais; 2) o desenvolvimento e subdesenvolvimento são resultados de um mesmo processo histórico; 3) o subdesenvolvimento não pode ser considerado como uma etapa anterior, linearmente, ao desenvolvimento; 4) o processo de dependência não pode ser considerado externo, de forma exclusiva, pois possui manifestações internas na política, sociedade e ideologias.

Os aportes teorizados nascem em contraposição a uma certa visão da existência de um “atraso”, que o subdesenvolvimento significava. Este seria uma falta de desenvolvimento capitalista ou até mesmo a existência de uma linearidade até o progresso capitalista. Igualmente, havia textos muito difundidos segundo os quais a história capitalista seguiria etapas lógicas e lineares, bastando-se um choque de capitalismo fluindo com políticas corretas para gerar o desenvolvimento. Com os novos aportes dependentistas, conseguimos entender o capitalismo como um sistema necessariamente desigual, sendo seu próprio funcionamento a gestação de agravantes das questões sociais. A partir disso, conferindo junto ao real concreto uma organicidade entre diferentes situações e papéis exercidos por diferentes países na ordem mundial. Com isso, em âmbito global o capitalismo necessita de uma consistente manifestação de desigualdades para seu pleno funcionamento. Simplificando, a processualidade do modo de produção se apresenta enquanto

diversa para facilitar o acúmulo e centralização de capitais, a dependência é um fenômeno estruturante no qual os países de imersão subalterna podem adquirir melhores condições ou não, mas fazendo parte do sistema ainda com limitações claras. Este entendimento surge a partir do desenvolvimento necessário da teoria do imperialismo, porque, era necessário sistematizar e avançar sobre as relações contraditórias da realidade mundial, principalmente dos elos mais débeis. Logo, a teoria da dependência busca iluminar analisando como as reverberações da mundialização do capital impactaram os países periféricos, levando as concepções políticas, religiosas, sociais, artísticas, culturais, econômicas, em suma, os diferentes *modus operandi* do imperialismo no plano concreto dessas sociedades (AMARAL,2012).

Para apontarmos críticas posteriores iremos realizar uma descrição da (inter)dependência de Cardoso, pois este é o autor em consonância com nossa proposta de pesquisa para esse capítulo. Começaremos pela sua obra “Dependência e Desenvolvimento na América Latina” (1976), onde se propõe o desenvolvimento associado. Há uma análise histórica dos processos e estruturas na qual se amalgamou a dependência na América Latina (AL). Neste livro, realiza uma crítica à visão estruturalista da CEPAL, segundo FHC, a CEPAL cairia no economicismo. Consequentemente, questiona o enfoque geral da abordagem cepalina que apresentava uma apreensão genérica do objeto AL, isso esconderia um fenômeno essencial: as relações entre classes e grupos. As possibilidades de um desenvolvimento associado eram negadas pelo pensamento cepalino, enrijecendo o entendimento das possibilidades para melhora do desenvolvimento da AL. Logo, no prefácio fica claro para os autores a importância das relações peculiares dos países da AL com os polos hegemônicos do capitalismo. A dependência é um componente estrutural do desenvolvimento da periferia existindo componentes internos e externos, mas no plano interno, a partir das relações políticas entre dominantes e dominados, pode existir um crescimento ou redução da mesma. Sendo assim, os conflitos e as contradições entre as classes em luta desempenham um papel importante.

Na introdução do livro, quando se fala sobre o México podemos identificar parcela de tendências gerais do livro: “[...] parecia realizar suas possibilidades de expansão em grande medida” é na dinâmica proporcionada pelos mercados “, graças a sua integração no mercado mundial através de inversão externa de capitais e da

diversificação de seu Comércio Exterior [...]”, assim podemos indicar o modo ao qual os eixos de solução dos entraves irão tomar maiores sustentações e refinamentos (CARDOSO e FALETTTO, 1975, p. 14). É no decorrer da exposição que esta afirmação ficará mais nítida e encontrará razão de existir, pois desde o início se encontram pistas do posicionamento final do livro. No início, se reconhece a história, questões de classe, ações políticas e diversos elementos na tentativa de mostrar ser possível uma associação com os capitais internacionais.

Com efeito, a mudança das estruturas sociais, longe de ser somente um processo acumulativo no qual se agregam novas "variáveis" que se incorporam à configuração estrutural, implica fundamentalmente um processo de relações entre os grupos, forças e classes sociais, através do qual alguns destes tentam impor ao conjunto da sociedade a forma de dominação que lhes é própria. (CARDOSO e FALETTTO, 1975, p. 18)

Cardoso tomará como ponto de partida o referencial das respectivas colônias com suas metrópoles, sendo a primeira incorporada à segunda em consonância com as forças produtivas necessárias para o tipo de incorporação. Todavia, as colônias de povoamento possuíam bases produtivas qualitativamente superiores justamente por servirem a suas metrópoles como produtores agrícolas e algumas atividades de pecuária, requerendo um número relativamente considerável de mão de obra. Visto isso, as colônias de exploração se organizavam em feitorias para o extrativismo, seja esse mineral ou ambiental, podendo ser com certeza caracterizados como expressões distintas de modelos de estabelecimento dos invasores europeus.

Dessa maneira, considera-se o desenvolvimento como resultado da interação de grupos e classes sociais que têm um modo de relação que lhes é próprio e, portanto, interesses materiais e valores distintos, cuja oposição, conciliação ou superação dá vida ao sistema sócio-econômico. A estrutura social e política vai-se modificando na medida em que diferentes classes e grupos sociais conseguem impor seus interesses, sua força e sua dominação ao conjunto da sociedade. Através da análise dos interesses e valores que orientam ou que podem orientar a ação, o processo de mudança deixa de apresentar-se como resultado de fatores "naturais" - isto é, independentes das alternativas históricas - e começa a perfilar-se como um processo que nas tensões entre grupos com interesses sociais e políticos e orientações divergentes encontra o filtro pelo qual passarão os influxos meramente econômicos. (CARDOSO e FALETTTO, 1975, p. 22)

À vista disso, se recorre à história, relações de classe, ações políticas e seus valores, mas se distanciando da análise econômica. Era necessário buscar a possibilidade de um desenvolvimento associado, analisando mecanismos, formas e processos da economia internacional. São, também, o seu foco os nexos internos dessas economias com os representantes do polo externo para realizações de feitos únicos e das suas fortes ligações entre si. Escrito de outro modo, como cada conformação político-social se comportou com atitudes específicas, não faz sentido entender o desenvolvimento e subdesenvolvimento a não ser particularizando cada caso, desenvolvendo sua crítica a rigidez cepalina. O âmago da temática é se existe ou não diversificação social, como se relacionam os dominantes com os dominados e as oligarquias como dominavam, tentando abordar acontecimentos importantes para as formações sociais da AL. Para FHC, quando as colônias de povoamento rompem com o pacto colonial, sua estrutura interna desenvolvida na fase anterior se apresenta como um núcleo forte. De igual modo, a consolidação dessa base facilitou a formação de alguns instrumentos políticos e administrativos internos importantes. Portanto, se internalizaram ferramentas factíveis de decisão no âmbito da nação em amplos aspectos. É justamente por isso que se conseguia um maior controle sobre os investimentos fazendo esses circularem por mais tempo no Estado nacional. Dessa maneira, possuíam um dado controle sobre o processo produtivo e de suas forças produtivas internas e de seu setor exportador. É, também, por conta desses movimentos acima mencionados que se desenvolvia um grau de autonomia superior, que, em sua inserção futura ao mercado mundial, possibilitou a aparição de agentes econômicos nacionais fortes. Destarte, a dependência se constrói partindo de bases anteriores edificadas significando uma inter-relação das ações políticas, com a construção dos Estados. É partindo de suas relações outrora estabelecidas que esse Estado nacional se torna um ente real. Outra sorte, porém, foi reservada aos países que surgiram da economia colonial de exploração, pois suas estruturas produtivas se dinamizavam de acordo com impulsos externos e pouco ficava no local (BAMBIRRA, 2019). É com a consolidação das forças externas dessas localidades que o local e suas capacidades são sufocadas, nascendo uma economia que não deveria lutar contra os impulsos externos, mas sim atraí-los.

Quando esses antigos países coloniais débeis, caracterizados pela exploração, entraram no mercado mundial, se estabeleceu um desenvolvimento do capitalismo

bastante diferenciado pela centralização. Era então nos enclaves externos onde residia o crescimento econômico, mesmo este limitando o mercado interno. Sendo assim, uma confluência de suas características originou uma participação subalterna nas trocas internacionais, acarretando em consequências limítrofes. Por exemplo: não tinham o mesmo grau de soberania ou privilégios das ex-colônias de povoamento e nem conseguiram herdar uma economia na qual fossem facilitadas as tomadas de decisão internas, sendo essas políticas ou administrativas. Ou seja, as formações políticas, sociais e econômicas dos países referidos foram fundamentais na maneira desses países lidarem com o mercado mundial. Constantemente ressaltando também a diversidade desses mecanismos de associação, por exemplo demarca algumas particularidades entre Brasil e Argentina.

Serão analisados no livro momentos importantes nos quais se injetou dinâmica à sociedade, passando por uma análise especial pelos momentos que possibilitaram a formação de setores urbanos-industriais e a expansão da economia exportadora. É imperativo, contudo, delimitar o peso essencial das classes médias, e na maneira com que buscam, tentam e se esforçam para participar da cultura, política, economia e do espírito social que gestou um novo jeito pós-transição (BAMBIRRA, 2019). Portanto, em seu livro irá ser analisado como essa classe média compactuou com suas classes oligárquicas para participarem dos espaços de poder, mesmo umbilicalmente sendo um processo muito contraditório. Porém, não sendo linear, mas processual e cheio de contradições, surgem os nacionalismos e populismos que possuíram um papel importante na formação de um mercado interno. Na última parte do texto serão debatidas as características iminentes nessa nova fase da dependência capitaneada pelo capital monopolista industrialista, seus limites, as particularidades e especificidades desse processo.

É pelo conflito entre classes ou grupos por meio da política, é assim materializada a imposição de modo de produção sobre o restante da sociedade. São os grupos e classes dominantes que possuem a capacidade de exercer ao seu modo um determinado controle sobre os outros. Também, são os primeiros que estruturaram o aparato produtivo e as relações de produção. Tanto a economia será representante dos interesses de classe ou grupo dominante, quando a ação política é delimitada pelo econômico. O novo agente para FHC deveria ser, de forma enfática, o capital internacional, já que sua centralidade está em conseguir maior complexidade

produtiva dentro do capitalismo e não em alterar organicamente o sistema. Logo, para enriquecer os seus escritos realizará um duplo movimento: ascender as relações político-sociais de posição e relativizar os condicionantes externos da dependência. É, justamente, a observação do mercado mundial, o papel das empresas internacionais das economias hegemônicas nas transformações passadas que abre espaços para refletir o papel de centralizador do Estado dependente. Isto é, um verdadeiro guia chefe de uma forma de ser do capitalismo com fortes instabilidades e promulgador de abissais estratificações sociais. Portanto, não é culpa primordial da atuação das empresas vinculadas aos países do capitalismo “adiantado” e nem de seus Estados nacionais, as calamidades sociais geradas a partir da dependência. É imperativo retirar essa posição de acusação sobre os mesmos, retirar os papéis das economias centrais enquanto determinantes fundamentais plenos “[...] da dinâmica do desenvolvimento” (CARDOSO e FALETTO, 1975, p. 30). Para realizar um contraponto às visões que particularizavam o caráter do subdesenvolvimento como exógeno, se partiu para uma outra maneira de entendimento do problema. De igual modo, há uma busca pela endogeneização das causas do subdesenvolvimento “[...] a análise das condições específicas da situação latino-americana e o tipo de integração social das classes e grupos como condicionantes principais do processo de desenvolvimento” (CARDOSO e FALETTO, 1975, p. 20-21). Partindo daí que surgem as oportunidades de mercado primordiais para a manutenção do capitalismo. Nesse sentido, essas relações se juntam e se aglomeram beneficiando ou não um determinado estilo, conduta, visões e perspectivas para o crescimento dos ganhos do capital. De modo similar, o desenvolvimento pleiteado se alcançará em uma confluência entre o Estado, iniciativa privada nacional e internacional. E, nessa confluência, se gestaria a dinâmica do sistema. A iniciativa privada internacional seria o agente novo necessário. Só com essa aliança umbilical poderiam nos países periféricos (ainda que o exemplo é o Brasil) galgar a internacionalização econômica, esta seria responsável por trazer maior competição aos mercados. Essa era a maneira do Brasil se aproximar do centro hegemônico. Era evidente então que projetos autônomos ou qualquer luta contra a internacionalização da economia impossibilitaria as potencialidades econômicas, políticas e sociais na AL. Projetos autônomos tinham tido sua importância no passado, mas as insistências neles só prejudicariam as sociedades e impossibilitariam a obtenção dos louros da internacionalização.

Finalizada a descrição do livro (1976) torna-se importante ponderar algumas críticas sobre a leitura e respostas apresentadas por Cardoso. As análises econômicas e sociológicas, por estarem descompassadas, criam uma esterilização das potencialidades, partindo para uma autonomização demasiada da esfera política. O autor buscar focalizar seu olhar analítico nas formações político-sociais nacionais da AL, ao mesmo tempo se atribui ao imperialismo uma participação diminuta na dependência. Além disso, existe um destaque na especificidade do Brasil, onde as elites seriam incapazes de formar e levar a cabo o desenvolvimento. É realizada uma análise tornando-se em certa medida difusa, o que empobrece a própria análise de cunho sociológico. Fica mais nítida a afirmação anterior se nos colocarmos uma pergunta: se a saída para a dependência está na associação com o capital internacional, as transferências de valor são intrínsecas à dependência? Não existem muitas problematizações sobre o assunto. Se existirem em sua obra tais reflexões, ele atribui um papel irrisório nos próprios mecanismos de acumulação internos das sociedades dependentes possuindo pouca relevância. Dessa forma, a superexploração da força de trabalho não teria nem razão de existência ou base para sua formulação. Na teoria de FHC as repercussões da dependência sobre a força de trabalho, sobre esse caráter compósito e articulado de dominação não se configuram como parte importante.

É importante salientar que dentro da visão de Cardoso a classe trabalhadora inserida no modo de produção capitalista não conseguiria alavancar alterações significativas e nem muito menos questionar a ordem capitalista. Com a sua visão de heterogeneidade dos interesses capitalistas, fraca coesão interna dos interesses dos capitalistas brasileiros, impossibilidade de alianças com a classe trabalhadora fraca e estática, o projeto de desenvolvimento da burguesia industrial brasileira só poderia prosperar em sua visão se deixasse para trás seu nacionalismo populista.

Na sua leitura de realidade, o desenvolvimento dependente e associado seria a única forma do Brasil ou economias periféricas ganharem dentro de um contexto global. Dessa forma, o autor se afasta completamente da leitura realizada por Ruy Mauro Marini centrada na dialética da dependência, essa mesma centrada na superexploração da força de trabalho. Como bem dizem Traspadini (1999) e Amaral (2012), em FHC, as novas políticas se encontram com novos atores sociais internos onde gestariam condições dentro das estruturas dos países periféricos para aproveitar



as oportunidades de mercado dessas economias nas trocas mundiais. Os novos atores no contexto da nova dependência capazes de se apresentar enquanto impulsionadores de dinamismo se encontrariam no polo externo, ou seja, no capital internacional.

É importante em Cardoso todas as fases de desenvolvimento, porque tiveram sua importância e relevância. Inclusive foi através das políticas de substituição de importações que países como o Brasil, na perspectiva de FHC, internalizaram o fundamental para o desenvolvimento econômico, restando a mudança político-social. Sendo assim, na etapa monopolista industrial era preciso integrar a burguesia dita nacional com os seus homólogos internacionais e, nesse movimento, se mostravam as possibilidades de alcançar um maior grau de desenvolvimento. Dessa forma, no setor industrial de bens duráveis, produtor de dinamismo, a classe dominante endógena deveria se associar ao polo externo entregando o setor. Em contrapartida o polo externo, por meio desse setor, tomaria conta dos setores subordinados. Ao contrário de realizar uma problematização nas consequências dessas ações sobre a força de trabalho ou a adoção dessas novas tecnologias poupadoras de mão de obra dentro de uma economia com enormes contingentes populacionais. A qualidade de vida das massas não possui muito espaço no desenvolvimento associado proposto.

Todavia, mesmo que se reconheça o caráter excludente e antissocial de tudo isso, Cardoso oferece como resposta a aceitação e não uma luta contra isso. Para ele, a luta só atrasaria o processo de desenvolvimento. Destarte, “[...] Cardoso prefere a opção pela perspectiva de ganhos do próprio capital [...]” negando a visão que priorizaria as classes subalternas, pois o seu foco de interesse “[...] não é que todas as classes tornem-se mais prosperas [...]”, entretanto, deve ser garantida “[...] a dinamização dos setores engendrados na política imperante de ganhos do capital [...]” (TRASPADINI, 1999, p.100). Sendo assim, o desenvolvimento proposto pelos autores na obra encontra síntese aqui:

[...] para aumentar a capacidade de acumulação desses produtores-consumidores é necessário conter as demandas reivindicatórias das massas. Isto é, a política de redistribuição que ampliaria seu consumo tomar-se ineficaz e mesmo, em determinadas condições, perturbadora do desenvolvimento. (CARDOSO e FALETTTO, 1975, p.131)

O que nos faz refletir sobre o que se chama de desenvolvimento? E para quem ele serviria? Em Marini, o desenvolvimento possui sentido de uma processualidade

histórica, não contendo um significado positivo intrínseco. Não é o desenvolvimento que acabaria com a dependência e sim uma mudança significativa na qualidade das relações de produção e reconfiguração das forças produtivas. Em Cardoso, o desenvolvimento significaria uma maior complexificação do aparato produtivo, a saída da dependência é aceitá-la e com isso negociar melhores posições para o desenvolvimento dependente (tentando angariar máquinas e equipamentos com os detentores de tecnologia). Ou seja, o desenvolvimento se localiza na elevação da estrutura produtiva e o desenvolvimento dependente-associado expressa “[...] a coexistência dialética de dependência e desenvolvimento [...]”(AMARAL, 2012, p.40). As massas no Brasil, em toda a abordagem, não se configuram como agentes de transformação social, sendo na maioria das vezes alheios aos conflitos e decisões. Isto posto, significa dizer que não se procura, na obra, efeitos dinâmicos partindo-se de uma maior inserção das massas, seja para se apresentarem como agentes novos ou procurarem, a partir das relações de produção, mudanças no sistema. Em Marini, por levar em consideração as leis específicas abordadas nos 2 primeiros capítulos desse estudo, percebe as limitações de projetos encabeçados pelas classes dominantes. Para Marini, são as massas organizadas e efetivamente levando a cabo seus projetos e demandas à luz de uma teoria transformadora das condições “estruturais-orgânicas” do sistema de produção vigente que a dependência poderia acabar. O pilar da dependência está nos limites de um capitalismo negativamente determinado com impulsos devastadores sobre os trabalhadores, o movimento de aceitação dessas limitações significaria a representação da exacerbação da superexploração da força de trabalho.

Uma outra obra de relevância fundamental consistiu em uma coleção de artigos da década de 70 reunidos no qual denominou *As ideias e seu lugar* (1993). Partirei para uma descrição relativa à obra, assinalarei alguns pontos em comum e outros que são acréscimos. É de fato importante se atentar as continuidades, descontinuidades e aos novos elementos inseridos, pois além de reforçar o entendimento sobre a produção a partir de Cardoso também mostra o quanto as críticas fizeram ou não o autor mudar sua leitura da realidade.

Seu livro transmite sua captura de um capitalismo em mudanças constantes e com isso a dependência assume novas feições. Partindo daí se ocorre uma articulação entre classes dominantes internas e externas, mudanças globais levam a

alterações dessas articulações (não confundir com rupturas). Irá buscar recapitular as origens da teoria da dependência e suas críticas a CEPAL e afirma pontos positivos e negativos, realizando um balanço sobre elas e deixando claro o valor de pensamentos latino-americanos próprios sobre si. De igual modo, postulará a superioridade da sua leitura em relação às leituras cepalinas tanto por perceber nas relações endógenas de dependência, como na sustentação dos mecanismos geradores do desenvolvimento são os mesmos criadores do seu antônimo. A intenção é fugir de análises estáticas, e demonstrar a fluidez da sua concepção da dependência e responder a algumas críticas.

A reprodução da dependência dá-se basicamente de dois modos: aumenta o desequilíbrio crônico entre a geração de divisas e a necessidade de importações; por outro lado, o funcionamento do sistema produtivo industrial na Periferia continua a requerer a importação de equipamentos e tecnologia que são fabricados e criados nos países do Centro. Os dois fenômenos se inter-relacionam e derivam da acentuação do que na linguagem cepalina se chamava de "a insuficiência dinâmica da capitalização" [...] Neste sentido, de reposição de assimetrias, sempre houve "inter-dependência" entre as economias Centrais e as Periféricas. Mesmo no mais puro colonialismo, o Centro "dependia" das matérias primas extorquidas. (CARDOSO, 1993, p.21-22)

Partindo daí, irá concluir a fundamental participação do capital internacional para o Brasil, anteriormente tinha assinalado a associação como a saída das economias dependentes. Neste livro se aprofunda em mostrar um capitalismo onde tanto centrais como periféricos começam a homogeneizar suas cadeias produtivas. Assinalando a cegueira do empresário nacional na qual estava levando pelos seus tradicionalismos a economia a um subcapitalismo. Isso é, o setor interno é o principal responsável pelos problemas, fracassos e limitações de nossa dependência. Com isso, o impulso positivo sobre essa situação deveria ser tomado associando ambas as classes dominantes as interligando. A origem das formas mais deletérias do capitalismo na AL não são consequências do capitalismo formado de fora, e sim um impacto de um capitalismo interiorizado em organismos político-sociais fragilizados. E sendo esse modo de produção em sua processualidade um propagador do desenvolvimento desigual e combinado, o desenvolvimento ocorre ao mesmo tempo que a dependência. Porém, com os IDEs cada vez mais levando a produção para economias periféricas, onde a própria estrutura produtiva de alta qualidade se

difundiria pelo mundo com as multinacionais e transnacionais. Seríamos levados a uma fusão entre crescimento econômico e desenvolvimento, pois a formação de uma interdependência com a migração de capitais internacionais faria avançar as forças produtivas na periferia. Assim, o desenvolvimento associado preconizado em (1976) se aproxima de uma visão (inter)dependentista, na qual o Estado se aproximaria cada vez mais do setor externo.

O autor da obra apresenta uma divisão da teoria da dependência em duas compreensões sobre o tema. Os primeiros, são os crédulos na superexploração da força de trabalho estes estagnacionistas, incrédulos da possibilidade do capitalismo e catastrofistas, em segundo, seriam os defensores dos benefícios do capital financeiro industrializante na aceleração da mais-valia relativa. Em vista disso, os defensores da primeira ideia seriam estagnacionistas, como se acreditassem na incapacidade de ampliação do mercado interno levando a economia a condições de marginalidade e desemprego. Já os segundos, observam o caráter dinâmico dos investimentos estrangeiros e sua capacidade de desenvolver as forças produtivas causando “[...] um efeito similar ao capitalismo nas economias avançadas [...]” (CARDOSO, s/d, p. 143). Cardoso afirmará que a superexploração poderia ser confundida com formas de mais-valor absoluto e que o próprio processo de industrialização acabaria jogando por terra toda a categoria. Em sua base argumentativa FHC ao abordar esse assunto neste livro dá a entender que a existência de mais-valia absoluta é incompatível com o crescimento econômico e por consequência também ao desenvolvimento.

Observando a tendência mundial de abertura da conta de capitais, internacionalização das economias e processos que em sua visão tenderiam a formar um mercado mundial uno, esse mesmo com sentidos positivos. Nas palavras do mesmo:

[...] pode haver desenvolvimento e dependência e que existem formas mais dinâmicas de dependência (possibilitando inclusive graus maiores de manobra pelos Estados nacionais e pelas burguesias localmente associadas ao Estado ou às multinacionais). (CARDOSO, 1993, p 144)

Ou seja, com os novos aspectos do imperialismo e a sua intensificação, FHC advogará que para obter condições de vantagem o país deve adotar as medidas impostas por esse imperialismo na tentativa de melhorar a sua dependência.

Deixando claro a sua matriz de pensamento:

[...] meu ver convém focalizar a industrialização da periferia pela ótica do capital e do investimento, muito mais do que pela ideia de que o “capitalismo avançado” requer mão-de-obra superexplorada da periferia. (CARDOSO, 1993, p. 111)

Ocorre, justamente, uma leitura focada em defender os interesses imperialistas, no contexto da globalização, pela argumentação em favor da “ótica do capital e do investimento”, deixando subapreciados os interesses majoritários das classes trabalhadoras. Assim é padrão entre seus dois livros lugares rebaixados as questões referentes a questão social, uma positividade do modelo monopolista e uma defesa dos interesses dos capitalistas. As maiores novidades se apresentam na tentativa de marcar suas diferenças com as outras correntes da dependência, mostrar seu apoio mais claramente ao projeto de integração dos mercados, observar seu pensamento como sendo capaz de captar as mudanças internacionais no aumento da interdependência e relativizar ainda mais o papel dos condicionantes externos. Cardoso irá adotar uma série de postulados ligados à teoria neoliberal e de uma globalização como forma de conseguir superar a dependência (KATZ, 2020).

Mas quais os pontos de crítica, partindo do escrito (1993) especificado? Sobre a discussão entre desenvolvimento se fundindo com o crescimento pela atuação mercado internacional (inter)dependente Traspadini (1999) realizou questionamentos bastantes lúcidos:

A questão é saber como isto pode ocorrer se, mesmo com a complexidade da internacionalização da economia, continuamos dominados pela ação das grandes corporações internacionais? Como é que nos desenvolveremos, mesmo endogeiando D1, se o efeito multiplicador da economia se dá nos espaços centrais, dado que a inovação ocorre lá e não aqui? Por que é a distribuição de renda, ao invés de tornar-se mais equitativa amplia o fosso entre pobres e ricos, reforçando uma tendência inexorável do nosso tipo de desenvolvimento? Como é que, sem autonomia, mesmo relativa, se pode pensar em desenvolvimento? (p.132)

Cardoso continua não usando as transferências de valor em sua leitura. Além disso, pressupõe um campo onde as tecnologias fossem democráticas e acessíveis ou que os processos de escoamento de riquezas não acarretariam em consequências. Fatalmente estamos falando de um discurso na qual se apoia em uma visão de que o

capital internacional teria o mesmo papel nos países centrais se comparado a periferia do sistema. Ao invés de um capitalismo marcado por uma política interna de aumento dos interesses e graus de influência dos monopólios pensando em beneficiar as suas matrizes, com irrelevantes preocupações com as condições de vida.

Ao se tratar das confusões teóricas com a categoria de superexploração:

[...]oponho-me[...] a interpretação de Rui Mauro Marini sobre a natureza fundamental das relações de dependência como uma forma de reprodução da exploração da mais-valia absoluta e da produção de matérias-primas baratas requer alguma delimitação. (CARDOSO, 1993, p. 105-106)

Prontamente Marini responde que a superexploração incluía ganhos de produtividade e não era pura e simplesmente uma deterioração generalizada de um arrocho salarial, ela inclui também características de mais-valia relativa. E não se deve menosprezar formas de exploração e sua importância para o ganho do capitalista, seja a mais-valia absoluta ou relativa ambas geram crescimento econômico. Por exemplo: ninguém que estude relações trabalhistas de forma rigorosa pode negar a existência da utilização da mais-valia absoluta até mesmo em países altamente industrializados e isso não significa falta de capitalismo ou crescimento econômico. Outro ponto importante está no fato de nas obras do autor da categoria superexploração da força de trabalho nunca ocorreu uma negação da industrialização na periferia e sim uma busca por suas contradições. Rui Mauro Marini mostrou uma diferença de características de países de economias dependentes intermediárias onde mesmo com o processo de industrialização esta mesma se dá com um baixo investimento de ponta e com uma maior exploração física e psicológica do trabalhador, mesmo com a modernização. Mostrando também uma ligação das próprias relações capitalistas de produção com características dependentes, que possuem um caráter estruturado pela superexploração. Dessa forma, fazendo com que não se pudesse ligar o processo de superexploração a simplesmente uma falta de capitalismo, mas sim que o capitalismo dependente irá necessitar dessa forma de acumulação para compensar sua divisão da mais-valia com o setor externo ligado às economias do centro capitalista.

Sobre o fato de tentar imputar a uma teoria que literalmente analisa a formação de eixos médios de acumulação capitalista, que por conta de seu crescimento e adoção de determinadas políticas econômicas (ou não) como sendo economias *sui*

*generis* das quais conseguiam reproduzir em menor escala as transferências de valor sobre polos menores, torna-se até irracional falar em estagnacionismo. Pois, como se formariam eixos de acumulação médio? Como essa industrialização que é analisada por Marini que chegou ao ponto de refletir características das mais puras expressões do subimperialismo poderia ser estagnacionista? É simplesmente por em boa parte de sua obra não problematizar as questões sociais e as implicações desse movimento do real nos lombos dos trabalhadores, que o faz julgar Marini, por mostrar as contradições desse crescimento associado e (inter)dependente, de estagnacionista. Nesse sentido, concordamos com Santos (s/d): FHC cria fantasmas distorcidos sobre o primeiro grupo, pois em nenhum momento Marini estabelece a impossibilidade de crescimento econômico. No *poltergeist* desenvolvido, é como se Marini entendesse a realidade estaticamente, como se não ocorressem momentos de subidas e descidas nas ofertas de emprego, subemprego e crescimento típicos do modo de produção. A sua própria obra é justamente um antagonismo a tudo isso. O teorizado por Marini não consiste em uma imobilidade da taxa de desemprego, subemprego, crescimento ou outras variáveis orgânicas ao sistema. O realmente sistematizado foi: se compararmos desempregados, subempregados e desalentados percebemos uma diferença substancial entre países hegemônicos ou não. As populações dos países periféricos possuem uma baixa capacidade de negociação salarial, sendo impactada pelo enorme exército de reserva e as constantes transferências de valor em direção ao âmago do capitalismo. De igual forma, a superexploração da força de trabalho se apresenta também como mais-valia relativa, pois, mesmo crescendo em produtividade do trabalho, isso se dá a partir de tecnologias poupadoras de mão de obra. A vista disso, se manifesta uma confluência de expulsão dos trabalhadores, cisão no ciclo do capital e a necessidade de aumentar a massa de mais-valia o que impacta na necessidade de aumentar a intensidade do trabalho, pois uma parcela do valor é apropriada pelos capitais mais produtivos atuantes nos países de produtividade média superior.

Realizada as exposições do conteúdo dos livros (1979;1993) e suas críticas em ambos os casos, destaco o fato de Cardoso ser um autor de grande relevância no debate político e influir diversos pensadores. Conseguindo ser uma referência para uma gama de políticos mais à direita e mais à esquerda, abrangendo sua vasta obra, Santos (s/d) lista alguns pontos fundamentais da teoria da (inter)dependência em sua

totalidade, não se restringindo às obras estudadas nesse capítulo: O primeiro seria a busca por amenizar os efeitos negativos da dependência com políticas sociais e absorção de mão de obra na etapa de crescimento; o segundo, a acumulação capitalista possui bases únicas no centro e na periferia, sendo esta última não mais negativamente determinada que a primeira e então a superexploração deve ser negada; terceiro, deve-se buscar uma comunhão entre democracia liberal burguesa com o crescimento associado; quarto, de forma resumida envolve a concepção dos anos 60 até 80 negando a existência de um fascismo na AL, os inimigos principais seriam o corporativismo e o populismo, o subdesenvolvimento é consequência de um dado atraso das sociedades tradicionais da AL; quinto, uma verdadeira democracia poderia surgir sem mudanças estruturais ou com a dependência. Observando a tendência mundial de abertura da conta de capitais, internacionalização das economias e processos de associação criariam uma dependência mútua entre os países que em sua visão tenderiam a formar um mercado mundial uno, esse mesmo com sentidos positivos. Nas palavras do mesmo:

[...] pode haver desenvolvimento e dependência e que existem formas mais dinâmicas de dependência (possibilitando inclusive graus maiores de manobra pelos Estados nacionais e pelas burguesias localmente associadas ao Estado ou às multinacionais). (CARDOSO, 1993, p 144)



## 5. Tréplica da TMD às críticas comuns.

Para se realizar o estudo da superexploração da força de trabalho precisa-se deixar claro o que ela não significa. A intenção do capítulo é possibilitar uma explicação da categoria partindo de uma explanação do que ela não é. Isso se torna necessário pelo fato de, apesar da TMD estar sendo mais difundida durante os últimos anos, várias caricaturas ainda persistem. Visto isto, é possível se topar com uma leitura enviesada prejudicando o entendimento da categoria de superexploração da força de trabalho. A palavra superexploração possui um certo sentido moral, além disso, ela é usada em Marini (1973; 2017) para descrever duas coisas diferentes interligadas. A “superexploração enquanto forma” e a “categoria superexploração da força de trabalho” isso causou algumas confusões em debates e explicações sobre tema. Aqui iremos dialogar com algumas confusões que geram críticas à TMD e uma crítica não comum, mas perigosa, feita por Cardoso. A adição do prefixo “super” pode causar uma falsa percepção de que a superexploração da força de trabalho teria uma aproximação maior com a escravidão do que com o capitalismo. Coloca-se como comum uma interpretação na qual se associa a superexploração com teses antidemocráticas e redistributivistas como se ocorresse uma impossibilidade de uma verdadeira democracia e os seus autores pleiteassem uma menor exploração, ou atribui-se a categoria um desdobramento de uma perspectiva circulacionista. Somadas a essas observamos críticas, que atribuem à categoria como: ausência de luta de classes e a negação da possibilidade de transferências de valor. Trataremos de trás para frente as críticas começando pela crítica de Cardoso e Serra (1978, p. 49):

Não se limita nosso autor<sup>19</sup> a este engano teórico. O novelo dos equívocos é grande. Vejamos alguns mais. Em primeiro lugar, não entraremos aqui no problema da *transferência* de valor através do comercio exterior[...]. Que a questão não é simples o demonstra, entre outros, **o fato de que não havendo mobilidade da força de trabalho fica difícil estabelecer-se, em escala internacional, o conceito de tempo de trabalho socialmente necessário, o qual, por sua vez. É crucial como requisito para a operação da lei do valor**<sup>20</sup>. (CARDOSO e SERRA, 1978, p.49)

---

<sup>19</sup> Se referindo a Marini.

<sup>20</sup> Grifos nossos.

Aqui se projeta perigosamente contra a pedra angular da crítica marxista à economia política como sendo impossibilitada a atuação da lei do valor no comércio internacional, vista disso ela poderia ser colocada em um segundo plano do entendimento do modo de produção capitalista. Uma vez feita essa relativização, não ocorreria transferência de valor e, assim, a superexploração não existiria. Mas, ao contrário, essa afirmação de Cardoso está equivocada. A lei do valor é uma relação social ancorada na produção social, forças produtivas e juntas vão ditar a quantidade de trabalho na qual irá ser incorporado a uma mercadoria. Carcanholo (2013) elencou de forma resumida algumas características do modo de produção capitalista e o entendimento do valor em Marx: 1) No capitalismo a riqueza possui dois polos valor de uso e valor. 2) É na denominada mercadoria em que encontramos a união desses polos. 3) A mercadoria se explica pelo desenvolvimento da contradição entre valor de uso e valor. 4) O capitalismo é um sistema que busca a subordinação do valor de uso, exaltando o valor enquanto a “verdadeira” forma de riqueza. 5) A meta impossível do capitalismo é a destruição do valor de uso como sendo necessário para a riqueza. 6) Só que o valor de uso não desaparece (e nem poderia), ele é necessário para própria formação da mercadoria, mesmo sendo subalternizada ao valor. Isso significa a inevitabilidade de dentro da lógica do capital o valor domina a mercadoria, mas essa última só existe com o par contraditório valor e valor de uso. 7) A quantidade do valor é a quantidade de riqueza no capitalismo, o valor é a riqueza desse sistema. 8) “O trabalho abstrato é a substância material do valor, portanto da riqueza capitalista”(p.181). Sua quantidade é medida pelo trabalho socialmente necessário e encontramos no tempo de trabalho necessário a maneira de medi-lo.

A concretude da riqueza do capitalista se entrelaça com manifestações de domínio social. Porque, os produtores das riquezas não são os apropriadores dela, logo o valor se constitui como uma relação social historicamente construída, apresentado também como proporção na troca de mercadorias em sua forma valor de troca. Em vista disso, no plano referente ao mercado toda e qualquer mercadoria e incluindo as mais diferentes mercadorias serão no mercado confrontadas, assim seus tempos médios também. Isto significa que: a mobilidade ou não da força de trabalho pouco importa para a atuação da lei do valor em Marx (MARINI, 1973).

As economias dependentes, na TMD, são condicionadas interna e externamente pelo imperialismo, assim possuem conexões subalternas com os polos

hegemônicos aos qual é submetido. Essas economias tendem a possuir características similares: pauta exportadora com baixa complexidade ou valor agregado, remetem valor para fora e tem necessidade de manter uma taxa de juros elevada para dar “confiabilidade ao mercado”, pois possuem instabilidades e debilidades financeiras. Imaginemos uma pizza produzida pelo forno de Dona Maria. Dona Maria morava em uma *kitnet* com o seu velho fogão que era explorado por ela e obrigado a fazer as pizzas. Seu João por sua vez possuía 3 crianças, eles eram vizinhos de Dona Maria. Toda vez que Dona Maria fazia suas pizzas o fogão era exigido, mas outra coisa também acontecia às crianças de seu João: sempre entravam na casa de Dona Maria (ela tinha dado a chave para elas), para comer a pizza até ficarem satisfeitos e com o passar do tempo elas foram crescendo e pegando cada vez mais a pizza. Todavia, Dona Maria às vezes não conseguia comer o suficiente da pizza. Ela tentou mudar a fechadura, trancar as janelas e até comprar um cachorro para proteger os frutos do trabalho de seu fogão que eles se apropriavam. Mas uma vez dadas as chaves para essas crianças elas sempre davam um jeito de entrar e comer a pizza. Então, Dona Maria teve a brilhante ideia de, para compensar os pedaços que os meninos comiam, ela ia cada vez mais exigir, desgastar e aumentar a intensidade do trabalho de seu fogão como um mecanismo de contrastar a parcela consumida pelos 3 “abençoados” e principalmente saciar sua fome de pizza. Essa solução consistia em fazer a pizza crescer, mas para isso ela poderia usar diferentes formas de aumentar a exploração sobre o seu fogão. Nessa história o fogão é a força de trabalho, as crianças de seu João são a burguesia externa e a Dona Maria a burguesia interna. Aqui a necessidade de aumentar a pizza por causa da divisão com as crianças é a superexploração da força de trabalho enquanto categoria, já o aumento da intensidade, desgaste e as diferentes formas de se conseguir essa compensação seria igual à superexploração enquanto forma, a pizza seria o valor criado pelo fogão antropomorfizado e o crescimento da massa da pizza é a massa de valor.

Os capitais atuantes nos países dependentes possuem uma especificidade, eles transferem valor para fora. Para deixar claro e apresentar como a lei do valor atua no mercado internacional analisaremos em dois graus de abstração essas transferências. A primeira será na atuação dentro de um mesmo setor. E a segunda, a análise será intersetorial.

- Dentro do mesmo setor: As mercadorias quando são vendidas tendem a ser pela sua condição média de produção, só que essas condições variam de países para outros. Nos países dependentes as condições médias de produção são piores, se comparadas com os países centrais, a relação entre trabalho vivo e trabalho morto pende a uma menor composição orgânica do capital. Esse fenômeno interfere em sua produtividade, os fazendo ser menos produtivos do que as economias desenvolvidas. Só que ambos estão submetidos a concorrência, fazendo assim uma parcela de valor do polo interno ser transferida para fora através dos efeitos de uma concorrência entre as esferas internas e externas.

...A, correspondiente a un capitalista extranjero que opera, supongamos, en la rama de producción de zapatos y B, representativo de un capital interno que actúa en esa misma rama. A puede traer equipos y métodos de producción más sofisticados que le permitan bajar su costo de producción respecto a B, quien produce en condiciones tecnológicas medias. Sin embargo, pese a producir con costos menores, A venderá su mercancía por el precio establecido al nivel de producción del capitalista B, es decir, del que opera en condiciones normales de producción. En consecuencia, aunque venda al mismo precio de mercado, la ganancia de A será mayor que la de B debido a la diferencia del costo de producción[...] La ganancia de A es, en consecuencia, un fenómeno normal, correspondiente a la transferencias del valor al interior de la rama de zapatos. (MARINI, 1979, s/p)

- Intersectorial: os capitais não são presos a um único setor, eles podem entrar e sair buscando aumentar seus lucros. Devido a isto, o aumento de vários capitais para um dado setor reverbera sobre os lucros anteriores causando uma tendência de igualar as mais variadas taxas de lucro. Mas algumas empresas são as únicas a ofertarem uma determinada tecnologia ou produto de alto valor agregado, essas são conhecidas como monopólios. Esse fenômeno entra em contraste com a tendência que levaria à igualdade entre os lucros, porque o fato de terem essas vantagens faz com que elas possam vender suas mercadorias a preços superiores. Essas empresas tendencialmente estão estabelecidas em economias centrais, os conferindo vantagem na competição, fazendo em média elas se apropriarem do mais-valor produzido na periferia. Isto é, há transferências de valor pelos mecanismos de preço estabelecido pelos monopólios.

Tomemos un ejemplo: si en determinado país las barreras aduanales al ingreso de automóviles son muy altas, esto encarece el precio de los mismos e impide que se expanda su consumo. El capital extranjero sortea ese obstáculo pasando a producir en el interior de la economía en cuestión y beneficiándose, incluso, de las tantas proteccionistas

impuestas a los coches, realizando un sobreprecio y un beneficio extraordinario. (MARINI, 1979, s/p)

Ambas as condições de apropriação do valor atingem as economias dependentes estabelecendo vazamentos constantes de valor. A partir disso, a superexploração da força de trabalho é o único mecanismo para tentar fazer frente a essa drenagem. É no imperativo das transferências de valor e na base da lei do valor que a TMD sustenta a tese tão cara a Marini (1973):

[...] a presença crescente do capital estrangeiro no financiamento, na comercialização e, inclusive, na produção dos países dependentes, assim como nos serviços básicos, atua no sentido de transferir parte dos lucros ali obtidos para os países industriais; a partir de então, o montante do capital cedido pela economia dependente por meio das operações financeiras cresce mais rapidamente do que o saldo comercial. (MARINI, 1973, s/p)

Sem querer negar o efeito de crescimento da economia através da introdução de capitais internacionais, Marini ressalta sua contradição. A percepção exacerbadamente positiva do processo de industrialização narrado por alguns setores apresentava-se como uma percepção “reificada” da circulação apartada do processo de produção. Desconsiderar os monopólios, as vantagens internacionais dos países detentores de tecnologia e as mudanças internacionais que possibilitaram a apropriação do valor pelo polo externo seja pelos juros da dívida, dívida externa e a financeirização é um erro. O debate sobre a superexploração da força de trabalho implica pensar o grau de soberania brasileira e latino-americana ainda mais com o aumento da intensificação da dependência, Marini nos apresenta uma luta de classes gigantesca, essa é uma luta pela destruição da superexploração da força de trabalho e qualquer tipo de exploração.

Mas então: a categoria superexploração da força de trabalho seria a ausência da luta de classes? Ou, deixa, muito pouco espaço para ela?

Segundo Lenin (apud OSORIO, 2014), as classes sociais se diferenciam entre si pela história. Os feudalismos, escravagismos possuíam relações qualitativamente diferentes das capitalistas se desenvolvendo por outras leis. No capitalismo as classes são fundamentalmente separadas entre os detentores dos meios de produção e os que estão apartados dos mesmos. Em vista disso, cada uma delas irá desempenhar um papel contraditório de criação e apropriação da riqueza, quem cria não possui e quem não cria se apropria da mesma. Existem aqueles que tomam conta do processo

produtivo e podem ou não estarem ligados ao trabalho intelectual. Essa classe é a dominante, e é ela que se apropria da mais-valia, a denominamos de burguesia. Outra classe dominante que podemos encontrar são os detentores de vastas terras, esses não desenvolvem nenhum tipo de trabalho, seja manual ou intelectual, e se apropria da renda da terra. Entre os explorados se encontram: pequena burguesia, camponeses e o proletariado. A pequena burguesia possui frações que participam do trabalho manual e intelectual. Esta classe se divide fundamentalmente em: os pequenos proprietários que conseguem um certo controle no processo produtivo e se apropriam de uma pequena renda mercantil simples; e a fração assalariada, que pode ou não ter algum controle do processo produtivo. Os camponeses também exercem trabalho intelectual e manual, com algum controle do processo produtivo, e se apropriam de uma pequena renda mercantil simples. Já o proletariado é o realizador do trabalho manual e vive do salário.

No marxismo existem diferentes graus de abstração, alguns se colocam alguns sendo mais teóricos e outros mais concretos. Cada um deles dando ênfases em como se realiza a luta de classes com as leis mais gerais ou em como a luta de classes atua, possuindo por trás a análise dessas leis. Pois é na luta de classes onde são expressas as contradições do sistema. Além disso não existe uma análise histórica neutra, ou desprovida de concepções prévias. A luta de classes perpassa toda a análise da superexploração no nível de abstração no qual se pretende analisar as leis específicas do modo de produção capitalista na América Latina (AL). Colocar a luta de classes como se fosse um determinante explicado para todas as leis econômicas do capitalismo é equivocado. A luta de classes é de fato muito importante, o motor da história e base essencial de uma complexa relação de compreensão da totalidade do capitalismo, porém, ela se apresenta em condições objetivas:

Os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem segundo a sua livre vontade; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado. A tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos. (MARX, 2003, s/p)

É assim que, precisamente, Marx, para entender o modo de produção capitalista, não se bastou em perceber a existência da luta de classes. Cada momento histórico da humanidade possui suas leis e estruturas próprias e não podemos simplesmente apontar uma luta de classes sem conteúdo e genérica, Marx mostrava as

determinações das leis tendenciais do capitalismo. E tendo o capitalismo em sua fase imperialista intensificado a distância entre os graus de produtividade dos capitais atuantes ao redor do globo. Vemos então um salto para outros níveis da já existente dialética entre criação e apropriação da massa de mais-valia, criando assim uma tendência a superexploração da força de trabalho.

Na Indo-América as circunstâncias não são as mesmas. A aristocracia e a burguesia nacional não se sentem solidarizadas com o povo pelo laço de uma história e de uma cultura comuns. No Peru, o aristocrata e o burguês brancos desprezam o popular, o nacional. Sentem-se, acima de tudo, brancos. O pequeno-burguês mestiço imita este exemplo. A burguesia de Lima confraterniza com os capitalistas ianques, e mesmo com seus meros funcionários, no Country Club, no Tennis e nas ruas. O ianque casa-se sem inconveniente de raça nem de religião com a senhorita nativa, e esta não sente escrúpulo de nacionalidade nem de cultura em preferir o casamento com um indivíduo da raça invasora. A moça de classe média também não tem este escrúpulo. A huachafita que conquista um ianque empregado de Grace ou da Foundation sente com satisfação sua condição social melhorar. O fator nacionalista, por estas razões objetivas que todos vocês compreendem, não é decisivo nem fundamental na luta antiimperialista em nosso meio. (MARIÁTEGUI, 2005, s/p)

Nesta passagem o autor está relatando características sociológicas, antropológicas e raciais da luta de classes. A categoria superexploração se articula com essas concretudes do mundo real, ela não as nega. Assim como Mariátegui (2005) consegue perceber dentro do capitalismo latino-americano diferenças entre os posicionamentos diferentes entre burguesias citando o caso chinês e mostrando suas diferenças, tomando como pressupostos questões econômico-sociais relevantes. A TMD busca, através do conceito de formação econômico-social, garantir aportes relevantes na tentativa de entender as diferentes formações sociais em períodos diferentes do capitalismo, mostrando a necessidade de uma luta de classes anti-imperialista com um caráter anti-capitalista. Não obstante, é a descrição de uma realidade presente da luta de classes, constituindo nunca sua negação, mas sim sua afirmação, pois o universal só se realiza no particular.

Se observamos a integração subalterna:

Dessa forma, a burguesia industrial latino-americana passa do ideal de um desenvolvimento autônomo para uma integração direta com os capitais imperialistas, dando lugar a um novo tipo de dependência, muito mais radical que a anterior. O mecanismo da associação de capitais é a forma que consagra esta integração que não apenas desnacionaliza definitivamente a burguesia local, como também, entrelaça à diminuição relativa

do emprego de mão de obra próprio do setor secundário latino americano, consolida a prática abusiva de preços como meio para compensar a redução concomitante do mercado, tendo em vista que os preços se fixam segundo o custo de produção das empresas tecnologicamente avançadas. O desenvolvimento capitalista integrado reforça o divórcio entre burguesia e as massas populares, intensificando a superexploração a que estão submetidas e negando-lhes sua reivindicação mais elementar: o direito ao trabalho. (MARINI, 2017, p. 62)

De acordo com os dados do 3º trimestre de 2021, o Brasil possui 13,5 milhões de desempregados, taxa de desemprego em 12,6%, desalentados 5,1 milhões de pessoas, taxa de subutilização 26,5%<sup>21</sup>. O rendimento médio real habitual de todos os trabalhos foi estimado em R\$ 2.459, representando uma variação de -11,1% em relação ao mesmo período do ano anterior, ao mesmo tempo, -4% em relação ao trimestre anterior. Foi também observado um crescimento um aumento de 7,1% de empregados no setor privado com carteira assinada, e 10,7% sem carteira assinada<sup>22</sup>. Ocorrendo um aumento no número de vagas de emprego, mas isso causou uma diminuição da renda média real. Não obstante, o significado está na qualidade dos empregos gerados, causando baixa remuneração e dificultando a reposição da força de trabalho em níveis salariais que garantam sua reprodução normal, o valor da força de trabalho só se determina sócio historicamente pela luta de classes. Tudo isso perpassa a luta de classes, mas em um determinado funcionamento da economia do qual fez parte um tipo de capitalismo com tendências negativas maiores se comparadas ao centro do sistema. Não é que essa precarização e deterioração não aconteça sem impactos da luta de classes, tanto é assim que atualmente vemos fenômenos de agravamento das condições de vida em boa parte dos países centrais.

Existe uma peculiaridade nas economias dependentes, vou apresentar outro exemplo mais especificamente do Brasil: em 2021 ocorreu a maior distribuição de dividendos da história da Petrobrás 63,4 bilhões, em grande parte isso se deu tanto pela luta de classes quanto pelo afã de atender as pressões de transferência de valor para fora, na distribuição desses dividendos 42,79% são reservados para não-

<sup>21</sup> <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>

<sup>22</sup> [https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho\\_e\\_Rendimento/Pesquisa\\_Nacional\\_por\\_Amostra\\_de\\_Domicilios\\_continua/Trimestral/Comentarios\\_Sinteticos/2021\\_3\\_trimestre/pnadc\\_202103\\_trimestre\\_comentarios\\_sinteticos\\_Brasil\\_Grandes\\_Regioes\\_e\\_Unidades\\_da\\_Federacao.pdf](https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Trimestral/Comentarios_Sinteticos/2021_3_trimestre/pnadc_202103_trimestre_comentarios_sinteticos_Brasil_Grandes_Regioes_e_Unidades_da_Federacao.pdf)



residentes. Ao mesmo tempo no cenário interno percebemos um encarecimento<sup>23</sup> dos transportes 21,03%; etanol 62,23%; óleo diesel 46,04%; gás veicular 38,72% e combustível (veículos) 49,02%. Existindo uma confluência entre a luta de classes e a superexploração da força de trabalho, pois esse mecanismo serve para garantir o lucro da burguesia compósita interna ao mesmo tempo também serve a burguesia internacional, tudo isso aumentando a necessidade desses trabalhadores de se submeterem a condições piores de trabalho para garantir essa forma de acumulação<sup>24</sup>.

É falso pensar a categoria superexploração da força de trabalho como negação da luta de classes. A mesma se apresenta enquanto uma contextualização da situação que acontece a luta de classes, é um dos condicionantes da atuação do próprio capitalismo na periferia do sistema. Não é à toa que em Marini (2017) a explicação sobre a “As lutas de massas” vem logo após sua explanação sobre a superexploração da força de trabalho e ambas fazem parte do capítulo intitulado: “O Movimento Revolucionário Brasileiro”. A empresa estatal acima mencionada aproveitou-se da situação em que se encontra a luta de classes para emitir dividendos demasiadamente elevados, só que, enquanto isso ocorreu, se deu no contexto de uma luta de classes na qual o processo de transferência de valor e a superpopulação relativa são intrínsecos. Assim, acontece uma cisão no ciclo dos capitalistas internos os fazendo repassar o ônus desse processo para a força de trabalho, gerando uma superexploração da força de trabalho pela manifestação das relações de produção capitalista no contexto de subalternidade internacional.

Será, então, que a categoria superexploração é uma tese circulacionista?

Em Marini (1979) deixa claro no estudo sobre o ciclo do capital dependente: é na fase de produção que se cria o valor, é a força de trabalho que pode criar valores novos, a mercadoria é o centro das relações de produção no capitalismo, a valorização do capital através da mais-valia se dá na produção de mercadorias, todos os lucros sejam industriais, comerciais, juros, renda da terra tem sua origem na valorização no campo da produção e a circulação possui papel de confrontar valores no mercado.

El proceso de producción, en la medida en que nos permite entender el de creación de plusvalía, da cuenta del proceso de

<sup>23</sup> <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/7060#/n1/all/n7/all/n6/all/v/2265/p/202112/c315/all/d/v2265%202//,p+t+v,c315/resultado>

<sup>24</sup> <https://www.poder360.com.br/opinioao/politica-da-petrobras-prioriza-lucro-sobre-vidas-escrevem-pesquisadores-do-ineep/>

explotación del trabajo por el capital. Lo que es valorización para el capitalista es explotación para el trabajador. (MARINI, 1979, s/p)

O estudo da circulação em Marini só existe depois da aceitação dos pressupostos marxistas da produção. Mas o que é circulacionismo? É uma debilidade teórica em que se separa mecanicamente a esfera da produção e circulação, quebrando a unidade do estudo da produção-circulação-consumo. Análises circulacionistas se afastam da dialética produção e circulação constituídas no capitalismo. Um fator importante para os marxistas não caírem no circulacionismo é o reconhecimento do domínio da esfera da produção dentro da relação social que compõe o capitalismo, mas ser dominante não significa ser única variável de estudo. Por exemplo: a circulação possui um papel fundamental, é nela onde irão se comparar os valores produzidos, sofrendo influência do processo de oferta e demanda para a geração de preços que girarão entorno dos seus valores. Existindo assim um componente de hierarquização, porém não caindo em uma exclusividade. Inclusive no livro *O capital* se parte da circulação, mas não se reduz a mesma, Marini (1973; 1979; s/d; 2008; 2017) realiza o mesmo movimento só que tendo em vista um nível de abstração menor, dado o seu objeto de pesquisa ser o capitalismo dependente e não o capitalismo como um todo (ainda que ambos estejam em um grau elevado). A categoria superexploração da força de trabalho é o resultado do desdobramento da lei do valor em formações econômico-sociais específicas da dependência que em sua materialidade possuem graus e tendências próprias. Com isso quero dizer que esta categoria é uma consequência das relações de produção e a construção de forças produtivas pela lógica do capital. Luce (2018, p. 148) afirma:

É a partir de sua investigação sobre a produção capitalista, na sua dialética produção-circulação, que Marini chega até a categoria da superexploração. E esta apresenta [...] fundamentos que se pronunciam a partir das relações de produção, os quais são por demais eloquentes para sugerir qualquer viés circulacionista de análise.

O foco da categoria está em descrever a dinâmica de uma acumulação necessariamente pautada sobre uma dupla determinação para o aumento da exploração sobre as massas trabalhadoras. É a maneira subalterna de inserção no mercado mundial porque necessita ser competitiva dentro no mercado externo ou pelo

fato da existência das transferências de valor. Internamente causam intensificações da luta de classes, que seriam contrapostas por uma revolução que romperia o modelo de relações de produção vigentes e iria inserir as massas na vida política e econômica. Não existe, portanto, uma separação mecânica que cause uma ruptura da dialética produção-circulação, pois a necessidade da categoria superexploração faz também par com suas formas, sendo impossível não admitir ligações íntimas entre elas, mesmo se tratando de coisas diferentes. A produção de Marini do estudo da circulação é intimamente ligada e determinada pela hierarquização produção-circulação, não sendo correto o adjetivo de cíclicacionista.

Uma crítica relacionada a essa é a do subconsumismo. Dedicarei poucas palavras para ela, pois, mesmo estando relacionadas com o pseudo cíclicacionismo, não são iguais. Em Marini também encontramos uma inevitabilidade das crises do capital causada pela superprodução de mercadorias, dada uma fragilidade do mercado interno pelo baixo nível dos salários pagos aos trabalhadores. Uma causa não pode ser confundida com uma consequência, os problemas estão nas relações de produção na formação do valor enquanto riqueza sócio historicamente construída, em sua manifestação pode ou não causar superprodução de mercadorias. Não se parte de um equilíbrio intersectorial, pois não se tem como pressuposto um equilíbrio geral, por conseguinte: “Falar em modalidade específica de circulação [...] não é definitivamente a mesma coisa que endossar as teses subconsumistas” (LUCE, 2018, p.146).

A categoria superexploração da força de trabalho é uma tese antidemocrática que só se propõe ao distributivismo?

O capitalismo atua na diferenciação entre a economia e a política, como se fossem esferas independentes e não uma unidade com algumas particularidades. A economia atual, por exemplo, vem buscando se especializar na II fase da circulação das mercadorias, na qual todos são vendedores e compradores. É aqui onde se encontra o engano, pois, se separarmos a política da economia, nossos olhos ficarão vendados sobre os mecanismos políticos de coerção umbilicalmente permeados por violências sistêmicas e institucionalizadas, enquanto parte constitutiva do capitalismo desde seu processo de formação.

Os mecanismos econômicos, assim pensados, aparecem enquanto “coisas” e se formulam teorias pobres sobre a sociedade civil. Aqui toda a esfera do mercado é

a maior representante da liberdade, não existem contradições ou conflitos. É evidente uma tentativa generalizada de tentar normalizar os gigantescos abismos sociais pela desigualdade de renda e riqueza, porque no mercado, supostamente: cada fator de produção ganhará exatamente o que condiz com a sua participação no processo produtivo. Logo, percebemos a difusão de um senso de justiça social distributivista, esta mesma só podendo acontecer pelas mãos do mercado. Portanto, dentro desse universo do reino das liberdades onde só são vistas as aparências, perguntas fundamentais são esquecidas por causa de mistificações produzidas pelo interesse do capital. Como? Para quem? Quem? São perguntas que desvelam em grande medida questões essenciais. Se percebermos como produzimos, para quem produzimos e quem produz determinadas mercadorias é provável a percepção da historicidade da produção humana. Com ela as contradições e conflitos viriam à tona, e com elas se atentaria sobre as reverberações dos interesses, dos projetos e dos ditames do capital sobre a vida em sociedade e sua consequência na vida das massas e dos trabalhadores.

O fato de que na história determinados setores burgueses conseguiram colocar em voga os seus projetos em detrimento de outros, supõe disputas em que determinados grupos conseguem exercer uma hegemonia sobre outros. Assim, quebra-se com um monolitismo teórico sobre o capitalismo e também faz-se pensar em como é construída a esfera política e quem detém o poder. E quem possui o poder consegue organizar as regras e regimentos que vão nortear os fundamentos do ser ou não democrático. À vista disso, os movimentos econômicos e políticos irão cada vez mais se aproximar construindo uma unidade interdependente, sendo essencial uma para entender a outra (OSORIO, 2019). Ali o Estado e seu caráter ganham a centralidade no poder das classes dominantes, este atuando não imparcialmente, mas sim com um adjetivo caracterizador das classes que constituem a hegemonia política. Por exemplo: Estado burguês, Estado proletário e etc. Atualmente o Estado democrático atua fomentando e criando mercados, sendo demandante e ofertante de determinados segmentos de mercadorias, privilegiando poucos em detrimento da maior parcela da sociedade. Visto isto, a democracia assim como o Estado também deve ser percebida enquanto um sujeito carente de um adjetivo e a democracia que temos é burguesa.

A democracia em abstrato muitas vezes é entendida com um caráter muito

limitante, sendo um sistema de vários partidos e a existência de eleições frequentes, o que é uma confusão completa entre forma de manifestação e conteúdo. Não poderia existir uma democracia tão limitante na qual a participação popular é verdadeiramente esvaziada e os interesses dos grandes burgueses tomam conta. O resultado não poderia ser outro, segundo dados levantados pelo *Latino barômetro* (apud SANTOS e PITILO) entre os anos de 1995 até 2015 mostram: só 21% dos brasileiros estão satisfeitos com a democracia, só ficando atrás do México com 19%. Vale ressaltar que, na AL a média é de 37%. Neste mesmo levantamento percebemos que só 37% dos brasileiros confiam nas suas eleições, sendo que na AL a média é 47% dos confiantes na honestidade do processo eleitoral. Se pegarmos dados referentes à transparência o Brasil fica com apenas 16%, isto é, menos de 8 a cada 10 brasileiros acham seus governantes transparentes.

Para conseguirmos responder a acusação de que os defensores da categoria superexploração serem ou não defensores da democracia e de um mero distributivismo, foram necessárias essas reflexões. Se a pergunta é se a “TMD tem como meta ficar apenas na democracia burguesa?”, a resposta categoricamente é não, almejamos um outro tipo de democracia. Esta seria orientada pelas camadas populares, e das massas, tendo a pretensão de atender as necessidades materiais e espirituais do povo trabalhador. Para isso é defendida uma democracia não abstrata e sim acompanhada do adjetivo socialista ou proletária, mas junto a isso mudanças reais nas relações de produção. E justamente essas mudanças radicais na base da sociedade que nos levariam a uma democracia radical, ampliada e dirigida pelas massas no plano político. A intensão é criar os fundamentos para a superação da propriedade privada, para fomentar outros que representem os interesses dos trabalhadores e garantam sua reprodução social plena. Embora o conceito de democracia não esteja em pé de igualdade com o conceito de socialismo eles fazem parte de uma unidade dialética, pois sua melhor expressão é a identificação das massas enquanto classe dominante. A ideia proposta pela TMD está em resolver o problema da superexploração da mesma forma em que resolvemos a exploração, uma democracia que rompa com as mistificações feitas pelo capital. Indo além, tendo um conteúdo na luta de classes, objetivando o fim da superexploração, exploração e qualquer opressão. Não é apenas uma proposta de democracia econômica, e sim se aproxima da democracia política real ditada pelos trabalhadores, o que é também um

guia para a prática política em Nossa América.

Pretendo também deixar evidente que a TMD não defende essas mudanças de forma dogmática ou sem mediações de acordo com a luta classes em um dado momento. A democracia burguesa é um avanço em relação uma ditadura burguesa, por exemplo, a primeira é mais permeável às demandas populares e as organizações de classe. E, mesmo assim, existem diferentes tipos de democracias burguesas com graus diferentes de capilaridade das demandas populares, sendo possível se disputar, com limitações, instituições, órgãos de Estado e da sociedade civil. Ao certo essas limitações tornam-se maiores dado o caráter da necessidade da manifestação da superexploração da força de trabalho. Portanto, até mesmo as menores lutas por concessões devem estar qualitativamente permeadas por um explícito caráter classista.

O elemento central da estratégia leninista é sempre a formulação e a implementação de uma política operária, de luta pelo socialismo, e o inimigo a ser combatido, em última instância, é a burguesia; ao mesmo, e com caráter tático – ou seja, com o objetivo de reforçar a linha estratégica central -, apresentam-se combates parciais com outras forças que integram o sistema burguês de dominação. (MARINI, 2017, p. 206)

A escravidão não teria mais a ver com a superexploração do que o trabalho assalariado?

Se usarmos na tentativa de melhor descrever a situação de desumanização sofrida pelos homens, mulheres e crianças apelando para uma adjetivação moral utilizando o prefixo “super” sem necessariamente se referir a categoria de superexploração, não posso discordar. Esse termo ressaltaria as consequências das formas de desgaste, intensidade e consumo da vida do ser humano em situação de escravidão, mas mesmo com essa proximidade não são fenômenos análogos. A superexploração tem ligação com escravidão, pois o próprio tráfico negreiro atuou na formação do capitalismo e foi fundamental para a especialização da indústria inglesa, com uma Europa de uma população diminuta não existia mão de obra livre para fazer uma produção em grande escala de algodão, cana-de-açúcar e tabaco chaves significativas para o posterior salto industrializante. Outro ponto a se acrescentar é que a escravidão, depois da invasão Europeia e o estabelecimento de colônias, foi necessária para conseguir com que os seres humanos se submetessem ao trabalho na terra para outros e não si mesmos. A grande quantidade de terras se tornava uma tentação a mão de obra livre se estabelecer enquanto agricultor livre.

A especialização colonial em produtos onde os custos se reduzem conforme maior se torna a área de terras aráveis para seu cultivo, compensava tremendamente os custos com uma mão de obra escrava. Só com um crescimento da densidade populacional e com uma terra distribuída de forma proporcional, o trabalho escravo se torna menos lucrativo se comparado ao trabalho livre. A partir daí a Inglaterra dona do maior império colonial conhecido conseguia desenvolver as suas grandes cidades como Manchester, Glasgow e Londres, ocorrendo a criação de diversos bancos, indústrias e comércios aos quais se beneficiaram com a escravidão. A escravidão foi o que suspendeu os pilares para o surgimento do capitalismo e com ele a formação do racismo, “A escravidão não nasceu do racismo: pelo contrário, o racismo foi consequência da escravidão” (WILLIAMS, 2012, p.34), é na história das grandes invasões europeias instigando as diversas formas de opressão onde se gesta o racismo. Através delas se logrou a proporcionar o estabelecimento do capitalismo pelo globo, se aumentou as desigualdades sociais e dizimou povos inteiros.

E são nessas sociedades divididas, com a maior parte de sua população racializada e com gigantescas estratificações sociais onde a categoria da superexploração da força de trabalho vigora. Neste caso, podemos traçar ligações importantes entre elas, mas a categoria de Marini é pensada e articulada com a lei do valor. A vigência da superexploração nos termos de Marini precisa da atuação do valor enquanto uma forma sócio histórica de representar a riqueza, o que não é a mesma coisa de relativizar a “super” exploração moralmente determinada sofrida pelo escravo. Mas as facilidades de reposição da mão de obra, a abundância do exército industrial de reserva, seu caráter nas formações sócio históricas da AL em tudo tem a ver com as origens e as manifestações concretas da atuação da lei do valor.

É o que explica que tenha sido precisamente nas zonas dedicadas à produção para exportação em que o regime de trabalho assalariado foi imposto primeiro, iniciando o processo de transformação das relações de produção na América Latina. É útil ter presente que a produção capitalista supõe a apropriação direta da força de trabalho, e não apenas dos produtos do trabalho; nesse sentido, a escravidão é um modo de trabalho que se adapta mais ao capital que a servidão, não sendo acidental que as empresas coloniais diretamente conectadas com os centros capitalistas europeus — como as minas de ouro e de prata do México e do Peru, ou as plantações de cana do Brasil — foram assentadas sobre o trabalho escravo. (MARINI, 1973, s/p)

O próprio regime de trabalho escravo com a abolição dará lugar ao estabelecimento de trabalhos servis e assalariados, este será a maneira como a economia exportadora se desenvolverá na AL e nela se penetrará a lógica do capital. Em conformidade com os anseios do capitalismo a mão de obra assalariada é adotada e assim os mecanismos de extração de mais-valia, sendo esta relativa ou absoluta, ganham maior liberdade de atuação. Os custos de compra do trabalho escravo e sua manutenção são consideravelmente aliviados. Agora o capitalista pode comprar a mercadoria força de trabalho como um capital variável, diminuindo seus custos de reprodução e melhorando a qualidade do trabalho, pois o trabalho assalariado apresenta uma remuneração criando um tipo de interesse.

Somente após se definir a utilização da mão de obra assalariada, a entrada do país no sistema capitalista e sua entrada no mercado mundial que podemos nos referir a superexploração de acordo com Marini. Tendo se fixado as relações basilares do capitalismo com as suas devidas especializações no mercado mundial, a AL irá cumprir um papel fundamental na qual proporcionará aos países industriais avançados a oportunidade de passarem do centro de sua acumulação da mais-valia absoluta para relativa. As populações submetidas ao processo de superexploração tendencialmente serão os povos racializados ou são nações, como aponta Mariátegui (2005, s/p) possuidoras de: “burguesias nacionais, que vêm na cooperação com o imperialismo a melhor fonte de lucro, sentem-se suficientemente donas do poder político para não se preocuparem seriamente com a soberania nacional”.



## **6. O racismo e a Superexploração da força de trabalho.**

No final do último capítulo vimos como o capitalismo precisou do trabalho escravo nas colônias e o racismo surgiu como uma ideologia do colonialismo. A escravidão nas colônias produziu uma acumulação que permitiu, depois, a especialização industrial nos países centrais, gerando aumento da produtividade. Visto isto, uma compreensão do fenômeno do racismo precisa ficar nítida: ele não é apenas uma herança passada da escravidão, é também uma prática social alicerçada em uma estrutura política, econômica e jurídica que permite contrarrestar a tendência da queda da taxa de lucro no capitalismo. É, portanto, uma ideologia ancorada em práticas sociais concretas. Não é uma pura e simples inversão da realidade, mas uma consequência das relações em que possuímos com a sociedade. Vejamos: o racismo atua tanto no campo da redução dos salários dos trabalhadores, é um justificador ideológico para a existência da superpopulação relativa e, nos países onde a categoria da superexploração está presente, é um intensificador das formas concretas nas quais se materializa a superexploração da força de trabalho. Os pagamentos por debaixo do valor da força de trabalho, os constantes aumentos da intensidade do trabalho, os prolongamentos da jornada laboral para além dos limites, a diferença entre o valor histórico-moral socialmente construído do que seria o valor da força de trabalho e o seu pagamento encontram no racismo um terreno propício. O formulador da categoria superexploração da força de trabalho não deixa isso passar:

O fenômeno não é exclusivo do Brasil. Corresponde no fundo à realidade das sociedades latino-americanas, nas quais a superexploração do trabalho contribui não apenas a limitar a capacidade teórica das vanguardas revolucionárias [...] abre também um profundo abismo entre as grandes massas – imersas na ignorância – e a pequena burguesia – cujo único privilégio social é o acesso à cultura. Quando a exploração econômica se une à discriminação racial, como é o caso geral, o distanciamento entre pequena-burguesia e as massas se torna patente. O resultado, em sua forma mais reacionária, é um profundo desprezo pelas multidões miseráveis e incultas e, em sua forma progressista, o desejo de redenção das multidões, que mal oculta o que há de comum entre as duas atitudes: o elitismo e o paternalismo. (MARINI, 2017, p.191-192)

Abordando os erros da esquerda no pré-64, Marini apresenta as dificuldades do reformismo em atender à necessidade das massas. A superexploração dentro das

sociedades do capitalismo dependente, aumenta o grau de exploração, agrava o processo de alienação entre os trabalhadores e, nesse processo, também afeta a vanguarda. Já que a discriminação racial favorece um grau de afastamento entre o povo e a os revolucionários, ela impossibilita o entendimento da realidade social em sua totalidade. Este fenômeno no pré-golpe favoreceu o crescimento da direita, os comunistas colaboraram com a burguesia, privilegiando o interesse da classe dominante do que buscando se apoiar no povo. Já no pós-golpe ocorreu uma série de iniciativas de luta armada, iniciativas estas organizadas pelos comunistas, pois se pensava que este já era o interesse consciente das massas. Contudo, em ambos os casos se falava em nome do povo sem escutar as suas necessidades. É a materialização de um fenômeno de subestimação dos subempregados e desempregados.

Para não deixar dúvidas, Marini (2017) não acredita que a questão racial só exista nos países dependentes. Até mesmo nas sociedades centrais ele consegue identificar formas de superexploração organizadas e justificadas pelo racismo. Dado o contingente muito superior das populações racializadas nos países dependentes, quando ocorre a divisão internacional do trabalho, há um salto qualitativo do papel do racismo dentro dessas formações sócio-históricas. Nessas formações sociais o capitalismo não surge hegemonicamente de uma acumulação interna, mas em meio a articulações subordinadas aos capitais internacionais. Quando observamos a atuação passada, do controle colonial, da formação de suas ideologias justificadoras e depois a passagem para o capitalismo dependente, vemos que o racismo se tornou organizador e justificador não só das formas de superexploração, também tornou-se justificador e organizador da categoria de superexploração da força de trabalho. Marini (2008) admitia a necessidade de maiores pesquisas dos impactos sociais e políticos da superexploração.

No capítulo anterior também vimos que não faz sentido falar em Estado em abstrato, ou democracia em abstrato, um e outra tem bases materiais no poder econômico. Não obstante, todo o Estado nacional burguês, seja ele democrático ou não, tende à reprodução estrutural de determinadas ações, filosofias e políticas que beneficiam a classe e o grupo no poder. Suas instituições possuem um papel fundamental na reprodução ampliada das desigualdades impulsionadoras de sua estratificação social, e dos mais diversos conflitos raciais, classistas e de gênero.

Neste caso é imprescindível levar em consideração a temporalidade histórica, pois toda esfera de poder atual se constitui com base em determinados condicionantes históricos. O racismo possui a capacidade de influenciar sociedades inteiras, e para tal ele precisa ser um exercício de dominação materializado em práticas políticas, econômicas e sociais de atuação institucional, ideológica e estrutural com base nos conflitos de classes. Almeida (2019, p. 37) escreve: “[...] as características biológicas ou culturais só são significantes de raça ou gênero em determinadas circunstâncias históricas, portanto, políticas e econômicas” e inclusive nos países da AL tornou-se um demarcador das classes que trabalham, sendo uma unidade contraditória cada um possuindo determinações próprias. O branco e o negro são pares dialéticos criados pela modernidade burguesa através do processo colonial, o fato de existir um processo histórico no qual as classes que trabalham estão compostas, majoritariamente, pelos povos racializados, toda tentativa de separar raça e classe se torna equivocada. Principalmente em contextos históricos como o brasileiro, no qual os negros são a maioria das massas oprimidas pelo capitalismo dependente, aqui o critério social da raça é fundamental para entendermos o mercado de trabalho e a questão social. A classe não é um ente que paira sobre o mundo como um algo não realizável na materialidade, as relações burguesas em sua totalidade só podem existir nas formações particulares. Aqui um negro ou índio rico sofre racismo por ser confundido com a classe para qual se relegam os piores trabalhos, pois o negro e os povos indígenas, nascem na formação sócio-histórica brasileira e em partes da AL como classes diretamente ligadas ao processo produtivo. Esses mesmos mais tarde serão vítimas de discursos que os relacionam com péssimos e preguiçosos trabalhadores. Com isso quero afirmar: o que é classe no Brasil e na AL não pode ser entendida sem a apreensão da totalidade política, cultural, religiosa, geográfica, filosófica, social, histórica e racial porque o objeto tem todas essas dimensões. A classe social não se restringe apenas às suas determinações de última instância, à economia e seus papéis diretos na produção. A formação do imaginário social da figura do branco com o patronato nunca foi dissociada desde o escravismo. Percebemos com isso a existência de um fazer de classe, este nitidamente ligado à questão racial em toda a AL.

Rendimento médio habitual mensal (em R\$) do trabalho principal por subgrupos no Brasil:

|                                                                                       | <b>2012</b> | <b>2014</b> | <b>2016</b> | <b>2018</b> | <b>2019</b> | <b>2020</b> |
|---------------------------------------------------------------------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| <i>Agropecuária.</i>                                                                  | 1 205       | 1 357       | 1 254       | 1 379       | 1 375       | 1 460       |
| <i>Indústria.</i>                                                                     | 2 259       | 2 390       | 2 301       | 2 321       | 2 364       | 2 561       |
| <i>Construção.</i>                                                                    | 1 875       | 1 978       | 1 974       | 1 848       | 1 872       | 1 860       |
| <i>Comércio e<br/>reparação.</i>                                                      | 2 018       | 2 058       | 1 943       | 1 905       | 1 915       | 1 972       |
| <i>Administração<br/>pública,<br/>educação,<br/>saúde e<br/>serviços<br/>sociais.</i> | 3 141       | 3 349       | 3 347       | 3 570       | 3 489       | 3 528       |
| <i>Transporte,<br/>armazenagem<br/>e correio.</i>                                     | 2 405       | 2 601       | 2 351       | 2 314       | 2 260       | 2 275       |
| <i>Alojamento e<br/>alimentação.</i>                                                  | 1 659       | 1 796       | 1 598       | 1 511       | 1 507       | 1 506       |
| <i>Informação,<br/>financeiro e<br/>outras<br/>atividades<br/>profissionais.</i>      | 3 291       | 3 499       | 3 449       | 3 347       | 3 308       | 3 322       |
| <i>Serviços<br/>domésticos.</i>                                                       | 838         | 944         | 934         | 936         | 922         | 932         |
| <i>Outros<br/>serviços.</i>                                                           | 1 762       | 1 839       | 1 751       | 1 778       | 1 800       | 1 784       |

Fonte: IBGE.

População ocupada (vezes mil), por cor ou raça, segundo os grupos de atividade em 2020:

|                                                                          | <b>Negros ou pardos</b> | <b>Brancos</b> |
|--------------------------------------------------------------------------|-------------------------|----------------|
| <b>Agropecuária.</b>                                                     | 4 855                   | 3 080          |
| <b>Indústria.</b>                                                        | 5 655                   | 5 607          |
| <b>Construção.</b>                                                       | 4 003                   | 2 189          |
| <b>Comércio e reparação.</b>                                             | 8 904                   | 7 618          |
| <b>Administração pública,<br/>educação, saúde e<br/>serviços sociais</b> | 7 757                   | 7 781          |
| <b>Transporte,<br/>armazenagem e correio.</b>                            | 2 480                   | 2 133          |
| <b>Alojamento e<br/>alimentação.</b>                                     | 2 645                   | 1 773          |
| <b>Informação,<br/>financeiro e outras<br/>atividades profissionais.</b> | 4 485                   | 5 579          |
| <b>Serviços domésticos.</b>                                              | 3 211                   | 1 679          |
| <b>Outros serviços.</b>                                                  | 2 332                   | 2 048          |

Fonte: IBGE.

Para o mesmo ano, segundo o IBGE, a proporção de pessoas ocupadas negras ou pardas é maior do que os brancos ocupados no total do mercado de trabalho, 53,5% e 45,6% respectivamente. Porém, os negros ficam ocupados nos subgrupos nos quais justamente estão as piores remunerações, na agricultura por exemplo são 60,7%, na construção 64,1% e nos serviços domésticos 65,3%. Essas são, também, as atividades nas quais podemos encontrar rendimentos médios inferiores aos rendimentos gerais em exatamente todos os anos da série histórica estudada.

Quando observamos a história brasileira, percebemos a refuncionalização do racismo ao longo do tempo, desde a escravidão. Não é à toa que até o início do século XX o maior terror das classes dominantes era da “haitianização” do Brasil, ou seja, de um movimento de massas revolucionário protagonizado pelo povo brasileiro. O polo externo do capital se aproveita da ideologia racista, a disseminando, para atrair as classes dominantes internas e ao mesmo tempo busca radicalizar a separação entre a burguesia interna e o povo. Moura (2019) destaca a funcionalidade do ocultamento e difamação de uma das maiores experiências populares do país pela a burguesia: a República dos Palmares. O terror da “haitianização” será substituído pelo terror ao comunismo, após a revolução russa de 1917. O medo do povo organizado enquanto classe em si e para si, capaz de realizar suas potencialidades históricas de tomada de poder como trabalhadores superexplorados. Aqui entra em cena a mitologia de Gilberto Freyre como forma de controle social. Nele as triagens sociais, as dificuldades de ascensão, o relegar dos povos não brancos aos locais menos prestigiados da sociedade e suas causas eram silenciadas. Ficando explícito que, quando não é possível negar aos oprimidos sua história, cultura, religião e costumes, a burguesia tenta disputar seu sentido por dentro. Simultaneamente, criando um duplo efeito, fazem com que a autoestima social das massas seja afetada. Aqui as próprias classes populares atribuem a si mesmas defeitos que não possuem. Em contrapartida, as classes dominantes se aproveitam disso. Atualmente essa ideologia toma diversas formas, mas principalmente através de um culturalismo elitista propagandeado e disseminado pelos aparelhos ideológicos da burguesia. Um exemplo constante disso encontramos em falas muito comuns no dia a dia, e nos veículos de comunicação. Por exemplo: “o povo é preguiçoso”, “o brasileiro é burro”, “esse pessoal no bolsa família é vagabundo, está na cultura do brasileiro isso”, “a cultura do brasileiro é pobre”, “é cultural, o povo não é dado ao estudo” e os exemplos seriam intermináveis. Ou, como

no passado, em forma de “racismo científico”, Azevedo Amaral (apud MOURA, 2019, p.48-49), um dos principais sociólogos de sua época, falando sobre a modernização conservadora capitalista do Estado Novo, escrevia:

A entrada de correntes imigratórias de origem europeia é realmente uma questão de maior importância na fase de evolução que atravessamos e não há exagero afirmar-se que do número de imigrantes da raça branca que assimilarmos nos próximos decênios depende literalmente o futuro da nacionalidade [...] Uma análise retrospectiva do desenvolvimento da economia brasileira desde o último quartel do século XIX põe em evidência um fato que aliás nada tem de surpreendente porque nele apenas reproduzia em maiores proporções ainda, o que já ocorrera em fases anteriores da evolução nacional. As regiões para onde afluíram os contingentes de imigrantes europeus receberam um impulso progressista que as distanciou de tal modo das zonas desfavorecidas de imigração que entre as primeiras e as **últimas se formaram diferenças de nível econômico e social, cujos efeitos justificam apreensões políticas**<sup>25</sup>[...] Os obstáculos opostos à imigração de origem europeia constituem portanto dificuldades deliberadamente criadas ao reforçamento dos valores étnicos superiores de cujo **predomínio final no caldeamento dependem as futuras formas estruturais da civilização brasileira e as manifestações de seu determinismo econômico, político, social e cultural**<sup>26</sup>.

As classes dominantes veem na figura do branco um sinônimo do desenvolvimento capitalista, sendo o não branco a negação da civilização ou seja, no negro encontrava as possibilidades de resistência ao capitalismo. Obviamente, isso aparece permeado por preconceitos que tendem a ser reproduzidos pela estrutura social existente. Mas isso tinha um fundo de verdade, pois os não brancos são associados à classe trabalhadora, dado que quase a totalidade dos não brancos serem trabalhadores. No Brasil, são as camadas negras e indígenas que ocupam o papel mais subalterno da nossa formação econômica e social, com isso guardam uma contradição bastante aguda com as relações de produção atuais. Não pode ser entendida como mera coincidência a associação da cultura não branca com entidades demoníacas, ou portadoras de um mal sobrenatural. A questão é retirar dos dominados suas manifestações de revolta (religião, música, cozinha, língua, indumentária e técnicas de trabalho) pela aculturação ou pela domesticação dos seus mecanismos de luta, já que essas facilitariam a organização e o reconhecimento dos

---

<sup>25</sup> Grifos nossos

<sup>26</sup> Grifos nossos

oprimidos enquanto classe. É, também, no marcador social da raça que podemos identificar os fundamentos da dominação capitalista e os critérios de sua estratificação. A superexploração da força de trabalho exerceria um papel de controle social bastante eficaz, pois ela aumenta a alienação do trabalhador sobre os frutos de seu trabalho, e encontra no racismo uma justificativa moral para tal nível de desumanização. Se Marini (1973) encontra na superexploração a base da dependência, é no racismo que a mesma encontra os seus sustentáculos. Com as características do capitalismo dependente: a cisão do ciclo do capital, transferências de valor, aumento da taxa de mais-valor e a superexploração da força de trabalho, as constantes violações do fundo de vida e fundo de consumo, a majoração dos desgastes físicos e mentais tornam-se funcionais ao acúmulo de capitais. Como os não brancos compõem maioria da superpopulação relativa, trabalhadores com remuneração abaixo do valor de sua força de trabalho e pela atuação estrutural do racismo tenderam a ocupar a maior parte dos cargos não associados com o trabalho intelectual. A superexploração tende a majorar as potencialidades revolucionárias das parcelas organizadas desses trabalhadores, não é arbitrário o papel decisivo e por vezes de vanguarda das organizações indígenas e quilombolas na AL.

O presidente Jair Bolsonaro, apontando para o mapa, indagou: <sup>27</sup>:

Aqui é apenas um... são as reservas indígenas no Brasil, **onde tem uma reserva indígena tem uma riqueza em baixo dela**. Temos que mudar isso daí, mas nós não temos hoje em dia mais autonomia para mudar isso daí. Entregou-se tanto nossa nação que chegamos a esse ponto, mas dá para mudar nosso país. Isso é só reserva indígena, ta faltando quilombolas, **que é outra brincadeira**. Eu fui em um quilombola em Eldorado Paulista. Olha...uuuuhh... afrodescendente mais leve lá pesava 7 arrobas. Não fazem nada, eu acho que nem para procriadores servem mais<sup>28</sup>.

Encontramos presente no discurso acima um ataque tanto aos indígenas quanto aos quilombolas. O progresso, o desenvolvimento, enquanto ideologia das elites, aparece atualmente reformulado. O ideal de “ser branco” continua desde o processo de colonização. Só que ele não é estático, modificou-se ao longo da história. Entretanto, mudou para permanecer estratificando socialmente através dos determinantes de raça. Nesse sistema, o não branco assume os piores empregos. Nessa realidade, o objeto “classe” só pode ser entendido quando buscamos entender

<sup>27</sup> Fala transcrita de Bolsonaro, vídeo: <https://www.youtube.com/watch?v=lcXJNGhUQy8>

<sup>28</sup> Grifos nossos

a raça dessa classe. Caso ao contrário, não conseguiremos entender as reais determinações do objeto. A passagem da escravidão para o capitalismo dependente, não destruiu a ideologia justificadora do colonialismo. Senão que, ao contrário, se utilizou dela. Com isso o velho persiste no novo, os (ex-escravos) afrodescendentes constituem no Brasil a maioria da classe trabalhadora. Moura (2019) escreve: antigamente a contradição de classes era, no escravismo, o escravo contra o seu senhor, porém no advento do capitalismo dependente é o segmento majoritário da sociedade, constituído pelo negro, que se torna o agente perigoso à hegemonia burguesa. A manifestação da superexploração da força de trabalho assume a orientação de buscar a desumanização dos indivíduos racializados, despertando contradições qualitativamente superiores na dialética negativamente determinada da dependência. Assim, as sociedades submetidas a superexploração enquanto categoria possuem também dentro do local de trabalho uma dupla determinação para o aumento da intensidade do trabalho dos não brancos. Só a percepção da existência de um processo histórico estrutural que liga a própria formação do mercado de trabalho e as estruturas dependentes com a questão racial, tornando invariável pensar o mercado de trabalho na AL com formas orgânicas de ser do capitalismo *sui generis*.

Fernandes (2020, p. 197), abordando o tema da formação do mercado de trabalho brasileiro, relata: “[...] as mudanças de relação entre escravidão e capitalismo não atingem o agente do trabalho escravo nem modificam as vinculações do trabalho escravo com o sistema de produção [...]” fazendo com que nas grandes cidades fossem alocados somente em trabalhos nos quais as diferenças entre a economia rural e urbana eram inexistentes. As diferentes formas de se tentar incluir os ex-escravos em setores que possibilitariam uma melhor inserção dentro do mercado de trabalho não obtiveram êxitos significativos. Em destaque, podemos ter em mente os setores marcados por diferenciações significativas do sistema de produção e em especial a produção manufatureira, que era onde o escravo seria igualado ao trabalhador livre. Além disso, se essa integração fosse consolidada, a percepção sobre esses agentes seria a de representantes de uma modernidade. Todavia este modelo de integração não ocorreu. E a partir desse processo nasce um mercado de trabalho livre, este mesmo com peculiaridades próprias, “[...] um mercado que divide e opõe, mas, ao mesmo tempo, valoriza e classifica [...]” (FERNANDES, 2020, p. 198), entretanto também realiza ao mesmo tempo uma valoração dos homens e os



classifica. Em seu âmago estão expressões valorativas das sociedades anteriores e suas convenções, formadas na ordem social escravocrata brasileira. Esse mercado, ao invés de ser um produtor de um conflito e competições típicas dos mercados dos países centrais, se articulou de forma estrutural e dinamicamente com os valores sociais, políticos e institucionais antigos, quer dizer que o novo nasceu do velho e emaranhado de seus vícios “[...] como se o trabalho livre fosse um desdobramento e uma prolongação do trabalho escravo” (FERNANDES, 2020, p.198). Possuindo como característica basilar desse mercado uma estratificação após a abolição da escravidão, em gigantescas proporções, nas que a mão de obra negra foi relegada às piores condições de trabalho. E seguindo esse processo se articula mais tarde uma sociedade na qual se bloqueavam econômica, social e politicamente os mecanismos de solidariedade de classe (FERNANDES, 2020). Em uma divisão sócio racial do trabalho na qual a categoria da superexploração era articulada com o racismo estrutural e a forma peculiar do mercado de trabalho altamente estratificado se ligava a essa extração de mais-valor para os polos interno e externos.

Os negros libertos não eram diretamente integrados pelo capitalismo, formando uma franja marginal. Essa população era usada pelos capitalistas para o controle dos salários, com as séries constantes de modernizações conservadoras o novo continua reproduzindo os velhos condicionantes. Isso se constitui enquanto uma continuidade fluida, até mesmo nos tempos atuais da acumulação fictícia do capital, no neoliberalismo. O extermínio da população negra ganha roupagens novas com as mudanças do capitalismo dependente, sendo a superexploração uma das mais devastadoras, consumindo o fundo de vida dos trabalhadores. O desenvolvimento do subdesenvolvimento brasileiro foi rigidamente marcado por diversos mecanismos que impediam a ascensão social do negro na intenção das classes dominantes exercerem o controle sobre ele. Tudo isto acontece pelo papel do racismo na estruturação das relações econômicas e políticas estabelecidas. As consequências do colonialismo afetaram muito mais as classes dominantes do que os dominados. Dado a questão racial, muitos estudiosos tentaram buscar no negro as responsabilidades de possuírem uma baixa integração com a sociedade de classes. Este movimento era apresentado como resquício da escravidão que teria feito os negros serem preguiçosos ou vadios. Mas onde podemos encontrar herança uma herança

“psicologizante” da escravidão é na burguesia. Comentando sobre os constantes processos de endividamentos com o exterior, Sodré (1979) escreve:

Não é possível esquecer, então, que havia uma íntima associação de interesses entre aquela classe dominante, ligada à exportação, e a burguesia européia. Aquela associação de interesses faz com que a classe de senhores de terras e de escravos, manipulando o aparelho de Estado, adote as teorias econômicas vigorantes entre seus associados europeus. Isto acontece menos por espírito de imitação do que pela necessidade de preservar os seus privilégios, ou melhor, o espírito de imitação faz parte do mecanismo de defesa que pertence, em si mesmo, àquela associação de interesses. (p. 263)

Quando olhamos com atenção a participação do negro na fase monopolista brasileira, em boa parte do século xx, observamos que os componentes raciais se articulavam solidamente na própria organicidade do capital, seja na estrutura de classe, ou na estratificação social (GONZALEZ, 2020). Nesta realidade não é que o trabalhador branco seja excluído, ou sua participação seja irrelevante, pelo contrário, os trabalhadores negros e brancos fazem parte de uma unidade contraditória e possuem suas particularidades. Desde antes da fase imperialista do capitalismo os trabalhadores vêm passando por uma série de diferenciações, se tornando visível o fenômeno da chamada “aristocracia operária”. No capitalismo dependente essa forma de diversidade não se apresenta apenas como uma maior remuneração, pois se observarmos os aspectos das determinações históricas dessas regiões conseguimos compreender um laço de solidariedade maior dos capitalistas em relação aos trabalhadores brancos. Gonzalez (2020, p. 35) chamaria isso de “dividendos do racismo” e “recompensas materiais e simbólicas”. Só que, partindo dessa realidade, tanto os trabalhadores brancos, quanto os não brancos acabam sofrendo desarticulações importantes. As classes dominantes instrumentalizam o racismo para o apagamento da realidade social, freando a organização das massas. Os brancos pobres mesmo recebendo os dividendos do racismo em alguns espaços, em outros são considerados enquanto elementos “não brancos” por não possuírem e nem frequentarem os mesmos espaços sociais que suas elites e assim possuindo de forma muito clara traços da cultura popular brasileira, esta marcadamente não branca. Tornando-os demasiadamente trabalhadores (influenciados demais pela cultura e costumes dos ex-escravos), sendo seus dividendos **existentes** limitados. Esses mecanismos fazem do branco trabalhador, ao mesmo tempo, superexplorado e

explorador. Foram os trabalhadores negros os relegados a compor a franja marginal, e o branco na maioria se integrou ao assalariamento. Acarretando em uma aristocracia operária composta majoritariamente por brancos. A adoção, a intensificação do monopólio e com ele as transferências constantes de valor, a apropriação capitalista do maquinário, ferramentas e utensílios, não integraram os não brancos. E sim, desembocaram em mecanismos de controle associados aos critérios raciais.

Esse mecanismo fez com que os não brancos se encontrassem em intensidade e quantidade de superexploração mais frequente que branco, as populações não brancas nessas relações de produção são submetidas a condições de negação da sua humanidade. Os trabalhadores da agricultura ou da construção civil são majoritariamente negros no Brasil e esses possuem uma expectativa e qualidade de vida muito inferior à média nacional. A despeito do trabalho do corte de cana para a agro-indústria temos, segundo Cruz (2020, p.676):

A respeito do esforço físico nesse processo de trabalho, Silva (2013, p. 375) afirma que “em dez minutos o trabalhador derruba 400 kg de cana, desfere 131 golpes de podão, faz 138 inflexões, num ciclo de 5,6 segundos para cada ação”. No final do dia, esse trabalhador terá desferido “3.792 golpes de podão e feito 3.994 flexões com rotação da coluna. A carga cardiovascular é alta, acima de 40%, e, em momentos de pico, os batimentos cardíacos chegam a 200 por minuto”. Isso tudo, em um ambiente no qual a temperatura chega “acima de 27 graus centígrados, com muita fuligem no ar (SILVA, 2013, p. 375)”

Ou em outros dados só do Estado de São Paulo (SILVA apud CRUZ):

[...] no período de 2002 a 2006, foram concedidos 32.208 auxílios-doença previdenciários, 216 aposentadorias por invalidez, 7.028 auxílios-doença acidentários, sete aposentadorias por invalidez acidentária, 38 pensões por mortes acidentárias e 15 auxílios-acidente. Os casos notificados foram: dorsalgia (12%); fratura no nível do punho e da mão (4%); sinovite e tenossinovite (4%); outros transtornos de discos intervertebrais (3%); ferimento do punho e da mão (3%); hérnia inguinal (2%); luxação, entorse e distensão das articulações e dos ligamentos do joelho (2%); fratura da perna, incluindo tornozelo (2%); hipertensão essencial (primária) (2%); fratura do antebraço (2%); outras categorias (64%). (SILVA, 2013, p. 377)

Isto se apresenta pelo fato do racismo como ideologia emanar das condições fornecidas pela generalização das invasões europeias conhecidas pelo nome de colonização. A violência onipresente, as agressões às mulheres, homens, crianças e idosos eram constantes e na emergência da forma *sui generis* de acumulação foram ressignificadas, vale-se lembrar da Revolta da Chibata em 1910. Na época, a Marinha

brasileira era um dos pouquíssimos lugares em que os negros poderiam ter algum tipo de integração, mesmo assim, se restringia aos postos mais baixos. Estes por serem ocupados predominantemente pela parcela negra e não branca da população brasileira, ainda sofriam com castigos físicos, e em 22 de novembro de 1910 revoltados com o tratamento iniciaram a revolta. A violência seja nas sociedades coloniais ou nas sociedades dependes tomam formas políticas estruturais bastantes complexas, a primeira para assegurar diretamente o domínio externo direto ligado à metrópole e a segunda para garantir as transferências de valor e uma vida luxuosa aos burgueses internos e externos (FANON, 2008; MARINI, 2017).

A fase monopolista foi marcada pela integração dos negros nos postos de trabalho mais precarizados. É, também, o momento da divisão sócio espacial das cidades, a favelização e a deterioração das infraestruturas sociais, sejam elas de transporte, saneamento básico, precarização da saúde. Como já analisamos no capítulo 1 o divórcio da estrutura produtiva com a verdadeira necessidade das massas se agravou, e junto a ela as transferências de valor e a superexploração da força de trabalho. A população mais impactada foi a parcela não branca, os indígenas eram atacados pela expansão da fronteira agrícola e superexplorados no campo e nas cidades, os negros também ficaram majoritariamente sendo superexplorados em uma sociedade avessa ao povo trabalhador. Pegando dados do censo de 1980, retirados de Gonzalez (2020): 35% da população acima de 5 anos era analfabeta, dessas 25% eram brancas e 48% negras. Em 1980 uma pessoa branca possuía uma probabilidade 1,6 vezes maior de conseguir completar 5 a 8 anos de estudo, 9 a 12 anos era de 2,5 vezes maior e 12 ou mais era 6 vezes maior. 33% da população economicamente ativa recebiam até 1 salário mínimo, desses 24% brancos e 47% negros. Na Pnad de 1976: famílias brancas vivendo com até 3 salários mínimos no mês estava em 50%, para as famílias negras 75%, nesse caso, a situação piora porque as famílias negras precisam mais membros que trabalhem para obter a mesma renda familiar que as famílias brancas<sup>29</sup>. O negro mostrou-se como a parcela da população trabalhadora mais achacada pelo sistema, como é constante na história brasileira, mas esse mecanismo, ao mesmo tempo que deteriora suas condições de vida, aumenta suas contradições com o sistema. Não por ser mais oprimidos que o quão pior está que simplesmente os oprimidos vão ganhar consciência de sua opressão. Mas as

---

<sup>29</sup> Todos os dados retirados de Lélia González (2020).

condições objetivas para processos de revoltas estão colocadas. Logo, cabe a atuação dos coletivos, organizações e partidos atuarem para a formação do elemento subjetivo para fornecer a base teórica e organizacional de sua revolta. E para assim se apresentar uma luta anticapitalista, com as mediações necessárias do seu tempo histórico.

Com isso podemos listar algumas características da luta de classes brasileira: a categoria superexploração da força de trabalho faz parte da organicidade das relações de produção presentes no país, existe uma escala de valores institucionais, estruturais e ideológicos na qual o racismo se apresenta como elemento intrínseco, as classes dominantes se identificam com o ideal de branquitude (com isso todos os elementos subjacentes, cultura, educação, língua, indumentárias, religião e etc). São mais frequentemente submetidas às formas de superexploração as populações não brancas, os indivíduos mais aceitos são justamente aqueles mais próximos das características das classes dominantes, em escala global, a superexploração é ideologicamente sustentada pelo racismo e, sendo a superexploração uma arma contra a queda tendencial da taxa de lucro, a não resolução da questão racial é de interesse do capital.

Algumas perguntas ficam pairando sobre o estudo: o que seria a lei tendencial da queda da taxa de lucro? Como se articula com a superexploração? E o que o racismo tem a ver com isso?

Para facilitar o entendimento do modo de produção capitalista começaremos explicando a lei tendencial da queda da taxa de lucro e paulatinamente entraremos nos outros assuntos. É preciso deixar claro três questões sobre esta lei: ela não significa que em todo momento do capitalismo a taxa geral de lucro irá cair, essa lei em Marx se deriva da sua própria visão do valor (ou seja, não pode ser entendida com as teorias ricardianas ou smithianas do valor), ela não significa o fim do capitalismo pelas suas próprias contradições (o fim do capitalismo só pode se apresentar por meio de rupturas) e, por último, o próprio capitalismo possui mecanismos imanentes ao sistema para enfrentar a sua própria tendência.

A medida da taxa de lucro pode ser expressa partindo de uma equação simples. Para montar a equação,  $T_xg$  será igual a taxa geral de lucro do sistema,  $mv$  será igual a massa de mais-valia,  $cc$  será o representante do capital constante,  $cv$  representará o capital variável,  $t_xe$  a taxa de exploração e  $co$  a composição orgânica do capital.

Montando a equação ela ficaria assim:  $Txg = mv/(cc + cv)$ . Dividindo todo o lado direito da equação pelo capital variável encontraremos:  $Txg = txe/(1 + co)$ . Se mantivermos a  $txe$  constante o que irá variar é a composição orgânica do capital, e é imanente as relações de produção analisadas o avanço constante dos componentes de  $co$  pelo avanço das forças produtivas. Só que a única mercadoria especial produtora de valor é a força de trabalho e a mesma tem sua participação relativa cada vez mais reduzida em  $co$ . Criando, assim, uma tendência ao sistema de cada vez mais obter uma  $Txg$  menor. Uma pergunta verdadeiramente inteligente pode indagar: “ $txe$  no mundo real não se apresenta enquanto fixa, logo, ela pode subir, por que então uma tendência à queda?”. Sim, a  $txe$  não é fixa no mundo real, o que faz com que essa pergunta seja verdadeiramente perspicaz. Para responder corretamente essa questão precisamos entender que existe um limite na  $txe$ , por exemplo: um trabalhador não pode possuir um salário negativo ou ter que pagar para trabalhar, pois, o limite de assalariamento é 0, o trabalhador não pode trabalhar 25 horas no dia o limite é 24h e por aí vai. Visto isto, há uma variável no capitalismo na qual não apresenta limites e essa é o desenvolvimento das forças produtivas. Assim, a  $txe$  componente do numerador de nossa fração pode diminuir ou aumentar, tendo um limite, porém o denominador tende a crescer, na maior parte das vezes. Aqui vale se lembrar que a  $txe$  é também submetida à luta de classes e à superexploração da força de trabalho, seja esta última tanto presente em suas formas como em sua categoria. Ambas as 3 podem em um determinado período contrrestar a tendência à queda da taxa de lucro ou reafirmá-la. É, também, importante ressaltar que uma magnitude pode constantemente se aproximar de zero sem nunca chegar a zero. Na matemática algumas dessas curvas são chamadas de curvas assintóticas tendendo a zero. Logo, depois de apresentar o crescimento das forças e o crescimento da composição orgânica do capital como variáveis de crescimento sem limites fica a dúvida, por quê? Algumas pistas já foram apresentadas no segundo e quarto capítulo dessa pesquisa, nas partes em que abordamos as transferências de valor sejam em um mesmo setor ou intersectoriais.

Reafirmando e inserindo pontos novos podemos perceber: os capitalistas na busca pela apropriação do valor tendem a se utilizar de tecnologias mais avançadas, elevando  $co$ , ao mesmo tempo tendem a diminuir a massa de mais-valor do sistema, aumentando a produtividade do sistema e fazendo o trabalhador produzir mais valor de uso em menos tempo. A partir disto, podemos pensar que máquinas e

equipamentos podem ser cada vez mais barateados pelo aumento da produtividade do trabalho também contrarrestando com a queda da  $T_xg$ . Não obstante, essa também possui um limite. As máquinas, equipamentos e utensílios não podem ser vendidos por valores negativos. Persistindo, dessa maneira, uma tendência sem limites no crescimento em  $co$ , dado o avanço das forças produtivas. Um bom argumento comum à finitude do avanço de  $co$  pode ser encontrado se pensarmos o planeta Terra como finito. Contudo, a lógica do capitalismo não se limita à Terra, ele a consome, destrói e busca inclusive a expansão da sua lógica para outros planetas. Um exemplo recente são os constantes estudos sobre a extração de minérios de Marte, e materiais de outros planetas, satélites (caso da Lua) e até mesmo projetos da classe dominante mundial de viagens especiais. Logo, nem mesmo as condições climáticas e ambientais, que são incrivelmente importantes, são empecilhos a sua lógica. Mesmo ocorrendo efeitos de diminuição do valor dos componentes de  $cc$  e dos valores consumidos pelos trabalhadores em geral, essa diminuição possui um limite. Evidentemente, pelo fato de existirem alterações reais na taxa de exploração (ou grau de exploração), esses efeitos listados acima sobre  $cc$  e o consumo dos trabalhadores podem concretamente apresentar algumas consequências. A primeira é a não elevação de  $co$  por um dado período de tempo, a segunda é a combinação da diminuição dos valores consumidos pelos trabalhadores com a elevação da taxa de exploração da força de trabalho, e a terceira só o aumento da taxa de exploração. As duas últimas podem causar efeitos similares à primeira. Estes mecanismos contrarrestam a tendência a lei da queda da taxa de lucro, criando momentos em que é possível elevar constantemente a taxa de lucro.

O racismo dentro da lógica do capital é usado enquanto desculpa moral, ideológica e instrumental para a elevação da taxa de exploração sobre os trabalhadores não brancos. Além de representar uma forma de dominação efetiva de elevar também a exploração dentro das parcelas brancas da sociedade. Não é coincidência que ao mesmo tempo hoje na Europa ocorra a propagação das formas de superexploração da força de trabalho, ao passo que a burguesia europeia e do mundo apostem cada vez mais em discursos neonazistas ou fascistas para explicar a queda na qualidade de vida dessas populações<sup>30</sup>. Carcanholo (2013) irá apontar

---

<sup>30</sup> Ver: <https://revistaopera.com.br/2019/06/18/jogo-de-aliancas-na-politica-europeia/> e <https://jornalistaslivres.org/por-que-a-extrema-direita-cresce-em-todo-o-mundo-i-a-inseguranca/>.

outros fatores de contrastes imanentes do sistema capitalista, além dos já mencionados, encontramos: 1) a redução dos salários dos trabalhadores, 2) a superpopulação relativa, 3) o aumento do capital por ações, 4) o comércio exterior e 5) uma rotação mais acelerada do capital. Por motivos de foco em nosso objeto, analisaremos somente 1, 2 e parcialmente 4. A categoria da superexploração da força de trabalho como já vimos atua em sociedades majoritariamente racializadas. Como observamos no capítulo 2 a categoria superexploração da força de trabalho tende a aumentar o grau de exploração sobre a força de trabalho, logo, estruturalmente o capitalismo busca aumentar a taxa de mais-valia em detrimento das sociedades racializadas potencializando suas contradições sistêmicas. Ocorre que, dentro da estrutura social desses países racializados, o mercado de trabalho se formou segregando os indivíduos não brancos. Esses irão exercer funções de baixa remuneração, alta insalubridade, permeados pelos desgastes físicos e psicológicos, sendo alvos de trabalhos onde é necessária uma maior intensidade da força de trabalho. Em vista disso, são as populações não brancas que majoritariamente irão ter seu fundo de vida e o fundo de consumo constantemente violados. A estrutura da própria divisão internacional do trabalho se manifesta com bases racistas e reproduz o racismo em sua esfera global.

O comércio exterior atualmente se caracteriza de forma imensa pela produção de mais-valor produzido pelos superexplorados majoritariamente não brancos para ser apropriado pelos capitalistas internos e externos associados ao ideal de branquitude. A materialidade na leitura marxista é importante porque é através dela que conseguimos conhecer o objeto, é o seu movimento contraditório que revelará a essência dos fenômenos. A primeiro momento quando observamos a aparência pode parecer irracional a percepção do racismo como estrutural e estruturante do capitalismo fazendo parte de seu movimento. Somente quando desvelamos a essência do capital podemos perceber sua necessidade de que sua expansão necessita da concorrência entre os trabalhadores dificultando o internacionalismo de classe. Ao mesmo tempo cooptando segmentos sociais pelos dividendos raciais, e favorecendo laços de solidariedade entre alguns trabalhadores e os donos dos meios de produção. A sua própria garantia de lucratividade necessita da expansão dos graus de exploração, e com isso de manifestações institucionais, ideológicas e estruturais organicamente ligadas para sustentar a sua totalidade de existência. Então podemos



apresentar o racismo como uma expressão social da superexploração nas sociedades latino-americanas, violando seus fundos de consumo e de vida. Compondo uma classe trabalhadora submetida a níveis de exploração ainda como uma forma de negação de sua humanidade. O racismo dentro dessas sociedades serve para legitimar a violência Estatal e civil como a maneira encontrada pelo capital de sustentar seu controle político. O Estado, sendo um representante da classe dominante na luta de classes, precisa intensificar sua repressão na tentativa de estabelecer o domínio social necessário para garantir suas taxas elevadas de mais-valor.

Quando analisamos o capitalismo atual, seu funcionamento destoa do que comumente acontecia antes dos anos 70. O funcionamento do capital fictício pode ser mais brevemente entendido pelo ato de venda de expectativas futuras de apropriação de um valor que ainda não foi gerado, mas possibilita um acúmulo de capitais. É a antecipação de um valor que pode ou não vir a existir. Primeiro analisaremos o movimento clássico do capital produtivo: existe um capital, com o capital pré-existente o capitalista adquire os meios de produção, contrata força de trabalho, após isto, no processo produtivo ocorre a valorização da mercadoria e a mesma pode ou não se realizar na circulação. Na acumulação fictícia o capital pode ou não preexistir, este não é imprescindível. Segundo, dado a venda da expectativa não valorada, o capitalista pode ou não entrar no processo produtivo e assim existe a possibilidade de valorar o capital antecipado por ele. Com isto, ele se apropriaria verdadeiramente da riqueza social, transportada do futuro para o presente.

Observamos que o mercado financeiro, e não apenas ele (também a indústria, os serviços e a agricultura), se alimenta do “jeito” fictício. A partir disso, a mistificação sobre a origem da riqueza é maximizada e acarretando em movimentos bastante complexos sobre a realidade. Com a manifestação da antecipação do capital futuro, para sua posse no presente algo curioso pode vir a acontecer: o valor futuro, pode vir a existir partindo de uma antecipação. Ocorrendo um efeito positivo para o capitalista, pois agora ele acelera sua apropriação cada vez mais transportando o futuro para o presente. Por outro lado, a contradição é imanente ao sistema econômico dominado pela lógica do capital. Suas estruturas gestam ao mesmo tempo fatores positivos e negativos, assim percebemos um fator bastante importante: no presente o capital

fictício não consegue gerar valor. Mas o valor é a riqueza social na era do capitalismo emanando assim uma diferença substancial entre a essência e a aparência:

Aquele título<sup>31</sup> que acredita o direito apropriação de um rendimento regular, título que pode ser vendido a terceiros, *aparece* para seu proprietário como, capital real. E de fato é. É aceito como real no mercado, no dia a dia das transações comerciais. Trata-se de riqueza mercantil, mas de riqueza fictícia, fictícia/real. Por detrás dele não há substância real, não há riqueza previamente produzida; não há valor, não há excedente substantivo previamente produzido e que a ele corresponda. Assim, do ponto de vista global e não dos agentes econômicos que operam no dia a dia, corresponde à riqueza fictícia. Aparece somando ao patrimônio dos agentes, mas não constitui riqueza para o conjunto da economia. (CARCANHOLO, 2013, p.146)

Os efeitos negativos desse funcionamento fictício são: se não ocorrer uma valoração do recurso adiantado, através de incrementos produtivos, onde a força de trabalho passe um *quantum* de trabalho para a mercadoria, os fenômenos das crises ocorrerão. E com isso a rentabilidade da totalidade dos lucros do capital vai cair. É na crise em que nos encontramos atualmente onde observamos de forma mais cristalina os efeitos negativos sobre a força de trabalho. Tentando retomar a sua taxa de lucro geral, o capital entrou em uma espécie de espiral, suas ações para sair da crise se localizam em fortalecer os mecanismos que o levaram a ela. Materialmente isso significa um reforço de sua acumulação fictícia, agora exigindo um volumoso aumento na produção de valor, este só é fornecido pela força de trabalho. Temos então algumas consequências: um reforço das ideologias sociais que justificam a exploração, e superexploração, pelo fato de se exigir agora cada vez mais titânicos graus de exploração. É, portanto, estabelecida uma necessidade global de aumento da taxa de mais-valor, só que, em sociedades dependentes, a mesma já é alta devido à superexploração da força de trabalho. Acontecem, então, um aprofundamento do racismo estrutural na tentativa de alienar a sociedade ao ponto de mistificar mais intensamente as causas da decadência de sua qualidade de vida. Quero deixar claro um ponto: observa-se também o uso do machismo como mecanismo político de dominação reforçando os papéis subalternos dentro da estrutura social dos povos não brancos e principalmente das mulheres não brancas.

Analisaremos alguns dados do INFOPEN (apud SILVA, 2021). A etnia/ cor das pessoas privadas de liberdade em 2017, por proporção, no sistema penitenciário

---

<sup>31</sup> Utilizei expectativas futuras de lucro como ilustração da lógica fictícia, Carcanholo fala de títulos de apropriação de lucros futuros, também explicando o mesmo funcionamento.

brasileiro são 63,64% negras (os); 35,48% brancas (os) e outra (os) 0,88%. Porém, as populações negras (os) representam 55,4% da população, brancas (os) 43,6% e outras (os) 1%. Se observamos a faixa etária da população brasileira privada de liberdade temos:

|                     |               |
|---------------------|---------------|
| <b>18 a 24 anos</b> | <b>29,95%</b> |
| <b>25 a 29 anos</b> | <b>24,11%</b> |
| <b>30 a 34 anos</b> | <b>18,11%</b> |
| <b>35 a 45 anos</b> | <b>19,45%</b> |
| <b>46 a 60 anos</b> | <b>6,92%</b>  |
| <b>61 a 70 anos</b> | <b>1,04%</b>  |
| <b>Mais de 70</b>   | <b>0,2%</b>   |

Fonte: INFOPEN (apud SILVA, 2021)

Se pensarmos que a população de 15 até 24 anos totaliza 9% no Brasil, mas ocorre um salto para 29,95% entre 18 a 24 anos dos privados de liberdade, cruzando os dados, percebemos uma repressão estabelecida contra a juventude negra, dado o fato de grande parte dos ex-detentos não conseguirem se inserir no mercado de trabalho novamente. O sistema racista de repressão apresenta uma funcionalidade na alimentação de uma parcela da sociedade que não consegue um emprego, porém aceita receber menos pelos mesmos trabalhos. Isto é, a população carcerária majoritariamente jovem e negra será privada de melhores condições de vida. O racismo institucional criará uma ideologia para facilitação da violação do fundo de consumo sistêmico desses trabalhadores e as transferências de valor. Outra fonte de aproveitamento será o fornecimento de um exército de reserva permanente ao sistema retroalimentando e favorecendo o controle dos salários. A questão social aqui apresentada está associada ferozmente com própria legislação brasileira que tipifica certos crimes como passíveis de prisão e de um policiamento ostensivo feroz e bastante seletivo. Quantas vezes assistimos operações policiais entrando em bairros luxuosos para efetivar a prisão de alguém por sonegação fiscal ou fraudes na declaração do patrimônio? Além disso, rebaixamento dos salários, e do aumento da superpopulação relativa são fundamentais para o aumento das taxas de lucros gerais do sistema e dos capitais atuantes nos países onde a categoria da superexploração é vigente. A partir disso, o próprio mecanismo de apropriação capitalista das máquinas, como relatado nos primeiros 2 capítulos deste estudo, quanto a atuação racista do Estado, ambos realizam:

[...] um movimento circular através do qual o aumento da composição orgânica do capital faz crescer a superpopulação relativa, o que redundará na abertura à aplicação de mecanismos intensificadores da superexploração do trabalho, tanto por meio de extensão e/ou intensificação da jornada de trabalho, quanto através de uma pressão baixista sobre os salários, o que se constitui num “dos fatores mais importantes que detêm a tendência à queda da taxa de lucro” (Marx 1974: 270) ou que a paralisam, ainda que temporariamente. (AMARAL e CARCANHOLO, 2008, p.179)

Osorio (2019) nos apresenta características gerais do Estado dependente. O mesmo é o braço de sustentação da superexploração da força de trabalho, pois ela é central e permanente na acumulação dos capitalistas nesses países, ou seja, é o pilar do acúmulo de capitais. Esse mecanismo realiza um aumento significativo das expressões de barbárie contidas dentro da estrutura capitalista. A superexploração da força de trabalho causa significativos desgastes e rupturas em todo o tecido social, porque é sustentada reproduzindo um contingente de miséria e pobreza muito superior ao do centro do sistema. Um grande exemplo é a submissão das populações superexploradas a níveis de violência constantes. Em 2018, o número de homicídios foi de 57.956<sup>32</sup>. O Jornal do Comércio<sup>33</sup>, informa que, segundo dados da ONU, em 2018 a taxa de homicídios do mundo era de 6,4 para cada 100 mil pessoas, o número do Brasil era na época 5 vezes maior, levando o país a ser o 9º mais violento do mundo. Na África podemos encontrar uma média de 10 a cada 100 mil, na Europa 3,3 a cada 100.000 e o número cresce assustadoramente na realidade da AL com 17,9 por 100.000 pessoas. Na realidade brasileira além do número assustador, observamos:

DE ACORDO COM OS DADOS, EM 2018 COLETADOS: UMA PESSOA NEGRA TEM 2,7 VEZES MAIS CHANCES DE SER MORTA VIOLENTAMENTE QUE UMA PESSOA NÃO NEGRA.

|                                               |               |
|-----------------------------------------------|---------------|
| <b>TOTAL DE MULHERES ASSASSINADAS.</b>        | 68% negras.   |
| <b>TOTAL DE VITIMAS DE HOMICÍDIO EM 2018.</b> | 75,7% negros. |

<sup>32</sup> Dados retirados do site: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/5929-atlasviolencia2020relatoriofinalcorrigido.pdf>.

<sup>33</sup> Ver: [https://www.jornaldocomercio.com/\\_conteudo/2018/05/geral/627930-indice-de-homicidios-no-brasil-e-cinco-vezes-a-media-global-aponta-oms.html#:~:text=No%20mundo%2C%20taxa%20%C3%A9%20de,Am%C3%A9rica%2C%20com%2017%2C9](https://www.jornaldocomercio.com/_conteudo/2018/05/geral/627930-indice-de-homicidios-no-brasil-e-cinco-vezes-a-media-global-aponta-oms.html#:~:text=No%20mundo%2C%20taxa%20%C3%A9%20de,Am%C3%A9rica%2C%20com%2017%2C9).

|                                                                       |                       |
|-----------------------------------------------------------------------|-----------------------|
| <b>ENTRE 2008 E 2018, TAXA DE HOMICÍDIO PARA POPULAÇÃO NEGRA.</b>     | Crescimento de 11,5%. |
| <b>ENTRE 2008 E 2018, TAXA DE HOMICÍDIO PARA POPULAÇÃO NÃO NEGRA.</b> | Queda de 12,9%        |

Fonte: IPEIA, dados de 2018.

Assim, os mecanismos de atuação do capital, além de se beneficiarem com o racismo, o necessitam como agente ativo no processo de acumulação. Sendo agora um impulsionador de sua própria lógica sistêmica, a perspectiva de elevação da sua taxa geral de lucro. Como o Estado representa a classe dominante com suas contradições, alianças e interesses, seu objetivo, mesmo que velado, é proporcionar aos capitalistas as condições necessárias para o processo de acúmulo. Dentro disso, percebemos um mecanismo mutualístico entre a superexploração e a superpopulação relativa tentando contrarrestar a lei tendencial da queda da taxa de lucro, se utilizando do racismo como arma fundamental. Essas características não se limitam ao Brasil, as populações indígenas da AL como um todo sofrem com essas características.

Uma civilização que repousa na riqueza, na grandeza e no poder por quaisquer meios exige um sistema social de exclusão, opressão e repressão. Ela pode manter-se e reproduzir-se liberando suas potencialidades fascistas e racistas, ou seja, a devastação da natureza, da humanidade e da cultura. É sua estrutura, funcionamento e ritmos históricos que arruinam seus alicerces e sua continuidade. Não importa se os agentes históricos sejam proletários ou todos os que repudiam a iniquidade como estilo de vida. (FERNANDES, 1995, s/p)

## Conclusão

Nesta pesquisa, primeiro realizei uma leitura da TMD focando nas categorias desenvolvidas por Marini: transferência de valor, cisão no ciclo do capital e superexploração. Com uma análise das formações sócio-históricas estudei como as categorias acima são relacionais, tendenciais e históricas. Para isso me utilizei de um estudo mais geral da AL e mais especificamente exemplifiquei com o caso brasileiro. A superexploração da força de trabalho demonstrou ser bastante importante para a leitura das sociedades dependentes. O processo de integração da AL no mercado mundial, o avanço das relações capitalistas e a especialização da economia agroexportadora possibilitaram ao polo central do capital se especializar nas produções de maior valor agregado. O ingresso na fase industrializante pautou-se em atender uma demanda pré-existente de bens-suntuários. A industrialização nos países periféricos marcou diferenças significativas na reprodução do capitalismo dependente. Na fase de industrialização monopolista se agravou a cisão do ciclo do capital, as transferências de valor e a superexploração. De forma geral, o processo de industrialização dependente é qualitativamente diferente dos processos industrializantes do eixo central do capitalismo. Na periferia, a dívida externa ocupa um lugar bastante destacado, graças ao seu papel na crise capitalista da dívida e o desembocar em um NPEEP. Neste último, encontramos características da fase neoliberal do capital na AL, o crescimento das transferências de valor e maior participação dos investimentos externos em serviços, nas áreas financeiras e extrativistas. A categoria superexploração da força de trabalho é um aporte teórico essencial de Marini para entender a realidade da AL atualmente.

No segundo capítulo busquei analisar a superexploração da força de trabalho em suas formas e na sua dinâmica nas sociedades foi focalizado para as questões mais específicas o caso do Brasil. Estudei as ligações da categoria superexploração com a mais-valia relativa, mais-valia absoluta, intensidade do trabalho, taxa de mais-valia e exército industrial de reserva. Observei que não há impedimento para o crescimento de sua produtividade do trabalho nos países dependentes. Crescem em produtividade normalmente reforçando as transferências de valor, superexploração e o divórcio da estrutura produtiva e a verdadeira necessidade das massas. Além disso, os países periféricos não possuem centros de formação tecnológicos endógenos à sua economia e se utilizam dos polos exógenos para crescer em produtividade. É

percebida uma utilização de tecnologias poupadoras de mão de obra que fomentam a criação de um exército de reserva gigantesco, facilitando a superexploração da força de trabalho. Descrevi as formas de superexploração da força de trabalho que, na era neoliberal, seu fenômeno espalhou pelo mundo. O fundo de consumo e o fundo de vida da força de trabalho demonstra uma tendência de longa duração histórica a serem violados dentro do capitalismo dependente. Dessa forma:

Entendida meramente como formas específicas de elevar a taxa de mais-valia, de forma que os salários fiquem abaixo dos valores da força de trabalho, evidentemente sim, pois é do funcionamento do capitalismo, qualquer que seja ele, que isto se processe. Entretanto, considerada como uma categoria, nos termos aqui discutidos, específica do capitalismo dependente, como forma de compensar justamente os condicionantes estruturais que definem a dependência – mecanismos de transferência de valor –, claro que não. (CARCANHOLO, 2013, p.90)

Foi realizado um estudo sobre o processo de endividamento brasileiro no ano de 2021, na NPEEP, e percebemos um papel central na apropriação financeira do fundo de vida e do fundo de consumo das famílias. Esses mecanismos financeiros juntos às crescentes transferências de valor agravam a necessidade da sociedade a se submeter a duplas ou triplas jornadas de trabalho. Dessa forma, favorecem o aprofundamento da superexploração da força de trabalho que é o fundamento da acumulação dos capitais atuantes nas economias periféricas.

Após as leituras sobre a TMD e a superexploração da força de trabalho, estudei a teoria da interdependência, mais especificamente centrada na produção teórica de Cardoso. O objetivo foi entender a diferença substancial das leituras sobre a dependência. Percebi que a TMD apresenta um horizonte de totalidade superior à escola interdependentista. A teoria de Cardoso apresenta o imperialismo como um fenômeno interno e externo, mas ao mesmo tempo subestima os condicionantes externos do subdesenvolvimento. A sua proposta central está em se aliar com os capitais internacionais e promover uma integração interdependente às cadeias de valor, mesmo admitindo que não resolveria a questão social nos países dependentes. Portanto, o defendido é conseguir negociar graus de dependência aceitando a dependência e os ditames do imperialismo, é o desenvolvimento do subdesenvolvimento. Observei a falta da centralidade da questão social na ótica de Cardoso, um diferencial da TMD, pois a mesma trata as necessidades das massas

como central. Por outro lado, ao não considerar as transferências de valor, a teoria da interdependência traz inconsistências.

No quarto capítulo abordei a superexploração da força de trabalho a partir daquilo que ela não é. Pretendia responder a perguntas frequentes. Tentei afastar alguns estereótipos e visões sesgadas sobre a categoria superexploração da força de trabalho na obra de Marini. Concluí que não podemos tratar a categoria da superexploração da força de trabalho como circulacionista, nem subconsumista e não pode ser associada ao trabalho escravo. Também, não desconsidera da luta de classes, ao contrário, é a análise do contexto no qual se apresenta a luta de classes nos países dependentes. Além disso, concluí sobre a necessidade de considerar a lei do valor no comércio internacional, pois ela é fundamental para sustentar toda a sociedade capitalista. Porque o valor é a forma de riqueza manifestada das relações de produção na época histórica do capitalismo e não uma escolha de interpretação da realidade. Outro ponto abordado foi a caracterização do Estado como um ente de classe e não como uma “coisa” abstrata pairando por cima da sociedade. A interpretação de Marini da superexploração da força de trabalho aparece no marco da defesa de uma democracia de classe na qual as verdadeiras necessidades das massas sejam atendidas e a sua participação na política seja a base para a construção dessa democracia para a maioria do povo. A distribuição é um fator importante de se pensar no mundo atual. Este é marcado por enormes desigualdades sociais e outras que são essenciais como a de gênero ou raça. Porém, o criador da categoria da superexploração não apregoa um distributivismo, ele defende uma mudança qualitativa nas relações de produção que possibilitem um outro tipo de existência, sem classes, e a divisão racial.

Na última parte estudei a funcionalidade do racismo estrutural para o capitalismo como um todo, através de uma leitura sobre a lei tendencial da queda da taxa de lucro. Outro movimento realizado foi o de estudar a composição racial da classe trabalhadora brasileira, e como o racismo ajuda a organizar e justificar a superexploração da força de trabalho. A existência da racialização de povos inteiros permite maiores justificativas para o aumento do grau de exploração sobre essas populações. Abordei o “racismo” desde um novo ângulo de observação, o que me levou a perceber o racismo como uma ideologia. Contudo, só pode ser percebido assim pelo fato de ser captado por relações materiais políticas, sociais e econômicas



concretas. Indo além de uma inversão da realidade, sendo a apropriação de um processo histórico pelo mundo das ideias. A organização das sociedades dependentes pelo marcador social da raça confluindo com a superexploração leva essas sociedades a conviverem com graus de violência exacerbados justamente para conseguirem um maior controle sobre os dominados. A questão racial mostrou-se de fundamental importância para a formação do mercado de trabalho brasileiro e sua estratificação. Com a era neoliberal marcada pela financeirização da economia e a acumulação fictícia do capital, os determinantes negativos da dependência exacerbam-se. Existindo cada vez mais a necessidade do aumento da taxa de mais-valia nas sociedades na tentativa de valorar as suas expectativas de apropriação da riqueza futura trazidas ao presente. A questão social brasileira está se agravando e com isso o próprio funcionamento das estruturas racistas se intensificam. No Brasil o genocídio da juventude negra e o encarceramento em massa tornam-se funcionais ao acúmulo na própria economia dependente. O racismo e a superexploração são confluentes para o entendimento da maneira *sui generis* de manifestação do capitalismo na região.

Dados os crescentes aumentos das transferências de valor na era neoliberal do capitalismo, os condicionantes da dependência são majorados. A inserção periférica do Brasil faz com que este aumente suas transferências de valor ao polo hegemônico do capital. O “jeito” financeiro e de acumulação fictícia vem cada vez mais tomando espaço na economia brasileira. Pretendo no futuro estudar como esses mecanismos estão afetando o Brasil no capitalismo dependente contemporâneo. A crise de 2007/2008 desencadeou um agravamento das necessidades do capitalismo de recuperar sua taxa geral de lucratividade. O desencadeamento do COVID-19 agravou o cenário de crise do capitalismo mundial. Para se recuperar das crises os capitalistas do centro do sistema majoram a transferência de valor das economias dependentes. Como apontado por este estudo, em um cenário global marcado pela profunda desigualdade tecnológica e acumulação fictícia, é imperativo um melhor entendimento sobre as determinações que perpassam a atualidade do capitalismo dependente. Proponho-me a estudar mais a fundo esses condicionantes e seus agravamentos pela disseminação da lógica fictícia no NPEEP, mais especificamente o caso do Brasil na última década.

## Bibliografia:

AMARAL, Marisa Silva. “Ainda a categoria superexploração da força de trabalho: mais reflexões sobre novas e velhas controvérsias”, *periodicos.ufes.br*. 2018. Disponível em: [www.periodicos.ufes.br/einps/article/view/20120/13450](http://www.periodicos.ufes.br/einps/article/view/20120/13450). Acesso: 06/07/2021 às 15:48.

AMARAL, Marisa Silva e CARCANHOLO, Marcelo Dias. “Acumulação capitalista e exército industrial de reserva: conteúdo da superexploração do trabalho nas economias dependentes”. In: *Revista de Economia*, v. 34, n. especial, p. 163-181, 2008. Editora UFPR.

AMARAL, Marisa Silva e CARCANHOLO, Marcelo Dias. *A superexploração do trabalho em economias periféricas dependentes*, *scielo.br*. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/CH5TcQ4khv7ySjFvV6xWmWy/?lang=pt>. Acesso: 24/11/2021, às 16:22.

AMARAL, Marisa Silva. Teorias do imperialismo e da dependência: a atualização necessária ante a financeirização do capitalismo. 2012. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. *Racismo Estrutural*. s/ed. São Paulo: Polén, 2009.

ANDERSON, Perry. *A crise no Brasil*, *bresserpereira.org.br*. 2016. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/terceiros/2016/abril/16.04-Crise-no-Brasil.pdf>. Acesso: 15/12/2021, às 19:58.

BAMBIRRA, Vânia. *O capitalismo dependente latino-americano*. 4. ed. Florianópolis: Insular, 2019.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. *O atual resgate crítico da teoria marxista da dependência*. *Trab. educ. saúde*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, pág. 191-205, abril de 2013. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1981-77462013000100011&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462013000100011&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 09/05/2021, às 13:32.

CARCANHOLO, Reinaldo A. (org). *Capital: essência e aparência*. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

CARCANHOLO, Reinaldo A. (org). *Capital: essência e aparência: Volume 2*. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

CARDOSO, Fernando Henrique e SERRA, José. *As desventuras da dialética da dependência*. s/ed. Mime, 1978.

CARDOSO, Fernando Henrique e Faletto, Enzo. *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Empresário Industrial e desenvolvimento econômico*. s/ed. Mime. s/d.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Ideias em seu lugar: ensaios sobre as teorias do desenvolvimento*. ed. Petrópoles: Vozes, 1993.

CARNEIRO, Ricardo. "Abertura financeira, balanço de pagamentos e financiamento". In: *Desenvolvimento em crise: A economia brasileira no último quarto do século XX*. ed. Mime. s/d. p. 265- 309.

CRUZ, Sabrina Ângela França da Silva. Por que o trabalho na cana tem moído gente e espalhado bagaços?, sciELO.br. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/HxYTc8ZHwbDWRMZ7w6KsbrG/?lang=pt#:~:text=A%20queima%20da%20cana%20tem%20como%20objetivo%20facilitar%20a%20colheita%20manual>. Acesso: 04/01/2020, às 12:22.

DALPERIO, Lara Cardoso e PEREIRA, Lorena Izá. *A estrangeirização de terras no Brasil: O caso Stora Enso*, Observatoriogeograficoamericalatina.org. s/d. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/>. Acesso: 2/11/2021, às 15:09.

Fanon, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. ed. Salvador: EDUFBA, 2008.

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*. 6. ed. São Paulo: ContraCorrente e Kontter editorial, 2020.

FERNANDES, Florestan. *Poder e contrapoder na América Latina*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

FERNANDES, Florestan. *Significado Atual de José Carlos Mariátegui*, marxista.org. 1995. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/fernandes/1995/01/mariategui.htm>. Acesso: 15/12/2021, às 17:33.

FERREIRA, Carla, OSORIO, Jaime e LUCE, Mathias. Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência. ed. São Paulo: Boitempo, 2012.

FILGUEIRAS, Vitor Araújo. "Saúde e segurança do trabalho no Brasil". In: *Saúde e segurança do trabalho no Brasil*. 1.ed. Brasília: Gráfica Movimento, 2017. p. 19-77.

FILHO, Niemeyer Almeida (Org). et al. Desenvolvimento e dependência: cátedra Ruy Mauro Marini. 1.ed. Brasília: IPEIA, 2013.

FURTADO, Celso. *O Brasil pós-milagre*. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1981.

FURTADO, Celso. "O modelo brasileiro de subdesenvolvimento". FURTADO, Celso. *O MITO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO*. ed. São Paulo: Círculo do livro, s/d. p. 97-106.

KATZ, Claudio. "Acertos e problemas do conceito de 'superexploração'". In: *Teoria da dependência 50 anos depois*. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2020. p. 214-234.

LUCE, Mathias Seibel. "A superexploração da força de trabalho". In: *Teoria Marxista da Dependência problemas e categorias. Uma visão histórica*. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018. p. 135-177.

MARIÁTEGUI, José Carlos. *Ponto de Vista Antiimperialista*, marxists.org, 2005. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/mariategui/1929/06/antiimperialista.htm>. Acesso em: 10/01/2022 às 21:00.

MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da dependência*, marxists.org, 1973. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marini/1973/mes/dialetica.htm>. Acesso em: 09/05/2021, às 13:20.

MARINI, Ruy Mauro. *Duas notas sobre o socialismo*, marxist.org, s/d. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marini/ano/mes/duas.htm>. Acesso em: 04/12/2021, às 15:07.

MARINI, Ruy Mauro. *El ciclo del capital em la economia dependiente*. s/ed. Mime, 1979, s/p

MARINI, Ruy Mauro. Las razones del neodesarrollismo (respuesta a F.H. Cardoso y Serra), bibliotecavirtual.clacso.org.ar. 2008. Disponível em:

<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/se/20100830092707/06razones.pdf>.

Acesso: 17/11/2021 às 21:04.

MARINI, Ruy Mauro. Subdesenvolvimento e revolução. 6. ed. Florianópolis: Insular, 2017.

MARX, Karl. "Limites a jornada de trabalho". In: *O capital*. Mime. s/d. p. 223.

MARX, Karl. "Capítulo 1". In: O 18 de Brumário de Louis Bonaparte, marxists.org, 2003. Disponível em:

<https://www.marxists.org/portugues/marx/1852/brumario/cap01.htm>. Acesso em: 22/01/2021 às 13:56.

MOURA, Clóvis. Sociologia do negro brasileiro. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2019.

OSORIO, Jaime. Estado, reproducción del capital y lucha de clases: la unidad económico/ política del capital. 1 ed. Cidade do México: Universidade Nacional Autónoma do México, Instituto de Investigaciones Económicas, 2014.

OSORIO, Jaime e REYES, Cristóbal. *La diversidad en el sistema mundial capitalista tema mundial capitalista procesos y relaciones en la heterogeneidad imperante*. 1. Ed. Cidade do México: Gedisa, S.A, 2020.

OSORIO, Jaime. O Estado centro da mundialização: a sociedade civil e o tema do poder. Tradução [de] Fernando Correa Prado. 2ed.rev. e ampl. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

SANTANA, Pedro Marques de. Dependência e superexploração do trabalho no capitalismo contemporâneo. Ipeia: ABET, 2013.

SANTOS, Theotônio dos. *A teoria da dependência: balanço e perspectivas*. Mime. s/d.

SANTOS, Theotônio dos. *A teoria da dependência: um balanço histórico e teórico*, edisciplinas.usp.br, s/d. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/409532/mod\\_resource/content/1/ateoriadependencia.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/409532/mod_resource/content/1/ateoriadependencia.pdf). Acesso em: 29/10/2021, às 14:52.

SANTOS, Roberto Santana; PITILO, João Claudio Platenik. "Brasil: o fim da Nova República". SANTOS, Roberto Santana; PITILO, João Claudio Platenik; VILLAMAR, Maria del Carmen Villarreal (ORGs). In: América Latina na encruzilhada: lawfare, golpes e luta de classes. s/ed. Mime, s/d.

SANTOS, Theotônio dos. *Socialismo ou fascismo*. 1 ed. Florianópolis: Insular, 2018.

SILVA, Yuri Soares Da. Particularidades do encarceramento no Brasil[manuscrito]: capitalismo dependente e racismo estrutural. 2021. Monografia. Universidade Federal de Ouro Preto.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação Histórica do Brasil*. 10 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

TRASPADINI, Roberta. *A teoria da (inter) dependência de Fernando Henrique Cardoso*. 1. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

WILLIAMS, Eric. *Capitalismo e escravidão*. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.